



PC RS

PROVA COMENTADA

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em **21/12/2025**, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Polícia Civil do Rio Grande do Sul (PC-RS)**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou apenas 04 (questões) questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas. Em nosso material, trata-se da questão de número 55; 58; 60; 62. Eventualmente, poderão surgir outras questões e você acompanhará tudo através do nosso blog

<https://cj.estrategia.com/portal/concurso-delegado-rs-veja-os-recursos-possiveis/>

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **PC-RS** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/1a811cb8-2a43-4aac-bb4f-f25539186a2e/>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/05bae8cd-32e0-421c-8664-c91a4efcd449/>

Por fim, comentamos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

[Acesse aqui](#)



Estratégia Carreira Jurídica – YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contém sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Sistema de Questões e Cast do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA

POLÍCIA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL

PROVA COMENTADA – P1

Violência: Problema social que afeta multidões

Por Nalim Tavares

"Existem tantas formas de ser violento que é difícil falar sobre esse tema de forma ampla, sem pensar em um caso específico", analisa a psicóloga Rayanne Moreira. Segundo ela, todos nós sabemos o que a palavra violência significa, porém, às vezes, a ação violenta é sutil, tão psicológica, que passa _____. "Nem sempre sabemos apontar o que aconteceu, como começou, ou como chegou ao ponto em que chegou. Só sabemos que aconteceu e que deixou um dano físico, social, espiritual ou psicológico".

Rayanne conta que, por décadas, a violência vem sendo conversada no âmbito da saúde: em 1996, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi convidada a desenvolver um estudo sistematizado, que categorizasse a violência e identificasse possíveis conexões entre cada uma delas. Do estudo, surgiram as tipologias da violência, e uma das mais simples divide o problema em três classes: a violência _____ – que aflige a si mesmo; a interpessoal – voltada para outra pessoa ou grupo de indivíduos; e a coletiva – que é social, política e econômica.

Segundo Rayanne, se debruçar sobre a violência coletiva é uma das formas mais simples de ver o quanto os tipos de violência se entrelaçam e alimentam uns aos outros. Ao contrário das demais categorias – que se referem ao alvo da agressividade, seja esta física ou psicológica – a violência coletiva, além de desenhar o padrão das vítimas, trata também das possíveis causas e motivos do agressor, que age buscando o benefício próprio, a partir da negação dos direitos de outras pessoas. Na categoria, estão inseridas violências cometidas por grandes grupos, como crimes de ódio e violência econômica, diretamente ligadas à violência interpessoal, que afeta, principalmente, mulheres, idosos e crianças.

Tipos de violência

Para explicar como essas agressões se entrelaçam, a psicóloga destaca dois tipos de violência: a patrimonial e a social. A violência patrimonial – também conhecida como econômica – ocorre quando a propriedade e os meios de _____ de uma pessoa ou grupo são negados ou retirados por outro indivíduo ou comunidade. Já a violência social é quando um grupo se impõe sobre outro, afetando seus relacionamentos e sua integridade física e mental, desrespeitando as diferenças, sendo intolerante, buscando formas de forçar o outro a se submeter à violência.

Nas palavras de Rayanne, toda violência é brutal, mas a patrimonial é dotada de uma frieza específica, em que a liberdade da vítima é uma mentira. "Todos nós sabemos que existem grupos sociais sendo extremamente violentados, mas algumas dessas violências, como é o caso da patrimonial, acabam

sendo pouco discutidas e invisibilizadas". Este tipo de violência está previsto como uma das formas de agressão dispostas na Lei Maria da Penha, segundo a qual a violência patrimonial pode ser entendida como "qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades".

"Mas se a vítima não tem acesso a um celular, nem aos próprios documentos, e nem tem dinheiro ou meios para sobreviver longe do agressor, que com certeza também ___ com o psicológico dessa vítima, como ela denunciará? Por isso precisamos falar sobre o assunto e agir a respeito, para que as vítimas saibam que não estão sozinhas, e que existe ajuda", fala Rayanne.

(Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_diversidade/violencia-problema-social-que-afeta-multidoes - texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01. Considerando o sentido do texto, assinale a alternativa cujas palavras preenchem, correta e respectivamente, as lacunas pontilhadas das linhas 04, 11, 24 e 39.

- a) desaparecida - autodirigida - subsistência - meche
- b) desaparecida - auto-dirigida - subssistência - mexe
- c) despercebida - autodirigida - subssistência – meche
- d) despercebida - auto-dirigida - subisistência - mexe
- e) despercebida - autodirigida - subsistência - mexe

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Ortografia, mais precisamente sobre a grafia das palavras.

- Despercebido: A forma correta é “despercebida”, e não “desapercebida”, sendo formada pelo prefixo “des-” e pelo vocábulo “percebida”.

- Autodirigida: Não há hífen entre o prefixo “auto” e a palavra “dirigida”. A forma correta é “autodirigida”. Em regra, o hífen usado na união de prefixos separa letra iguais. Vogais e consoantes diferentes se unem diretamente, não podendo ser “separadas” por hífen. Por serem “diferentes”, as vogais e consoantes também “se atraem” e não podemos inserir um hífen entre elas, ou separaríamos essa união, essa atração natural.

- Subsistência: Essa é a grafia correta. O prefixo correto é “sub”, e não “subi”. Ademais, não há necessidade de acrescentar 2 “s” após o prefixo (“subSSistência”). Basta 1 “s”, o qual já tem o som de /S/ quando posicionado entre consoante (“suB”) e vogal (“subsistência”).

- Mexe: a grafia correta é “mexe”, que advém do verbo “mexer”. Isso porque, na língua portuguesa, após a sílaba “me”, utiliza-se -X, e não -CH.

A alternativa E está correta. As grafias corretas são: Despercebido, Autodirigida, Subsistência, Mexe.

QUESTÃO 02. Sobre as ocorrências da palavra “o” sublinhadas no texto, analise as assertivas a seguir:

I. Em "nós sabemos o que a palavra violência significa" (l. 03), trata-se de um pronome demonstrativo.

II. Em "divide o problema" (l. 10) e "buscando formas de forçar o outro a se submeter à violência" (l. 27-28), classifica-se como artigo definido.

III. Em "que se referem ao alvo da agressividade" (l. 15), está contraído com o artigo feminino "a".

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Classes de Palavras, mais precisamente sobre Artigos e Pronomes.

O item I está correto. Os pronomes demonstrativos apontam, demonstram a posição dos elementos a que se referem em relação às pessoas do discurso. Note que, no item I, o trecho “o que a palavra violência significa” poderia ser substituído por “isso”. Assim: “Nós sabemos ‘isso’”.

O item II está correto. Em ambos os casos o termo “o”, de fato, é classificado como artigo, pois se refere, respectivamente, aos substantivos “problema” e “outro”.

O item III está incorreto. O termo “a”, nesse caso, não é artigo, mas sim uma preposição ligada a “referem”, pois o verbo “referir” é transitivo indireto e exige a preposição “a” (quem se refere, se refere A algo ou A alguém).

A alternativa D está correta. Apenas os itens I e II estão corretos.

QUESTÃO 03. Analise as assertivas a seguir a respeito de determinadas palavras do texto:

I. As palavras "conversada" e "convidada" tem o mesmo número de fonemas.

II. A palavra "pessoa" tem um encontro consonantal, assim como "possíveis".

III. A palavra "assunto" tem dois dígrafos, portanto tem menos fonemas do que letras.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) Apenas II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Ortografia, mais precisamente sobre Fonemas, Encontros Consonantais e Dígrafos.

O item I está incorreto. A palavra "conversada" tem 9 fonemas: /k/, /õ/, /v/, /e/, /r/, /s/, /a/, /d/, /a/. Já a palavra "convidada" tem 8 fonemas: /k/, /õ/, /v/, /i/, /d/, /a/, /d/, /a/.

O item II está incorreto. Em ambos os casos, temos dígrafo, ou seja, mais de uma letra emitindo um único som. Tanto em "pessoa" e "possíveis", temos o dígrafo "ss", emitindo o fonema /S/.

O item III está correto. A palavra "assunto" tem 2 dígrafos. O primeiro é "ss", um dígrafo consonantal cujo fonema é /S/. O segundo é "un", um dígrafo de vogal nasal cujo fonema é /ũ/. Assim, é possível dizer que a palavra "assunto" tem, realmente, menos fonemas do que letras, sendo composta por 7 letras e apenas 5 fonemas (/a/, /s/, /ũ/, /t/, /o/).

A alternativa C está correta. Apenas o Item III está correto.

QUESTÃO 04. Visando à coesão textual, o "porém" é um vocábulo cuja função é estruturar enunciados. Em "todos nós sabemos o que a palavra violência significa, porém, às vezes, a ação violenta é sutil, tão psicológica, que passa ____", ____ enunciados de orientação argumentativa diferente, devendo prevalecer a do enunciado por ele introduzido. Nesse caso, pode ser substituído corretamente por ____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas do trecho acima.

a) contrapõe - contudo

b) iguala - embora

c) corrobora - ainda que

d) soma - caso

e) contesta - logo

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Coesão.

A alternativa A está correta. De fato, o termo “porém” indica uma contraposição, sendo um conectivo de adversidade. Logo, “contudo” é um substituto adequado, tendo em vista que também é conectivo de adversidade.

A alternativa B está incorreta. “Embora” é um conectivo concessivo; logo, não é adequado para substituir “porém”.

A alternativa C está incorreta. “Ainda que” é um conectivo concessivo; logo, não é adequado para substituir “porém”.

A alternativa D está incorreta. “Caso” é um conectivo condicional; logo, não é adequado para substituir “porém”.

A alternativa E está incorreta. “Logo” é um conectivo conclusivo; logo, não é adequado para substituir “porém”.

QUESTÃO 05. Analise as assertivas que seguem a respeito de acentuação:

I. As palavras "saúde", "é" e "está" são acentuadas em virtude da mesma regra.

II. Se os acentos das palavras "nós", "porém" e "contrário" fossem suprimidos, elas continuariam existindo em Língua Portuguesa.

III. A mesma regra preceitua o acento gráfico em "âmbito" e de "difícil".

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) Apenas II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Acentuação Gráfica.

O item I está incorreto. São acentuadas por regras diferentes. Em “saúde”, a acentuação gráfica se dá pela presença de hiato. Assim: “sa-ú-de”. Já em “está” a acentuação gráfica se dá por ser uma palavra oxítona terminada em “a”. Assim: “es-tá”.

O item II está correto. De fato, na língua portuguesa, todas essas formas existem sem acento.

Tem-se tanto a forma “nós”, com acento, sendo pronome pessoal reto da primeira pessoa do plural, ou mesmo como o plural da palavra “nó”, quanto a forma “nos”, sem acento, sendo pronome pessoal oblíquo átono.

Tem-se, também, tanto a forma “porém”, sendo uma conjunção coordenativa adversativa, como a forma “porem”, do verbo “pôr”, flexionado na 3ª pessoa do plural do infinitivo pessoal.

Por fim, tem-se tanto a forma “contrário”, que indica algo inverso, como também a forma “contrario”, do verbo “contrariar” flexionado na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo.

O item III está incorreto. São acentuadas por regras diferentes. Em “âmbito”, a acentuação gráfica se dá por ser uma proparoxítona. Assim: “âm-bi-to”. Já em “difícil” a acentuação gráfica se dá por ser uma palavra paroxítona terminada em “L”. Assim: “di-fí-cil”.

A alternativa B está correta. Apenas o Item II está correto.

QUESTÃO 06. Em Língua Portuguesa, comumente duas letras representam um único som. Entre os vocábulos abaixo, assinale a alternativa que indica uma palavra em que tal fenômeno linguístico NÃO se evidencia.

a) Violento.

b) Categorizasse.

c) Indivíduos.

d) Desenhar.

e) Outras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Ortografia, mais precisamente sobre Dígrafos.

A alternativa A está incorreta. Há, sim, um dígrafo, em “EN”, cujo fonema é /ẽ/. Logo, tem-se 2 letras formando um único fonema. Configurado, portanto, o dígrafo.

A alternativa B está incorreta. Há, sim, um dígrafo, em “SS”, cujo fonema é /s/. Logo, tem-se 2 letras formando um único fonema. Configurado, portanto, o dígrafo.

A alternativa C está incorreta. Há, sim, um dígrafo, em “IN”, cujo fonema é /ĩ/. Logo, tem-se 2 letras formando um único fonema. Configurado, portanto, o dígrafo.

A alternativa D está incorreta. Há, sim, um dígrafo, em “NH”, cujo fonema é /ñ/. Logo, tem-se 2 letras formando um único fonema. Configurado, portanto, o dígrafo.

A alternativa E está correta. Na palavra “outras” não há dígrafo. Cada letra emite um fonema próprio. São eles: /O/, /U/, /T/, /R/, /A/, /S/.

QUESTÃO 07. A respeito de algumas formas verbais do texto, assinale a alternativa correta.

a) A forma verbal "aconteceu" em "Nem sempre sabemos apontar o que aconteceu" (l. 04) expressa um processo contínuo, não definido em um momento específico do passado.

b) A forma verbal "sabemos" em "Só sabemos que aconteceu" (l. 05) exprime um processo anterior ao momento de fala.

c) A forma verbal "buscando" em "causas e motivos do agressor, que age buscando o benefício próprio" (l. 17) enuncia, simplesmente, um fato de maneira clara e objetiva.

d) A forma verbal "denunciará" em "com o psicológico dessa vítima, como ela denunciará?" (l. 39-40) exprime processo anterior ao momento de fala.

e) A forma verbal "saibam" em "para que as vítimas saibam que não estão sozinhas" (l. 41) exprime uma conjectura em que o fato é considerado como incerto, mas possível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Verbo.

A alternativa A está incorreta. A forma verbal “aconteceu” está no pretérito perfeito do indicativo, tempo verbal que indica ação concluída no passado.

A alternativa B está incorreta. A forma verbal “sabemos” está no presente do indicativo, tempo verbal que indica ação acontecendo no momento da fala.

A alternativa C está incorreta. A forma verbal “buscando” é o gerúndio do verbo “buscar”, o que indica ação contínua, sem certeza de quando acabará.

A alternativa D está incorreta. A forma verbal “denunciará” está no futuro do presente, tempo verbal que indica ação posterior ao momento da fala.

A alternativa E está correta. A forma verbal “saibam”, de fato, exprime uma conjectura em que o fato é considerado como incerto, mas possível, pois está flexionada no presente do subjuntivo, tempo verbal que indica hipótese, incerteza.

QUESTÃO 08. Em relação ao texto, analise as assertivas a seguir e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Por tratar-se de uma crônica narrativa, a linguagem é predominantemente conotativa.

() A expressão "como ela" em "como ela denunciará?" deveria ser evitada, visto que constrói uma cacofonia.

() Trata-se de um texto não literário, visto que tem uma função utilitária, ou seja, informar, convencer, explicar, etc.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) V - V - V.

b) F - V - V.

c) V - F - F.

d) F - V - F.

e) F - F - F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Funções da Linguagem.

O item I está incorreto. A linguagem é predominantemente denotativa. Vejamos o que dispõe a doutrina sobre a linguagem denotativa: “FUNÇÃO REFERENCIAL OU DENOTATIVA: A ênfase está no referente, isto é, no assunto, no conteúdo, na informação. A linguagem tende a ser objetiva, expositiva, e por isso costuma fazer uso de recursos impessoalizadores como a terceira pessoa, tempos verbais afirmativos como o futuro e o presente do indicativo. A linguagem é concisa e objetiva, típica dos textos jornalísticos, didáticos, científicos e outros que tenham como finalidade primária informar ou ensinar.” (Língua Portuguesa PC-RS - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. 10.7 Funções da Linguagem - Livro Digital Interativo).

O item II está correto. Cacofonia é um vício de linguagem que ocorre quando a junção da sílaba final de uma palavra com a inicial da seguinte cria um som desagradável ou constrangedor. Ao ler “como ela”, o som emitido também pode ser ouvido como “com moela”, configurando cacofonia.

O item III está correto. O texto, de fato, não é literário, mas sim argumentativo, com a função de informar, convencer o leitor.

A alternativa B está correta. Apenas os itens II e III são verdadeiros.

QUESTÃO 09. Caso o verbo "existir" em “Existem tantas formas de ser violento que é difícil falar sobre esse tema de forma ampla” fosse substituído por "haver", as seguintes alterações seriam obrigatoriamente necessárias para manter a correção gramatical:

I. Assumiria a forma "Há", visto ser impessoal.

II. Deveria ser flexionado na terceira pessoa do plural, visando manter a concordância.

III. Seria conjugado no pretérito perfeito do indicativo, mantendo a relação correta e adequada com a ocorrência do verbo "existir".

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) Apenas II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Verbo.

O item I está correto. De fato, o verbo “haver” é impessoal, pois não se refere a um sujeito específico, não tendo um agente da ação.

O item II está incorreto. O verbo “haver” é impessoal. Logo, não tem sujeito. Por este motivo, sua flexão é no singular, e não no plural.

O item III está incorreto. A forma verbal de “haver” no pretérito perfeito do indicativo seria “houve”. Para a correspondência ficar correta, o verbo “haver”, substituindo “existem”, deveria estar no mesmo tempo verbal, qual seja, presente do indicativo.

A alternativa A está correta. Apenas o item I está correto.

QUESTÃO 10. Analise as assertivas abaixo a respeito da palavra "sutil" em "às vezes, a ação violenta é sutil" e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Poderia ser corretamente substituída por "subtil".

() "Quase imperceptível" se aproxima do sentido que o vocábulo tem no texto.

() "Sutil", ao receber acento agudo na primeira sílaba – "sútil" – continua a existir em Língua Portuguesa, porém com outro significado.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) V - V - V.

b) F - V - V.

c) V - F - F.

d) F - V - F.

e) F - F - F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Ortografia, mais precisamente sobre a grafia das palavras.

O item I está correto. A palavra “subtil” existe, sim, na língua portuguesa, sendo um sinônimo de “sutil”.

O item II está correto. Algo “sutil”, de fato, é algo “leve”, “quase imperceptível”, “suave”.

O item III está correto. De fato, a palavra “sútil” ainda existe na língua portuguesa e se refere a algo feito de pedaços costurados ou emendas.

A alternativa A está correta. Todos os itens são verdadeiros.

QUESTÃO 11. Quanto ao uso de elementos coesivos no texto, analise as seguintes assertivas:

I. A palavra "que" em "nós sabemos o que a palavra violência significa, porém, às vezes, a ação violenta é sutil, tão psicológica, que passa ____". "Nem sempre sabemos apontar o que aconteceu" funciona como conjunção integrante.

II. A palavra "que" em "a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi convidada a desenvolver um estudo sistematizado, que categorizasse a violência e identificasse possíveis conexões" introduz uma oração que delimita o sentido do termo que a precede.

III. Em "a patrimonial é dotada de uma frieza específica, em que a liberdade da vítima é uma mentira", a expressão "em que" poderia ser substituída por "na qual", mantendo-se a correção do período.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) Apenas II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Funções da palavra “que”.

O item I está incorreto. Aqui a palavra “que” é pronome relativo que restringe o sentido do pronome demonstrativo “o” que lhe antecede.

O item II está incorreto. A oração que delimita o sentido é a restritiva, a qual não é isolada por vírgula. Na frase proposta, como há o isolamento por vírgula, entende-se que a oração é explicativa.

O item III está correto. De fato, a substituição proposta é possível. “Em que” pode sim ser substituído por “Em + a qual”, cuja contração resulta em “na qual”. Assim: “a patrimonial é dotada de uma frieza específica, na qual a liberdade da vítima é uma mentira”.

A alternativa C está correta. Apenas o Item III está correto.

Violência: Problema social que afeta multidões

Registros aumentam

Por Nalim Tavares

De acordo com uma pesquisa desenvolvida pelo Datafolha para um banco digital brasileiro — desde o início da pandemia, em março de 2020, os números da violência patrimonial no Brasil aumentaram em 47%. Segundo o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, três mil denúncias de crimes contra a segurança financeira com vítimas do gênero feminino – grupo que mais sofre violência do tipo – foram registradas no mesmo ano. Apesar de não computados, os estudiosos da área garantem que esse número é maior, porque casos de violência patrimonial, bem como de tantos outros tipos, são subnotificados.

"Muitas vezes, as pessoas sequer percebem que estão sendo vítimas de violência, então como elas poderiam denunciar?", diz Rayanne. "Se uma mulher, um idoso ou quem quer que seja não tem acesso ao extrato bancário, por exemplo, mesmo quando a conta é conjunta, ela é uma vítima de violência patrimonial", conta a psicóloga. "Se alguém pega seu celular, ou te impede de participar do orçamento familiar se alguém te nega recurso para uma necessidade pessoal, você está sendo vítima de violência patrimonial. E, apesar de diferentes, é interessante observar como essa violência está ligada a grupos que, comumente, são vítimas de violência social", reflete.

Uma outra vertente da violência social diz respeito a comportamentos que visam controlar a vida comunitária de um companheiro ou pessoa próxima, impedindo visitas de familiares e amigos, mantendo a pessoa em casa, como forma de isolá-la da coletividade.

Opressores usam o medo como "arma" para manter o controle

Caracterizada da forma mais básica como o preconceito, ódio e opressão de um grupo em relação a outro, a exemplo do racismo, da homofobia e da misoginia, a violência social atinge comunidades inteiras, e normalmente está ligada a outras formas de agressão, física e psicológica.

A psicóloga Rayanne Moreira explica: "Não é fácil se sentir seguro quando se é uma minoria no país. Qualquer pesquisa rápida mostra como a violência social leva a crimes de ódio, e nós aprendemos muito observando as experiências alheias. Afeta o psicológico de qualquer um ver todas as notícias sobre mulheres sendo assassinadas, pessoas trans sendo assassinadas, pessoas de um grupo do qual você faz parte sendo feridas". Disto, Rayanne interpreta que os grupos opressores utilizam o medo como estratégia para manter o controle sobre as demais comunidades, e diz que "é preciso muita coragem para se unir aos seus e lutar pela mudança".

(Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_diversidade/violencia-problema-social-que-afeta-multidoes - texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 12. No primeiro parágrafo, são apresentados dados e citado o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Sobre essas colocações, analise as assertivas que seguem:

- I. Agregam valor ao assunto discutido no texto, visto que se constituem em dados e fatos que comprovam o que está sendo apresentado.
- II. Constituem meras apreciações pessoais, visando aprovar ou desaprovar o que está sendo apresentado.
- III. São afirmações generalizantes que não garantem veracidade ao que está sendo apresentado.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Interpretação Textual.

O item I está correto. De fato, essa é a função da apresentação de dados e pesquisas: respaldar, comprovar o que está sendo dito.

O item II está incorreto. Dados e pesquisas são impessoais, não visam aprovar ou desaprovar algo, mas sim comprovar o que é apresentado.

O item III está incorreto. Dados e buscam comprovar especificamente aquilo que é apresentado, não sendo possível dizer que são generalizantes. Ademais, ao serem usados como argumentos de autoridade, garantem aquela fala como verdadeira.

A alternativa A está correta. Apenas o item I está correto.

QUESTÃO 13. Analise as seguintes propostas de modificação em determinadas passagens do texto e assinale aquela que **NÃO** altera o significado do trecho em que ocorre.

- a) "vítimas de violência" (l. 08) por "vítimas violentas".
- b) "extrato bancário" (l. 10) por "extrato do banco".
- c) "vida comunitária" (l. 17) por "vida em comum".
- d) "orçamento familiar" (l. 12) por "orçamento dos parentes".
- e) " crimes de ódio" (l.25), por "crimes hediondos".

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Semântica.

A alternativa A está incorreta. Em "vítimas de violência", o sujeito passivo da violência é "vítimas", ou seja, elas quem sofrem a violência. Já em "vítimas violentas", "violentas" está caracterizando "vítimas", ou seja, elas quem são violentas/praticam violência.

A alternativa B está correta. De fato, "bancário" é a forma adjetiva do substantivo "banco".

A alternativa C está incorreta. "Comunitária" não é exatamente um sinônimo de "comum". "Comunitário" significa algo "relativo ou pertencente a uma comunidade". Já "comum" significa "usual, habitual".

A alternativa D está incorreta. "Familiar" não é sinônimo de "dos parentes". "Familiar se refere à família, e "dos parentes" se refere a parentesco (não necessariamente à família).

A alternativa E está incorreta. "Hediondo" não é sinônimo de "de ódio". Na verdade, "hediondo" se refere a algo repulsivo, horrível, que causa indignação.

QUESTÃO 14. Analise as seguintes considerações sobre a alteração do pronome oblíquo no fragmento "Uma outra vertente da violência social diz respeito a comportamentos que visam controlar a vida comunitária de um companheiro ou pessoa próxima, impedindo visitas de familiares e amigos, mantendo a pessoa, em casa, como forma de isolá-la da coletividade":

- I. Por funcionar como complemento verbal, poderia ser substituído corretamente por "lhe".
- II. Considerando que seu referente é um termo feminino que o antecede, poderia ser substituído, sem causar incorreção ao período, por "a ela", fazendo-se as alterações necessárias na forma verbal.
- III. O referente desse pronome é "a pessoa".

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) Apenas II e III.

Comentários

A alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar da banca foi a **letra C**. No entanto, entende-se que, na verdade, a alternativa correta é a letra E. A questão trata do tema Pronomes.

O item I está incorreto. O pronome oblíquo “la”, em “isolá-la”, funciona como objeto direto. Já o pronome “lhe” sempre funcionará como objeto indireto. Logo, não é possível a substituição.

O item II, apesar de apontado como incorreto pelo gabarito preliminar da banca, na verdade está correto. No caso da substituição por “a ela”, este funcionará como objeto direto preposicionado.

De acordo com questão anterior da Banca FUNDATEC (Prefeitura de Xangri-lá, 2025), que elaborou a presente prova, quando o objeto direto é expresso por pronome pessoal tônico, a presença da preposição é aceitável, configurando um objeto direto preposicionado. Este é, inclusive, um ponto já bem estabelecido na gramática normativa e plenamente amparado pelas lições de Evanildo Bechara.

Assim, a oração “como forma de isolá-la da coletividade” poderá ser reescrita assim: “como forma de isolar a ela da coletividade”. Nesse caso, fez-se o uso de objeto direto preposicionado.

O item III está correto. De fato, o pronome oblíquo “la”, em “isolá-la”, se refere ao termo “pessoa”, ou seja, “isolar a pessoa da coletividade”.

A alternativa apontada como correta pelo gabarito preliminar da banca foi a **letra C**. No entanto, entende-se que, na verdade, a alternativa correta é a letra E, pois os itens II e III estão corretos.

Para responder às questões 15 e 16, considere o seguinte fragmento do texto:

“Se uma mulher, um idoso ou quem quer que seja não tem acesso, ao extrato bancário, por exemplo, mesmo quando a conta é conjunta, ela é uma vítima de violência patrimonial”, conta a psicóloga. ‘Se alguém pega seu celular, ou te impede de participar do orçamento familiar, se alguém te nega recurso para uma necessidade pessoal, você está sendo vítima de violência patrimonial’.

QUESTÃO 15. "'Se uma mulher, um idoso ou quem quer que seja não tem acesso, ao extrato bancário, por exemplo, mesmo quando a conta é conjunta, ela é uma vítima de violência patrimonial', conta a psicóloga. 'Se alguém pega seu celular, ou te impede de participar do orçamento familiar, se alguém te nega recurso para uma necessidade pessoal, você está sendo vítima de violência patrimonial'".

As ocorrências da palavra "se" hachuradas no fragmento representam:

- a) Pronomes reflexivos.
- b) Conjunções subordinativas.
- c) Conjunções integrantes.
- d) Índices de indeterminação do sujeito.
- e) Pronome apassivador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Funções da palavra "se".

No trecho proposto pelo enunciado, as 3 ocorrências da palavra "se" introduzem orações condicionais, podendo ser substituído, por exemplo, por "caso". Portanto, o "se" funciona como conjunção subordinativa condicional.

A alternativa B está correta. A partícula "se", nas 3 ocorrências, introduz oração condicional, sendo classificada como conjunção subordinativa condicional.

QUESTÃO 16. "'Se uma mulher, um idoso ou quem quer que seja não tem acesso, ao extrato bancário, por exemplo, mesmo quando a conta é conjunta, ela é uma vítima de violência patrimonial', conta a psicóloga. 'Se alguém pega seu celular, ou te impede de participar do orçamento familiar, se alguém te nega recurso para uma necessidade pessoal, você está sendo vítima de violência patrimonial'".

Analise as seguintes proposições e a relação proposta entre elas:

I. As palavras "se" hachuradas poderiam ser substituídas pela palavra "caso" sem alterar o sentido do trecho.

PORÉM

II. O fragmento sofreria alteração em sua estrutura e outras alterações morfosintáticas deveriam ser realizadas a fim de manter a correção gramatical.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma ressalva correta da I.

b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma ressalva correta da I.

c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

e) As asserções I e II são proposições falsas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Funções da palavra “se”.

O item I está correto. No trecho proposto pelo enunciado, de fato, em suas 3 ocorrências, as palavras “se” poderiam ser substituídas pela palavra “caso”, sem que isso causasse alteração no sentido do texto, já que ambas as palavras indicam condição.

O item II está correto. Realmente, feita a substituição, o fragmento sofreria alteração em sua estrutura a fim de manter a correção gramatical. Vejamos a reescritura do trecho, fazendo a substituição proposta: “Caso uma mulher, um idoso ou quem quer que seja não tem acesso, ao extrato bancário, por exemplo, mesmo quando a conta é conjunta, ela é uma vítima de violência patrimonial”, conta a psicóloga. Caso alguém pegue seu celular, ou te impede de participar do orçamento familiar, caso alguém te negue recurso para uma necessidade pessoal, você está sendo vítima de violência patrimonial”

Observe que “pega”, em “se alguém pega”, precisou ser substituído pela forma “pegue”, resultando em “Caso alguém pegue”. Da mesma forma, “nega”, em “se alguém te nega”, precisou ser substituído pela forma “negue”, resultando em “caso alguém te negue”.

A alternativa A está correta. Os Itens I e II estão corretos, e o Item II é uma ressalva correta do Item I.

QUESTÃO 17. Caso no fragmento "Muitas vezes, as pessoas sequer percebem que estão sendo vítimas de violência, então como elas poderiam denunciar?" os verbos "percebem" e "estão" fossem corretamente flexionados no pretérito perfeito do indicativo, eles assumiriam, respectivamente, as formas:

a) "Percebiam" e "estavam"

b) "Perceberiam" e "estiveram".

c) "Perceberão" e "estarão".

d) "Percebiam" e "estiveram"

e) "Perceberam" e "estiveram".

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Verbo.

A alternativa A está incorreta. “Percebiam” e “estavam” estão conjugados no pretérito imperfeito do indicativo.

A alternativa B está incorreta. “Perceberiam” está conjugado no futuro do pretérito. e “estiveram” está conjugado no pretérito perfeito do indicativo.

A alternativa C está incorreta. “Perceberão” e “estarão” estão conjugados no futuro do presente do indicativo.

A alternativa D está incorreta. “Percebiam” está conjugado no pretérito imperfeito do indicativo e “estiveram” está conjugado no pretérito perfeito do indicativo.

A alternativa E está correta. “Perceberam” e “estiveram” estão conjugados no pretérito perfeito do indicativo.

QUESTÃO 18. Analise as assertivas que seguem a respeito de certas palavras presentes no texto:

I. Em "subnotificados", observa-se a ocorrência do prefixo "sub-", que significa "posição inferior".

II. Na estrutura da palavra "psicóloga", evidencia-se a ocorrência do sufixo "lógos", que significa "tratamento".

III. Em "misoginia", o elemento de composição "miso" significa "ódio, aversão".

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas I e II.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Prefixo e Sufixo.

O item I está correto. De fato, “sub” é prefixo e indica “posição inferior”, “abaixo de”.

O item II está incorreto. De fato, na palavra “psicóloga”, há a ocorrência do sufixo “logo”, que vem do grego “logos”. No entanto, “logos” não significa “tratamento”, mas sim “estudo”, “conhecimento”, “especialista em”.

O item III está correto. Na palavra “misoginia”, “miso” é prefixo de origem grega que significa “ódio”.

A alternativa C está correta. Apenas os Itens I e III estão corretos.

QUESTÃO 19. No subtítulo "Opressores usam o medo como 'arma' para manter o controle", a palavra "arma" está colocada entre aspas para:

- a) dar a essa expressão sentido particular, não literal.
- b) indicar a inclusão de vocábulo estranho ao tema apresentado.
- c) dar ao leitor a possibilidade de interagir com o assunto.
- d) indicar a supressão do pensamento do produtor do texto.
- e) sugerir movimento ou continuação do fato em si.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Pontuação, mais precisamente sobre o Uso das Aspas.

no trecho proposto, a palavra "arma" foi usada entre aspas para indicar que está sendo usada no sentido figurado, e não em seu sentido literal. Em seu sentido figurado, a palavra "arma" se refere a "recursos", "argumentos", "poder", "meios". Tanto é que, se substituíssemos a palavra "arma" por uma destas, o trecho manteria seu sentido. Vejamos exemplo: "Opressores usam o medo como meio para manter o controle".

A alternativa A está correta. A palavra "arma" foi usada entre aspas para indicar sentido não literal.

As alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 20. Sobre o período "é interessante observar como essa violência está ligada a grupos que comumente, são vítimas de violência social", analise as seguintes assertivas:

- I. Há a ocorrência de quatro orações.
- II. Há duas orações reduzidas – uma de infinitivo, uma de particípio.
- III. A oração "é interessante" não tem sujeito.
- IV. A palavra "que" refere-se a "grupos", sendo, assim, pronome relativo.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e IV.
- c) Apenas II e III.

d) Apenas II e IV.

e) Apenas II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Orações.

O item I está correto. De fato, temos 4 orações, indicadas pelos 4 verbos/locuções verbais: “é”, “observar”, “está ligada”, e “são”.

O item II está incorreto. Não temos nenhuma oração reduzida de particípio do trecho proposto.

O item III está incorreto. A oração “é interessante” tem sim sujeito. O sujeito é “como essa violência está ligada a grupos que comumente, são vítimas de violência social”. Substituindo por “isso”, para simplificar: “É interessante isso”. Agora, reescrevendo para melhor visualização: “Isso é interessante”.

O item IV está correto. A palavra “que” realmente está se referindo a “grupos”. Pode, inclusive, ser substituída por “os quais”, vejamos: “(...) grupos os quais comumente, são vítimas...”. Portanto, de fato, “que” é pronome relativo.

A alternativa B está correta. Apenas os Itens I e IV estão corretos.

QUESTÃO 21. A palavra “sequer” em “as pessoas sequer percebem que estão sendo vítimas de violência”, sem prejuízo ao sentido do fragmento, poderia ser substituída por:

a) no entanto

b) nem mesmo

c) apenas

d) inclusive

e) até mesmo

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema Semântica e Classe Gramatical.

O termo “sequer” é um advérbio de intensidade com valor semântico negativo. Considerando essa classificação:

Alternativa A está incorreta. “No entanto” é locução conjuntiva adversativa.

A alternativa B está correta. “Nem mesmo”, assim como “sequer”, é uma locução adverbial de intensidade com valor semântico de negação.

A alternativa C está incorreta. “Apenas” é advérbio de exclusão.

A alternativa D está incorreta. “Inclusive” é advérbio de inclusão.

A alternativa E está incorreta. “Até mesmo” é locução adverbial de intensidade com valor semântico de inclusão, acréscimo.

Violência: Problema social que afeta multidões

Denunciar é preciso

A psicóloga Maria Vitória, especializada em projetos sociais e políticas públicas, explica que o medo, a dependência financeira, a cultura, o preconceito e a discriminação por parte da sociedade estão entre os principais motivos que tornam difícil escapar ou denunciar alguma violência. Ela também ressalta que a manipulação e intimidação são estratégias comuns entre os agressores. “O parceiro insulta, xinga, faz pressão, e ameaças”, explica. “Mas, muitas vezes, acontece de maneira sutil, até imperceptível”, esclarece.

“Às vezes, o controle vem disfarçado de cuidado”, alerta a psicóloga. Como exemplo, Vitória cita o desejo de submeter a controle as roupas que a pessoa anda, os ambientes que ela frequenta e as pessoas com quem convive, utilizando estratégias para afetar a confiança e autoestima da vítima, buscando meios de responsabilizá-la pelas atitudes do agressor, querendo sempre controlar os passos da pessoa. “Usando frases como ‘me deixa saber aonde você está’, ‘manda foto ou faz chamada de vídeo para eu ver se você chegou bem’. O monitoramento constante configura um sinal de alerta”.

Para Vitória, é importante falar que, apesar do medo e de toda a intimidação, “existem leis que protegem vítimas de violência, coordenadorias, secretarias, centros especializados. É possível conseguir ajuda”.

Isolamento

Violências patrimoniais e sociais estão diretamente ligadas ____ violência psicológica. Ao impedir uma pessoa de utilizar o celular, um exemplo de violência patrimonial, o agressor está encontrando uma forma de isolar a vítima. Se uma pessoa não tem acesso a meios de sustento, se torna dependente de quem quer que possa prover sua sobrevivência.

Para Rayanne Moreira, psicóloga Cognitivo-comportamental, a discussão vai muito além de uma única definição de violência. “Por exemplo, todos nós sabemos que as mulheres são um grupo que sofre diversas violências, mas, segundo o Anuário Brasileiro 2022 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 37,5% das vítimas de feminicídio são brancas e 62% são negras. Esses dados estão repletos de violência social, física e psicológica, logo é impossível desvincular uma da outra”.

(Disponível em: https://auniao.pb.gov/noticias/caderno_diversidade/violencia-problema-social-que-afeta-multidoes - texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 22. Sobre a pontuação do texto, analise as assertivas que seguem, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() As vírgulas assinaladas na linha 01 separam um aposto.

() As vírgulas assinaladas na linha 02 separam palavras justapostas assindéticas

() As vírgulas assinaladas na linha 05 separam orações justapostas assindéticas.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) V – V- V

b) V – V – F

c) V – F – F

d) F – V – V

e) F – F – F

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema Pontuação.

A primeira afirmativa está correta. As vírgulas assinaladas na linha 01 separam um aposto explicativo, que tem a finalidade de explicar ou detalhar determinada informação.

A segunda afirmativa está correta. Os termos que são separados por vírgula são palavras justapostas assindéticas. Há a separação de palavras por sinais de pontuação, sem conectivos.

A terceira afirmativa está incorreta. Isso pois, a vírgula que antecede “e ameaças”, separa “estilisticamente” ameaças, com a finalidade de enfatizar o termo.

Dessa forma, a alternativa correta é a letra B.

QUESTÃO 23. Todos os termos a seguir são utilizados para retomar no texto “a psicóloga Maria Vitória” (l. 01), exceto:

a) “Ela” (l. 04).

b) Sujeito implícito do verbo “explica” (l. 05)

c) “a psicóloga” (l. 07).

d) “Vitória” (l. 08).

d) “ela” (l. 09)

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão aborda o tema Coesão Textual.

A alternativa A está correta. O pronome “ela” se refere à psicóloga Maria Vitória.

A alternativa B está correta. O sujeito implícito do verbo “explica” se refere à psicóloga Maria Vitória.

A alternativa C está correta. A psicóloga é, justamente, a Maria Vitória.

A alternativa D está correta. O nome Vitória, destacado no texto, se refere à psicóloga Maria Vitória.

A alternativa E está incorreta. O pronome “ela” indicado na linha 9 se refere à “pessoa”

QUESTÃO 24. Na Frase “O monitoramento constante configura um sinal de alerta”, é correto afirmar que o verbo está na voz:

a) Passiva sintética.

b) Passiva analítica.

c) Ativa

d) Reflexiva.

e) Recíproca.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema Vozes Verbais.

A alternativa A está incorreta. A voz passiva sintética exige verbo transitivo direto e a partícula apassivadora “se”, como em: configura-se um sinal de alerta.

A alternativa B está incorreta. A voz passiva analítica é formada pelo verbo auxiliar “ser” e o particípio do verbo principal: Um sinal de alerta é configurado pelo monitoramento constante.

A alternativa C está correta. O sujeito “O monitoramento constante” é o agente da ação verbal, tratando-se, pois, de voz ativa.

A alternativa D está incorreta. Na voz reflexiva, o sujeito pratica e sofre a ação verbal simultaneamente.

A alternativa E está incorreta. A voz recíproca exige pluralidade de sujeitos que praticam ações mútuas.

QUESTÃO 25. Em qual das seguintes ocorrências a palavra “a” assume classe gramatical diferente das demais elencadas?

- a) “A psicóloga Maria Vitória”.
- b) “Ressalta que a manipulação e intimidação”.
- c) “roupas com que a pessoa anda”.
- d) “apesar do medo e de toda a intimidação”.
- e) “Se uma pessoa não tem acesso a meios de sustento”.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema Classe Gramatical. Nas alternativas A, B, C e D, a palavra “a” assume a classe gramatical de artigo definido. Por outro lado, na alternativa E, “a” antecede “meios”, palavra masculina, assumindo a classe gramatical de preposição exigida pelo substantivo “acesso”.

QUESTÃO 26. São propostas de alterações no texto que **NÃO** causariam alterações em seu sentido:

- I. Substituição de “ressalta” (l. 04) por “faz uma ressalva sobre”.
- II. Uso de “imperecedouro” no lugar de “imperceptível” (l. 06).
- III. “Como exemplo” (l. 07) substituído por “Exemplificando”.

Quais são as corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema Semântica e Substituição Lexical.

O item I está incorreto. Enquanto “ressalta” traz o sentido de destaque, “ressalva” transmite a ideia de restrição, exceção.

O item II está incorreto. “Imperecedouro” significa aquilo que não perece, enquanto “imperceptível” se trata daquilo que não é perceptível, quase invisível.

O item III está correto. Ambas as expressões induzem a exemplificação, portanto não alteram o sentido do texto.

Dessa forma, a alternativa C está correta. Apenas a proposta de alteração do item III não causaria alteração em seu sentido.

QUESTÃO 27. São reescritas da frase “existem leis que protegem vítimas de violência, coordenadorias, secretarias, centros especializados. É possível conseguir ajuda” que NÃO causariam alterações em seu sentido:

I. Existem leis as quais protegem vítimas de violência, coordenadorias, secretarias, centros especializados. É possível que se consiga ajuda.

II. Existem leis, coordenadorias, secretarias, centros especializados, que protegem vítimas que sofrem violência. A possibilidade de ajuda é exequível.

III. É possível que ajuda seja conseguida; e existem leis que protegem vítimas de violência, coordenadorias, secretarias, centros especializados.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e II.

d) Apenas I e III.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema Sintaxe e Semântica.

O item I está correto. A alteração realizada não altera o sentido, uma vez que na frase original, são as leis que protegem as vítimas de violência.

O item II está incorreto. A alteração realizada causa alteração no sentido do texto, visto que em seu novo formato, são as leis, coordenadorias, secretarias, centros especializados que protegem as vítimas de violência.

O item III está correto. Ainda que os períodos sejam invertidos, mantém-se o sentido de que são as leis que protegem as vítimas de violência.

Dessa forma, a alternativa que considera os itens I e III como corretos é a letra D.

QUESTÃO 28. Considere a frase: “Às vezes, o controle vem disfarçado de cuidado”. Caso a expressão “o controle” fosse substituída por sua forma plural e o verbo fosse conjugado na terceira pessoa do plural do futuro do presente, a frase assumiria a seguinte forma:

- a) Às vezes, os controles veem disfarçados de cuidado.
- b) Às vezes, os controles vieram disfarçados de cuidado
- c) Às vezes, os controles viram disfarçados de cuidado.
- d) Às vezes, os controles virão disfarçados de cuidado.
- e) Às vezes, os controles vêm disfarçados de cuidado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema Conjugação Verbal.

A alternativa A está incorreta. “Veem” está no presente do indicativo do verbo ver.

A alternativa B está incorreta. “Vieram” está no pretérito perfeito do indicativo.

A alternativa C está incorreta. “Viram” está no pretérito perfeito do verbo “vir”, ou no presente do verbo “ver”.

A alternativa D está correta. “Virão” está no tempo verbal futuro do presente, na terceira pessoa do plural.

A alternativa E está incorreta. “Vêm” está no presente do indicativo do verbo vir, não futuro.

QUESTÃO 29. Analise as seguintes assertivas em relação à inserção da palavra “não” imediatamente antes de “responsabilizá-la” em “meios de responsabilizá-la pelas atitudes do agressor”:

- I. A inserção do advérbio de negação não implicaria alteração estrutural no fragmento.
- II. O pronome oblíquo deveria ser deslocado para antes do verbo com o qual se relaciona, assumindo a forma “a”.
- III. A forma verbal deveria ficar no infinitivo: “responsabilizar”.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme o gabarito da banca. Entretanto, a equipe do Estratégia discorda e indica que a alternativa correta é a letra A.

A questão aborda o tema Colocação Pronominal.

O item I está correto. A negação não implicaria alteração estrutural no fragmento.

O item II está incorreto. Segundo Domingos Pascoal Cegalla, o infinitivo não flexionado de um verbo (forma nominal do verbo) costuma preservar certa liberdade de colocação pronominal, admitindo próclise ou ênclise. O exemplo que o autor usa em sua gramática quando faz tal observação é “Calei-me para não magoá-lo.”

Em termos práticos: para o autor, se verbo no infinitivo não flexionado, é perfeitamente possível construir a frase com o pronome antes do verbo (próclise) ou depois do verbo (ênclise), sem que isso gere, por si só, erro gramatical.

O item III está incorreto. Como o verbo assume forma infinitiva, o pronome oblíquo não precisa ser deslocado ou retirado. Portanto, pode-se manter “responsabilizá-la”.

Como apenas o item I está correto, a alternativa correta é a letra A.

QUESTÃO 30. Neste fragmento do texto, “Por exemplo, todos nós sabemos que as mulheres são um grupo que sofre diversas violências, mas, segundo o Anuário Brasileiro 2022 no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 37,5% das vítimas de feminicídio são brancas e 62% são negras. Esses dados estão repletos de violência social, física e psicológica, logo é impossível desvincular uma da outra”, os conectores “mas” e “logo” introduzem orações _____, expressando _____ e _____. Eles poderiam ser substituídos, correta e respectivamente, sem causar alteração de sentido, por _____ e _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

a) coordenadas – ressalva – conclusão – porém – portanto

b) subordinadas – oposição – alternância – no entanto – porquanto

c) coordenadas – contraste – dedução – mesmo assim – mas também.

d) subordinadas – oposição – sequência de fatos – mas também – porém.

e) coordenadas – negação – alternância – como também – entretanto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema Sintaxe e Semântica das Conjunções.

A alternativa A está correta. De fato, “mas” e “logo” introduzem orações coordenadas – orações independentes em período composto, e expressam, respectivamente, ressalva e conclusão. “Mas”, tem o mesmo sentido de “porém” (conjunção adversativa), assim como “logo” tem o mesmo sentido de “portanto” (conjunção coordenativa conclusiva).

A alternativa B está incorreta. “Mas” e “logo” não introduzem orações subordinadas – orações dependentes. A palavra “logo” não denota alternância e “porquanto” expressa causalidade, não conclusão.

A alternativa C está incorreta. “Mesmo assim” altera o valor adversativo e “mas também” não tem efeito conclusivo.

A alternativa D está incorreta. “Mas” e “logo” não introduzem orações subordinadas. Além disso, “logo” não denota sequência de fatos.

A alternativa E está incorreta. Os conectores não expressam negação e alternância, respectivamente. Além disso, a expressão “como também” não tem valor adversativo.

QUESTÃO 31. Sobre a frase “Violências patrimoniais e sociais estão diretamente ligadas __ violência psicológica”, analise as assertivas abaixo:

I. A lacuna deveria ser preenchida por “à”.

II. Caso a expressão “um processo de” fosse inserida imediatamente após a lacuna, não haveria a necessidade de uso da crase.

III. Se “conectadas” fosse usada no lugar de “ligadas”, o uso da crase seria obrigatório.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e II.

d) Apenas I e III.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema Crase e Regência Nominal/Verbal.

O item I está correto. O adjetivo “ligadas” rege a preposição “a”. Portanto, temos a preposição “a” + artigo feminino “a”, formando crase obrigatória.

O item II está correto. “um processo” é expressão masculina, portanto, não admite o artigo feminino “a”.

O item III está correto. O verbo “conectar” também rege a preposição “a”. A preposição “a” + artigo feminino “a” forma crase obrigatória.

Dessa forma, todos os itens estão corretos. A alternativa correta é a letra E.

QUESTÃO 32. Assinale a alternativa que apresenta a associação correta entre os pronomes e a palavra ou expressão a que eles se referem no texto.

a) “que” (l. 04) – “medo, a dependência financeira, a cultura, o preconceito e a discriminação” (l. 02).

b) “quem (l. 09) – Vitória (l. 08)

c) “me” (l. 11) – a autora (o texto).

d) “você” (l. 12, ambas as ocorrências) – o leitor (extratextual).

e) “uma da outra” (l. 26-27) – “violência social, física e psicológica” (l. 26)

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema Regência e Complementação Verbal/Nominal.

A alternativa A está incorreta. O “que” não exerce função pronominal, mas conjuntiva.

A alternativa B está incorreta. O pronome “quem” tem valor genérico, não retoma diretamente “Vitória”.

A alternativa C está incorreta. O pronome “me” se refere à pessoa que fala na citação, não à autora do texto.

A alternativa D está incorreta. O pronome “você” ocorre dentro da fala exemplificativa atribuída ao agressor, referindo-se à vítima.

A alternativa E está correta. A expressão “uma da outra” indica reciprocidade entre elementos femininos e retoma diretamente o conjunto: violência social, física e psicológica.

QUESTÃO 33. Assinale a alternativa que indica uma expressão preposicionada que completa uma forma verbal.

a) “em projetos sociais” (l. 01).

b) “por parte da sociedade” (l. 02-03).

c) “a controle” (l. 08).

d) “da vítima” (l. 10).

e) “de quem quer que possa” (l. 21).

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema Sintaxe e Complemento Verbal.

A alternativa A está incorreta. A expressão “em projetos sociais” completa o adjetivo “especializada”, não um verbo.

A alternativa B está incorreta. “por parte da sociedade” completa o substantivo “discriminação”, não um verbo.

A alternativa C está correta. No texto, “a controle” é o complemento verbal exigido pelo verbo “submeter”.

A alternativa D está incorreta. No texto, “da vítima” completa o substantivo “autoestima”, não um verbo.

A alternativa E está incorreta. A expressão “de quem quer que possa” complementa o adjetivo “dependente”.

QUESTÃO 34. Caso no primeiro parágrafo do texto a expressão “A psicóloga Maria Vitória, especializada em projetos sociais e políticas públicas” fosse substituída por “Os estudiosos de Psicologia”, quantas alterações deveriam ser feitas para fins de concordância, excluindo-se alterações na pontuação?

a) Duas

b) Três

c) Quatro

d) Cinco

e) Seis

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema Concordância Verbal.

Se a substituição da expressão “A psicóloga Maria Vitória, especializada em projetos sociais e políticas públicas” por “Os estudiosos de Psicologia” fosse feita, o parágrafo ficaria da seguinte forma:

Os estudiosos de Psicologia explicam que o medo, a dependência financeira, a cultura, o preconceito e a discriminação por parte da sociedade estão entre os principais motivos que tornam difícil escapar ou denunciar alguma violência. Eles também ressaltam que a manipulação e intimidação são estratégias comuns entre os agressores. "O parceiro insulta, xinga, faz pressão, e ameaças", explicam. "Mas, muitas vezes, acontece de maneira sutil, até imperceptível", esclarecem.

Percebe-se que as alterações foram: “explicam”, “Eles”, “ressaltam”, “explicam” e “esclarecem”, totalizando 5 (cinco) alterações.

Portanto, a alternativa correta é a letra D.

QUESTÃO 35. Qual das alternativas abaixo poderia substituir “existem” em “existem leis que protegem vítimas de violência, coordenadorias, secretarias, centros especializados” sem provocar erro à estrutura da frase?

- a) há
- b) ocorrem
- c) hão
- d) houveram
- e) devem existir

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema Verbos Existenciais e Concordância Verbal.

A alternativa A está correta. Haver, no sentido de existir, é verbo impessoal. Portanto ficará sempre na terceira pessoa do singular.

A alternativa B está incorreta. Semanticamente, “ocorrem” transmite incoerência, visto que leis não “ocorrem” ou “acontecem”, elas “existem”, “vigoram”.

A alternativa C está incorreta. O verbo “haver”, no sentido de existir, é impessoal. Nesse caso, haveria a pluralização indevida do verbo impessoal.

A alternativa D está incorreta. O verbo “haver”, no sentido de existir, não vai ao plural.

A alternativa E está incorreta. A expressão “devem existir” traz a ideia de hipótese, enquanto a expressão “existem” transmite a ideia de certeza.

QUESTÃO 36. Assinale a alternativa cuja palavra NÃO pertence ao mesmo campo de significado, considerando o assunto discutido no texto.

- a) “manipulação” (l. 04).
- b) “intimidação” (l. 04).
- c) “pressão” (l. 05).
- d) “confiança” (l. 09)

e) “medo” (l. 14)

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema Semântica.

As palavras acima se relacionam ao campo da violência psicológica, com exceção da palavra “confiança”.

Dessa forma, a alternativa correta é a letra D.

QUESTÃO 37. É uma proposta de modificação no texto que promoveria outras alterações em sua estrutura:

a) “explica” (l. 01) por “esclarece”.

b) “acontece” (l. 06) por “ocorre”.

c) “cita” (l. 08) por “menciona”.

d) “protegem” (l. 15) por “dão proteção”.

e) “utilizar” (l. 19) por “usar”.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema Sinonímia e Estrutura Sintática.

A alternativa A está incorreta. Os verbos “explicar” e “esclarecer” são sinônimos com a mesma transitividade e estrutura sintática.

A alternativa B está incorreta. Os verbos “acontecer” e “ocorrer” são sinônimos, ambos intransitivos.

A alternativa C está incorreta. Os verbos “citar” e “mencionar” são sinônimos de mesma regência.

A alternativa D está correta. Enquanto “protegem” é um verbo simples, “dão proteção” é uma locução verbal com outra regência. Dessa forma, exigiria reorganização sintática.

A alternativa E está incorreta. Os verbos “utilizar” e “usar” são sinônimos com a mesma transitividade.

QUESTÃO 38. São propostas de reescrita de partes da frase “Ao impedir uma pessoa de utilizar o celular, um exemplo de violência patrimonial, o agressor está encontrando uma forma de isolar a vítima” que NÃO causariam a alteração em seu sentido ou estrutura:

I. “Ao impedir” por “Quando impede”.

II. “de utilizar” por “que utilize”.

III. “de isolar” por “de isolamento”.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema Sintaxe e Semântica.

O item I está correto. A alteração mantém o valor semântico-temporal, de forma que a estrutura global da frase não é prejudicada.

O item II está incorreto. A expressão “que utilize” exigiria uma reestruturação sintática na frase: ao impedir que uma pessoa utilize.

O item III está incorreto. A expressão “de isolamento” exigiria uma reestruturação da frase: uma forma de isolamento da vítima.

Dessa forma, apenas o item I está correto. A alternativa correta é a letra A.

QUESTÃO 39. Analise o fragmento de texto a seguir e assinale a alternativa que indica o número do termo (inserido imediatamente após dele) que funciona como adjunto adnominal:

"Como exemplo, Vitória (1) cita o desejo (2) de submeter a controle as roupas com que a pessoa anda, os ambientes que ela frequenta e as (3) pessoas com quem convive, utilizando estratégias (4) para afetar a confiança e autoestima da vítima, buscando meios de responsabilizá-la pelas atitudes do agressor, querendo sempre (5) controlar os passos da pessoa".

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema Sintaxe e Adjunto Adnominal.

A alternativa A está incorreta. “Vitória” é o núcleo do sujeito.

A alternativa B está incorreta. “Desejo” é o núcleo do objeto direto.

A alternativa C está correta. “As” é o determinante do núcleo “pessoas”, ou seja, adjunto adnominal.

A alternativa D está incorreta. “Estratégias” é objeto direto.

A alternativa E está incorreta. “Sempre” é advérbio.

QUESTÃO 40. As três partes do texto constituem um único texto, cujo principal objetivo é:

a) Identificar as causas da violência que atingem todos os tipos de comunidades.

b) Discorrer acerca do tema violência, apresentando algumas formas de ocorrência, dado sobre o tema e também como elas se conectam.

c) Demonstrar a importância da Psicologia no âmbito da violência.

d) Mostrar que, de modo geral, o medo e a intimidação são os principais causadores da violência.

e) Deixar claro que a violência prescinde do uso de celulares e outros meios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema Interpretação de Texto.

A alternativa A está incorreta. O texto não universaliza as causas da violência para todos os tipos de comunidade.

A alternativa B está correta. O texto discorre sobre a violência e relaciona os seus tipos, apresentando dados sobre o tema, bem como as formas de ocorrência.

A alternativa C está incorreta. A importância da Psicologia no âmbito da violência não é o tema do texto.

A alternativa D está incorreta. Segundo a autora, o “medo, a dependência financeira, a cultura, o preconceito e a discriminação por parte da sociedade estão entre os principais motivos que tornam difícil escapar ou denunciar alguma violência.”

A alternativa E está incorreta. O texto aponta a restrição do uso de celulares como um tipo de violência patrimonial que também é psicológica, mas não afirma que a violência prescinde do uso de celulares e outros meios.

PROVA COMENTADA – P2

QUESTÃO 01. É um mecanismo técnico destinado a garantir a integridade de dados, permitindo verificar se um arquivo digital não sofreu alterações desde sua coleta até sua apresentação em juízo. O trecho refere-se ao(à):

- a) Hash.
- b) Mixer.
- c) Log de auditoria.
- d) Chave simétrica.
- e) Proxy.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crimes cibernéticos.

A alternativa A está correta. O Hash (ou função resumo) é um algoritmo matemático que transforma qualquer conjunto de dados (um arquivo de vídeo, uma foto, um HD inteiro) em uma sequência alfanumérica de tamanho fixo. Conforme explica o professor Vinícius Consolin “A Função de Hash é um algoritmo que transforma uma entrada de dados (texto, arquivo ou mensagem) em uma sequência alfanumérica de tamanho fixo, chamada de resumo, código de hash, síntese ou digest. Além disso, diferentemente de algoritmos de criptografia, a Função de Hash não utiliza chaves.”

A alternativa B está incorreta. Também conhecido como "Tumbler", é uma ferramenta usada principalmente em transações de Criptomoedas. De forma geral, um serviço de mistura, também conhecido como "tumbler", é um serviço útil que combina diversos fluxos de criptomoedas potencialmente identificáveis.

A alternativa C está incorreta. É um registro cronológico de atividades em um sistema (quem logou, que horas, o que acessou). Ele serve para rastrear ações, mas não garante, por si só, que um arquivo específico não foi alterado matematicamente como o Hash faz. Conforme explica Maria Alves, “[...] são registros de atividades do sistema. Estes são essenciais para o monitoramento e a análise em busca de comportamentos anômalos ou maliciosos, permitindo, assim, a identificação e resposta a incidentes de segurança.”

A alternativa D está incorreta. É um conceito de Criptografia. Logo, sendo o foco aqui é a confidencialidade (esconder o dado), e não a verificação de integridade pós-coleta.

A alternativa E está incorreta. É um servidor que age como intermediário entre um usuário e a internet.

QUESTÃO 02. Sobre o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, analise as assertivas abaixo:

I. O provedor de conexão à internet será corresponsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

II. A garantia do direito à privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações é condição para o pleno exercício do direito de acesso à internet.

III. A disponibilização ao requerente dos registros de acesso a aplicações de internet cujo provedor dessas aplicações seja constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos poderá ser realizada a qualquer tempo, sem necessidade de autorização judicial.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e II.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Marco Civil da Internet.

O item I está incorreto. De acordo com o Art. 18 do Marco Civil, o provedor de conexão (quem fornece o sinal de internet, como Vivo, Claro, Oi) não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros. Vejamos: “Art. 18. O provedor de conexão à internet não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.”

O item II está correto. Esta assertiva reproduz o Art. 7º do Marco Civil. Vejamos: “Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos: I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; II - inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei; III - inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial; [...]” A lei estabelece que o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e os direitos à privacidade e à liberdade de expressão são pilares fundamentais para que esse acesso ocorra de forma plena e democrática.

O item III está incorreto. O fornecimento de registros, sejam de conexão ou de acesso a aplicações, sempre depende de ordem judicial. A saber: “art. 10, §2º - O conteúdo das comunicações privadas somente poderá ser disponibilizado mediante ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, respeitado o disposto nos incisos II e III do art. 7º.”

A alternativa B está correta. Somente o item II está correto.

As demais alternativas estão incorretas, portanto.

QUESTÃO 03. Analise a sentença abaixo: A Deep Web e a Dark Web são uma parte da internet não indexada por motores de busca (1ª parte). A Deep Web é acessível por navegadores comuns (2ª parte), enquanto a Dark Web é uma pequena parte dentro da Deep Web que exige o uso de softwares específicos para acesso, como o Autopsy (3ª parte).

Quais partes estão corretas?

- a) Apenas a 1ª parte.
- b) Apenas a 3ª parte.
- c) Apenas a 1ª e a 2ª partes.
- d) Apenas a 2ª e a 3ª partes.
- e) Todas as partes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre

A alternativa C está correta. A primeira parte está correta: a Deep Web e a Dark Web realmente compõem a "web invisível". Elas não são indexadas por motores de busca convencionais como Google ou Bing. Isso significa que você não encontra o conteúdo delas simplesmente digitando palavras-chave em um buscador comum. A segunda parte está correta: Deep Web é acessível por navegadores comuns (Chrome, Firefox, Edge). Ela consiste em qualquer conteúdo protegido por senhas ou atrás de formulários, como seu e-mail pessoal, extratos bancários online, bancos de dados acadêmicos e prontuários médicos. Já a terceira parte demonstra-se incorreta: Autopsy é uma ferramenta de Computação Forense utilizada por peritos para analisar discos rígidos e recuperar arquivos de dispositivos apreendidos.

As demais alternativas estão incorretas. Somente a 1ª e 2ª partes estão corretas. Veja o comentário da alternativa C.

QUESTÃO 04. No âmbito de investigações criminais, ainda são desafios da aplicação da Inteligência Artificial (IA), EXCETO:

- a) Garantir sigilo e conformidade com a LGPD.
- b) Evitar discriminação e vieses sociais.
- c) Assegurar a integridade da prova gerada.
- d) Eliminar a supervisão humana em decisões críticas.
- e) Lidar com a estagnação da capacidade de computação para processar de dados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre inteligência artificial.

A alternativa A está incorreta. Garantir que a IA trate dados sensíveis respeitando o sigilo das investigações e a LGPD é um dos maiores obstáculos jurídicos atuais.

A alternativa B está incorreta. Evitar que uma IA de reconhecimento facial ou de análise de perfil criminal discrimine grupos por cor ou classe social é um desafio ético crítico.

A alternativa C está incorreta. Provar em juízo que o resultado de uma IA, como a limpeza de um áudio ou a melhoria de uma imagem, não alterou a realidade do fato é essencial para manter a cadeia de custódia.

A alternativa D está correta. No Direito, vigora o princípio do "Human in the Loop". Conforme explica Madalena Teixeira "Não obstante o intento conciliador com as novas tecnologias e o desenvolvimento da economia digital que ressuma do RGPD, o reforço de garantias e as medidas de salvaguarda no domínio das decisões individuais tomadas exclusivamente com base no tratamento automatizado, nomeadamente as que imputam ao responsável pelo tratamento o dever de assegurar um meio através do qual o titular do direito possa obter intervenção humana na revisão da decisão, mesmo quando esta tenha sido precedida do consentimento do titular dos dados, acabam por acentuar uma ideia de "human in the loop" ou um sentido de que, em regra, o algoritmo deve suportar a decisão humana, mas não substituí-la."

A alternativa E está incorreta. O crescimento exponencial de dados digitais (Big Data) exige um poder de processamento que muitas vezes supera a infraestrutura disponível nos órgãos de segurança pública.

QUESTÃO 05. Em relação à classificação de crimes cibernéticos, assinale a alternativa que me define um crime cibernético próprio.

a) Utiliza a internet como meio para cometer um crime comum como roubo, ameaça ou falsidade Ideológica.

b) E praticado somente em redes locais que não possuem acesso à internet.

c) Tem a vingança como principal agente motivador, focando na exposição da vítima a uma situação vexatória.

d) Acontece somente online, abrangendo atos como a inserção de dados falsos em sistemas e invasão de dispositivo informático.

e) É executado por alguém com profundo conhecimento em tecnologia e que explora sistemas para descobrir falhas de segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre crimes cibernéticos.

A alternativa A está incorreta. A alternativa descreve exatamente o conceito de crime impróprio. São crimes que já existem no mundo físico (crimes comuns), mas que utilizam a internet ou o computador apenas como instrumento para facilitar a execução ou ampliar o alcance. Estelionato via WhatsApp, ameaça por e-mail, calúnia em rede social, pornografia infantil, entre outros.

A alternativa B está incorreta. O fato de ser em rede local ou internet não muda a classificação jurídica de "próprio" ou "impróprio". Um crime próprio pode ocorrer em uma rede isolada. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Descreve uma motivação (como no caso da "pornografia de vingança"), mas a motivação não define a classificação técnica do crime como próprio ou impróprio. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta. Ela foca no ato que ataca o sistema em si e que ocorre necessariamente no ambiente digital. Os crimes cibernéticos próprios são aqueles em que o bem jurídico protegido é a integridade do sistema informático, dos dados ou da rede. Sem a tecnologia, o crime não existe. O computador não é apenas o meio, ele é o alvo e a essência do delito. Aqui podemos citar o crime de Invasão de dispositivo informático (Art. 154-A do CP).

A alternativa E está incorreta. Descreve a figura do hacker ou do analista de segurança, mas o conhecimento técnico do autor não é o critério de classificação do crime. Veja o comentário da alternativa D.

QUESTÃO 06. No que concerne às funções e às características do Direito Penal, analise as assertivas abaixo:

I. O Direito Penal possui função promocional, consistindo esta na utilização do sistema punitivo como instrumento de transformação social e incentivo a comportamentos desejados pelo Estado, superando a mera proteção de bens jurídicos.

II. O caráter fragmentário do Direito Penal impõe que apenas as condutas mais graves que lesionem ou exponham a perigo os bens jurídicos mais relevantes sejam objeto de criminalização, guardando relação com o princípio da intervenção mínima.

III. A subsidiariedade do Direito Penal determina sua atuação como ultima ratio, ou seja, somente quando os demais ramos do Direito se mostrarem insuficientes para a proteção adequada do bem jurídico.

IV. A natureza sancionatória do Direito Penal permite que este crie, de forma autônoma, novos bens jurídicos independentemente de sua previsão ou proteção em outros ramos do ordenamento jurídico. Segundo a doutrina majoritária, quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas II e III.

c) Apenas I, III e IV.

d) Apenas II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema características do Direito Penal.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está incorreto. A função do Direito Penal deve ser estritamente a proteção de bens jurídicos vitais. O uso do sistema punitivo para "incentivar comportamentos" ou realizar engenharia social é frequentemente criticado por violar a liberdade individual e desvirtuar a natureza repressiva do crime;

O item II está correto. O Princípio da Fragmentariedade decorre da Intervenção Mínima. Significa que o Direito Penal não protege todos os bens jurídicos, nem protege contra qualquer ataque. Ele se ocupa apenas de uma "pequena parte" (fragmentos) das condutas humanas: aquelas que são mais graves contra os bens mais valiosos;

O item III está correto. A Subsidiariedade é a outra face da Intervenção Mínima. Estabelece que o Direito Penal não deve ser o protagonista. Se o Direito Civil (indenização) ou o Direito Administrativo (multa) forem suficientes para resolver o conflito e proteger o bem, o Direito Penal não deve ser acionado. Ele é a "última razão" ou o último recurso do Estado.

O item IV está incorreto. Observe-se que o Direito Penal possui, predominantemente, uma natureza sancionatória e secundária.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa B está correta. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 07. Em relação à teoria geral do crime e seus elementos estruturais, analise as assertivas abaixo:

I. Para a teoria finalista da ação, o dolo e a culpa integram a conduta como elementos subjetivos do tipo, não mais permanecendo na culpabilidade.

II. A tipicidade conglobante, segundo Zaffaroni e Pierangeli (2011), exige não apenas a adequação formal da conduta ao tipo penal, mas também que o fato não esteja determinado ou fomentado por outra norma do ordenamento jurídico.

III. O conceito analítico de crime como fato típico, ilícito e culpável é adotado pela teoria tripartite, a qual considera a culpabilidade como elemento essencial do crime.

IV. A teoria social da ação considera criminosa toda conduta socialmente relevante e reprovável, independentemente de sua adequação típica formal à moldura legal. Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas I, II e III.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata sobre o tema teoria geral do crime.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. No sistema Clássico/Causal (Liszt-Beling), o dolo e a culpa ficavam na Culpabilidade. Welzel, com a Teoria Finalista, revolucionou o conceito ao afirmar que toda conduta humana é dirigida a um fim. Assim, o dolo e a culpa foram deslocados da Culpabilidade para o Fato Típico, integrando a conduta.

O item II está correto. Para a teoria da Tipicidade Conglobante, a tipicidade penal não é apenas a adequação da conduta à letra da lei (tipicidade formal). Ela exige que a conduta seja antijurídica perante todo o ordenamento.

O item III está correto. A Teoria Tripartite (ou tripartida) é a majoritária no Brasil. Define o crime como todo fato que seja simultaneamente: Típico (previsão legal + conduta + resultado + nexos + dolo/culpa); Ilícito (contrário ao direito/antijurídico); e Culpável (reprovabilidade social da conduta). Nota: Existe a teoria bipartite, que considera a culpabilidade apenas como pressuposto de aplicação da pena, mas a assertiva descreve corretamente a visão tripartite.

O item IV está incorreto. A Teoria Social da Ação busca uma ponte entre o causalismo e o finalismo, definindo ação como a conduta "socialmente relevante". No entanto, a assertiva erra ao dizer que ela ignora a adequação típica formal. Nenhuma teoria aceita no Direito Penal moderno descarta a tipicidade formal (o princípio da legalidade), pois isso feriria o Estado Democrático de Direito. A relevância social serve para interpretar a norma, não para dispensar a lei.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa D está correta. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 08. Determinado indivíduo efetua disparos de arma de fogo contra desafeto, atingindo-o no tórax. A vítima é socorrida e submetida à cirurgia de emergência. Durante o procedimento cirúrgico, em razão de erro médico grosseiro consistente em perfuração acidental de órgão vital, a vítima vem a falecer. Perícia médica atesta que, sem o erro médico, a vítima sobreviveria às lesões causadas pelos disparos. Em relação à conduta, ao resultado, ao nexos de causalidade e à responsabilização penal do atirador, assinale a alternativa correta de acordo com a teoria adotada pelo Código Penal brasileiro.

a) O agente responde por homicídio consumado, aplicando-se a teoria da equivalência dos antecedentes causais, pois sua conduta deu causa ao resultado morte, sendo irrelevante a superveniência de causa relativamente independente.

b) O agente responde por tentativa de homicídio ante a ocorrência de causa superveniente relativamente independente que, por si só, produziu o resultado morte, aplicando-se o art. 13, § 1º, do Código Penal.

c) O agente responde por homicídio consumado em concurso de agentes com o médico que causou o erro, pois ambas as condutas foram essenciais para a produção do resultado morte.

d) O nexo causal resta interrompido pela conduta do médico, caracterizando causa absolutamente independente e superveniente, devendo o atirador responder apenas pelas lesões corporais que efetivamente causou.

e) Aplica-se a teoria da causalidade adequada, adotada expressamente pelo Código Penal brasileiro como a regra de eleição de causas e constatação de nexo causal, devendo o agente responder por homicídio consumado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de nexo causal.

A alternativa A está incorreta. O agente não responderá pelo homicídio consumado, pois a causa da morte, erro médico grosseiro, se trata de causa relativamente independente;

A alternativa B está correta. É o que dispõe o Código Penal no art. 13 § 1º: “ A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.”;

A alternativa C está incorreta. Não responderá pelo homicídio consumado, muito menos em coautoria;

A alternativa D está incorreta. A causa não é absolutamente independente e sim relativamente independente;

A alternativa E está incorreta. Conforme já demonstrado, responderá pela tentativa de homicídio.

QUESTÃO 09. Sobre o conceito e as características do crime doloso no Direito Penal brasileiro, analise as assertivas abaixo:

I. O dolo eventual configura-se quando o agente, embora não deseje diretamente o resultado, assume o risco de produzi-lo, prosseguindo na conduta mesmo prevendo a possibilidade de sua ocorrência e conformando-se com ela.

II. A teoria do consentimento, empregada para diferenciar dolo eventual de culpa consciente, considera que há dolo eventual quando o agente, prevendo o resultado como possível, consente com sua produção, aceitando-o.

III. No dolo alternativo, o agente quer um resultado ou outro, sendo indiferente qual deles venha a ocorrer, respondendo pelo crime efetivamente consumado ou, se nenhum resultado ocorrer, por tentativa do crime mais grave.

IV. O dolo de dano distingue-se do dolo de perigo conforme o tipo penal proteja o bem jurídico contra efetiva lesão ou apenas contra situações de perigo, não cabendo a figura do dolo eventual. Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas I, II e III.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa certa é a letra D. A questão trata do tema dolo e culpa.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. De fato esta é a conceituação do dolo eventual;

O item II está correto. No dolo eventual o agente prevê a possibilidade do resultado, sem se importar com a sua ocorrência, já na culpa consciente o agente não crê na possibilidade do resultado danoso;

O item III está correto. É de fato o dolo alternativo, pois o agente assente com a ocorrência de um ou outro resultado, que, caso não ocorra, será penalizado pela tentativa do crime mais gravoso;

O item IV está incorreto. Cabe a figura do dolo eventual nos crimes de perigo e nos crimes de dano, sendo este o erro da proposição.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa D está correta. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 10. Analise as seguintes asserções sobre as funções e fundamentos da pena no sistema jurídico-penal brasileiro e a relação proposta entre elas:

I. A pena possui função retributiva, representando um castigo proporcional ao mal praticado, e função preventiva, objetivando evitar a prática de novos crimes tanto pelo condenado (prevenção especial) quanto pela sociedade (prevenção geral). PORQUE

II. A teoria unificadora ou eclética da pena, adotada pelo Código Penal brasileiro, harmoniza as funções retributiva e preventiva, estabelecendo que a pena deve ser proporcional à culpabilidade (retribuição), mas sua aplicação e execução devem orientar-se pela ressocialização (prevenção especial positiva) e pela intimidação social (prevenção geral). A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta. a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

c) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

d) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

e) As asserções I e II são proposições falsas.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema teoria da pena.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. Em relação à teoria da reconhece-se a sua função de prevenção geral e de prevenção especial;

O item II está correto. É o que propõe a teoria eclética da pena, ao reconhecer sua função preventiva e retributiva.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa B está correta. Ambas as proposições são verdadeiras, porém uma não justifica a outra, são informações independentes que não se validam, por não possuírem entre si a função de justificação. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 11. Dois indivíduos (A e B), agindo em concurso, ajustam a prática do delito de furto em uma loja de aparelhos celulares. Após um tempo de vigilância da loja, notam quando o segurança vai ao banheiro. Um dos indivíduos ingressa na loja e distrai o único vendedor presente enquanto o outro indivíduo começa a furtar celulares. O segurança sai do banheiro, nota a ação e tenta impedir a subtração dos aparelhos. O indivíduo A saca uma faca que não era de conhecimento de B e, sem a ajuda deste, investe contra o segurança e produz lesões que lhe causam a morte. Além de não saber da existência da faca, B não desejava lesionar o segurança. Considerando os crimes contra o patrimônio e a teoria monista ou unitária do concurso de pessoas, assinale a alternativa correta sobre a responsabilização penal de ambos os agentes.

a) Ambos respondem por roubo qualificado pela morte (latrocínio) em concurso de pessoas, aplicando-se a teoria monista do concurso de pessoas, pois colaboraram objetivamente para a subtração mediante violência.

b) O indivíduo A que empregou violência responde por roubo com resultado morte, enquanto B responde por furto qualificado pelo concurso de pessoas ante sua ausência de intenção de participar de crime mais grave.

c) Ambos respondem por latrocínio preterdoloso, uma vez que a violência empregada por um dos agentes, ainda que sem o conhecimento prévio do outro, comunica-se objetivamente a todos os concorrentes por força da teoria monista.

d) O agente que empregou violência responde por roubo em concurso material com homicídio, enquanto o outro responde apenas por furto simples, pois não aderiu ao elemento violência.

e) Ambos respondem por furto qualificado em concurso formal com homicídio doloso, pois a violência não foi empregada para assegurar a consumação da subtração, caracterizando delito autônomo.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema cooperação dolosamente distinta.

A alternativa A está incorreta. O agente que empregou a violência irá responder pelo latrocínio, porém o caso se trata de uma exceção à teoria monista, na qual os agentes não responderão pelo mesmo tipo penal, haja vista a cooperação dolosamente distinta;

A alternativa B está correta. Trata-se de exceção à teoria monista, conforme já citado, prevista no art 29 § 2º do Código Penal: “Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.”;

A alternativa C está incorreta. Não há que se falar em latrocínio preterdoloso no caso concreto;

A alternativa D está incorreta. O tipo penal adequado para o agente que empregou a violência é o latrocínio, com pena de reclusão de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, e multa;

A alternativa E está incorreta. A violência foi praticada no contexto do roubo, sendo o crime de latrocínio.

QUESTÃO 12. Em relação aos crimes contra a dignidade sexual previstos no Código Penal brasileiro, analise as assertivas abaixo:

I. No crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), a vulnerabilidade decorrente da idade é absoluta quando a vítima tem menos de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento ou experiência sexual anterior da vítima para a configuração do delito.

II. O crime de assédio sexual (art. 216-A do CP) exige, para sua configuração, a presença de hierarquia ou ascendência funcional do agente sobre a vítima, não se aplicando a relações entre pessoas em situação de igualdade hierárquica.

III. A ação penal nos crimes contra a dignidade sexual do Código Penal, após as alterações legislativas recentes trazidas pela Lei nº 13.718/2018, passa a ser pública incondicionada, independentemente da idade da vítima.

IV. O aumento de pena previsto no art. 234-A, IV, do CP, aplicável quando o crime sexual resulta em gravidez, somente incide se o agente tinha conhecimento ou assumiu o risco de engravidar a vítima. Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas I, II e III.

e) I, II, III e IV

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema crimes contra a dignidade sexual.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. Dispõe o STJ na Súmula 593 que: “O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.”

O item II está correto. No contexto legal brasileiro, a presença de hierarquia ou ascendência funcional é um elemento essencial para a configuração do crime de assédio sexual, conforme definido no Código Penal.

O item III está correto. É o que dispõe a Lei no art 1º: “Esta Lei tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo.”;

O item IV está incorreto. Independente da vontade do agente de engravidar a vítima, incidirá a referida causa de aumento de pena. É uma majorante objetiva.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa correta é a letra D. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 13. Sobre os crimes contra a administração pública e suas peculiaridades, assinale a alternativa correta.

a) No crime de concussão (art. 316 do CP), o agente exige vantagem indevida valendo-se de sua condição de funcionário público, sendo suficiente a exigência para a consumação, independentemente da obtenção da vantagem.

b) O crime de prevaricação (art. 319 do CP) caracteriza-se pela prática, pelo funcionário público, de ato de ofício contra disposição expressa de lei para satisfazer interesse pessoal, exigindo-se que o interesse seja de natureza econômica ou patrimonial.

c) Na corrupção passiva (art. 317 do CP), quando o funcionário público solicita vantagem indevida, o crime somente se consuma com a efetiva entrega da vantagem, permanecendo na forma tentada enquanto não houver o recebimento. d) O peculato culposo (art. 312, § 2º, do CP) admite a extinção da punibilidade se o funcionário público promover, antes da denúncia, o ressarcimento integral do dano, nos termos do § 3º do referido artigo.

e) No crime de advocacia administrativa (art. 321 do CP), o funcionário público patrocina interesse privado perante a administração, sendo necessário que o interesse defendido seja ilegítimo.

Comentários

A alternativa certa é a letra A. A questão trata do tema crimes contra a administração pública.

A alternativa A está correta. O crime de concussão, tipificado no Art. 316 do CP dispõe que é crime: “Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.”;

A alternativa B está incorreta. Não se exige que o interesse seja econômico, podendo este ser de qualquer natureza para configurar o crime;

A alternativa C está incorreta. Se trata de um crime formal, não se exigindo o resultado naturalístico para a sua consumação;

A alternativa D está incorreta. Conforme prevê o art 312 § 3º: “ No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.”;

A alternativa E está incorreta. Não é necessário que o interesse seja ilegítimo, pode ser legítimo também. Caso seja ilegítimo incidirá a forma qualificada do crime. Art. 321: “Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo: Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa.”.

QUESTÃO 14. Determinado indivíduo, mediante engenharia social e envio de link malicioso em que a vítima termina por clicar, logra acessar dispositivo informático de terceiro e, sem autorização judicial, tem acesso a dados obtidos em comunicações telemáticas pretéritas. Com isso, obtém informações privadas e as divulga em redes sociais. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

a) O agente responde por crime único previsto no art. 10 da Lei nº 9.296/1996, que abrange tanto a interceptação quanto a divulgação das comunicações interceptadas, por se tratarem de condutas conexas do mesmo tipo penal.

b) O agente responde pelo crime do art. 10 da Lei nº 9.296/1996 em concurso formal com o crime previsto no art. 154-A do CP (invasão de dispositivo informático), considerando a utilização de meio eletrônico para a interceptação.

c) O agente pratica dois crimes distintos: o de interceptação telefônica sem autorização judicial (art. 10 da Lei nº 9.296/1996) e o de divulgação de conteúdo de comunicações interceptadas (art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.296/1996), em concurso material.

d) O agente responde pelo crime do art. 154-A (invasão de dispositivo informático), § 3º (qualificado), do CP, sendo a divulgação do conteúdo mero exaurimento da conduta.

e) O agente responde pelo crime do art. 154-A (invasão de dispositivo informático), § 3º (qualificado pela obtenção de comunicações eletrônicas privadas), do CP, sendo a divulgação do conteúdo tratada como majorante da pena.

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema invasão de dispositivo informático.

A alternativa A está incorreta. Responderá o agente pelo tipo penal específico previsto no Código Penal no art 154-A, criado para combater este tipo de conduta, a partir da conhecida Lei Carolina Dieckmann;

A alternativa B está incorreta. Responderá o agente pelo tipo penal específico previsto no Código Penal no art 154-A, criado para combater este tipo de conduta, a partir da conhecida Lei Carolina Dieckmann;

A alternativa C está incorreta. Responderá o agente pelo tipo penal específico previsto no Código Penal no art 154-A, criado para combater este tipo de conduta, a partir da conhecida Lei Carolina Dieckmann;

A alternativa D está incorreta. Não se trata a divulgação como mero exaurimento do crime e sim como causa de aumento.

A alternativa E está correta. Conforme dispõe o Art. 154-A: “Invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo ou de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. § 1º Na mesma pena incorre quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de

permitir a prática da conduta definida no caput. § 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se da invasão resulta prejuízo econômico. § 3º Se da invasão resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. § 4º Na hipótese do § 3º, aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro, a qualquer título, dos dados ou informações obtidos.”.

QUESTÃO 15. Em relação aos crimes raciais e de preconceito previstos na Lei nº 7.716/1989, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.532/2023, analise as assertivas abaixo:

I. A injúria racial, anteriormente prevista no art. 140, § 3º, do Código Penal, passa a estar prevista na Lei nº 7.716/1989, integrando então o rol dos crimes de racismo, com a consequente imprescritibilidade e inafiançabilidade.

II. O crime de racismo pode ser praticado mediante condutas de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, incluindo-se expressamente a discriminação praticada por meio da internet ou redes sociais.

III. A referida Lei estabelece como excludente de ilicitude a manifestação de pensamento decorrente de convicção religiosa, desde que não implique incitação à violência.

IV. Constitui crime de racismo, nos termos da referida Lei, a conduta de impedir ou obstar, por motivo de discriminação racial, o acesso de alguém a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador. Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e IV.

c) Apenas II e III.

d) Apenas I, II e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema crimes raciais.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. Com a Lei nº 14.532/2023, a injúria racial saiu do Código Penal (antigo art. 140, § 3º) e foi transladada para a Lei nº 7.716/1989 (Art. 2º-A). Com isso, não restam dúvidas de que ela agora possui natureza de crime de racismo, sendo imprescritível e inafiançável, conforme o mandado constitucional de criminalização (Art. 5º, XLII, da CF/88);

O item II está correto. A Lei nº 7.716/1989 já previa os critérios de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A inovação recente reforçou a punição para crimes cometidos por meio de redes sociais ou publicações de qualquer natureza, prevendo penas mais graves (reclusão de 2 a 5 anos) para o racismo praticado nestes meios (Art. 20, § 2º);

O item III está incorreto. Não se admite no ordenamento pátrio o denominado hate speech. Não existe na Lei nº 7.716/1989 uma cláusula que estabeleça "excludente de ilicitude" específica para convicção religiosa. Embora a liberdade de expressão e religiosa seja um direito constitucional, ela não serve como salvo-conduto para a prática de atos discriminatórios;

O item IV está correto. Impedir ou dificultar o acesso de alguém a estabelecimentos comerciais, negando atendimento por motivação racial, é crime de racismo desde a redação original da lei, mantendo-se vigente e fundamental para a proteção da dignidade da pessoa humana. Prevê a Lei no Art. 5º : “Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.Pena: reclusão de um a três anos.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa correta é a letra D. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 16. Sobre a lavagem de dinheiro conforme disposto na Lei nº 9.613/1998, com as alterações da Lei nº 12.683/2012, assinale a alternativa correta.

a) A configuração do crime de lavagem de dinheiro exige a prévia condenação pela infração penal antecedente, não sendo possível a punição pela lavagem se não houver sentença condenatória transitada em julgado quanto ao crime que proporcionou o dinheiro “lavado”.

b) O crime de lavagem de dinheiro admite a modalidade culposa quando o agente, por negligência, imprudência ou imperícia, deixa de adotar procedimentos de controle exigidos pela legislação (e.g. comunicar as situações suspeitas ao COAF), facilitando a ocultação de valores de origem ilícita.

c) Para a configuração do crime de lavagem previsto no art. 1º da referida Lei, é dispensável a comprovação de que o agente tinha conhecimento da origem ilícita dos bens, valores ou direitos objeto da operação financeira, sendo possível punir a conduta praticada a título de dolo eventual.

d) A lavagem de dinheiro não pode ser praticada pelo mesmo autor da infração penal antecedente (a chamada “autolavagem”), pelo que se aplica o princípio da consunção para afastar a dupla punição.

e) O crime de lavagem de dinheiro somente se configura quando praticado em relação a produto de crimes graves expressamente listados na referida Lei, não abrangendo contravenções penais ou crimes de menor potencial ofensivo.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema lavagem de dinheiro.

A alternativa A está incorreta. O Art. 2º, II, da Lei 9.613/98 estabelece a autonomia do crime de lavagem: “O processo e julgamento dos crimes previstos nesta Lei: II - independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que praticados em outro país, cabendo ao juiz competente para os crimes previstos nesta Lei a decisão sobre a unidade de processo e julgamento.”;

A alternativa B está incorreta. O crime de lavagem de dinheiro é estritamente doloso. A omissão quanto aos deveres de comunicação ao COAF gera sanções administrativas (multas, cassação de autorização) previstas nos arts. 12 e 14, mas não configura crime de lavagem culposo. Art. 12: “Às pessoas referidas no art. 9º, bem como aos administradores das pessoas jurídicas, que deixem de cumprir as obrigações previstas nos arts. 10 e 11 serão aplicadas, cumulativamente ou não, pelas autoridades competentes, as seguintes sanções: I - advertência; II - multa pecuniária variável não superior: a) ao dobro do valor da operação; b) ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou c) ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); III - inabilitação temporária, pelo prazo de até dez anos, para o exercício do cargo de administrador das pessoas jurídicas referidas no art. 9º; IV - cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.”;

A alternativa C está correta. O crime de lavagem de dinheiro exige o elemento subjetivo (dolo). No entanto, a jurisprudência brasileira (especialmente no STJ e STF) e a doutrina majoritária admitem o dolo eventual (Teoria da Cegueira Deliberada ou *Willful Blindness*). Isso ocorre quando o agente suspeita da origem ilícita, mas se coloca propositalmente em uma posição de ignorância para não confirmar o fato, assumindo o risco de realizar a lavagem;

A alternativa D está incorreta. O Brasil admite a punição por autolavagem. O autor do crime antecedente (ex: tráfico ou corrupção) que pratica atos autônomos de ocultação e dissimulação para integrar o dinheiro à economia lícita responde por ambos os crimes em concurso material. Não se aplica o princípio da consunção;

A alternativa E está incorreta. Esta era a regra antes de 2012. Com a Lei nº 12.683/2012, o rol taxativo foi abolido. Hoje, a lavagem de dinheiro pode ter como origem qualquer infração penal (o que inclui todos os crimes e também as contravenções penais, como o jogo do bicho).

QUESTÃO 17. Durante investigação conduzida pela Polícia Civil, apurou-se que A, inconformado com o término de seu relacionamento com a então namorada B, passou a: (i) criar perfis falsos em redes sociais para monitorar sua rotina; (ii) enviar mensagens diárias para amigos e familiares da vítima insinuando comportamentos desabonadores; (iii) comparecer repetidas vezes ao local de trabalho de B, tirando fotos suas sem autorização; e (iv) divulgar, em aplicativo de mensagens, o trajeto habitual que B fazia entre sua residência e a academia. Considerando o art. 147-A do Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) As condutas de A configuram ilícito penal apenas se ficar provado, por perícia, que B sofreu abalo psicológico grave ou efetiva interrupção de suas atividades habituais.

b) As condutas descritas configuram o crime de perseguição, consumando-se independentemente de reiteração, pois a simples criação de perfil falso para monitoramento já caracteriza o delito.

c) A praticou o crime de perseguição, sendo irrelevante sob o ponto de vista típico-penal o fato de ter atuado por meios informáticos, pois o tipo penal admite qualquer meio, desde que presentes os elementos do tipo penal.

d) As condutas de A configuram apenas os crimes de difamação e perturbação da tranquilidade, sendo inaplicável o art. 147-A por ausência de ameaça direta à integridade física da vítima.

e) O crime cometido por A é absorvido pelo delito de injúria, por força do princípio da especialidade, já que o bem jurídico tutelado em ambos é a honra de B.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do crime de perseguição.

A alternativa A está incorreta. O crime independe de comprovação de abalo psicológico;

A alternativa B está incorreta. O crime de perseguição requer a reiteração da conduta;

A alternativa C está correta. Dispõe o CP no Art. 147-A: “Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade.”;

A alternativa D está incorreta. A conduta se configura no já supracitado crime de perseguição;

A alternativa E está incorreta. O crime de perseguição tutela a liberdade da vítima, não haverá absorção entre os delitos.

QUESTÃO 18. Quanto ao crime organizado previsto na Lei nº 12.850/2013, analise as assertivas abaixo:

I. Considera-se organização criminosa a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter vantagem de qualquer natureza mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 anos, ou que sejam de caráter transnacional.

II. A participação em organização criminosa constitui crime autônomo que se consuma independentemente da efetiva prática das infrações penais planejadas pelo grupo, sendo punível desde o momento da integração à estrutura criminosa. III. A delação premiada ou colaboração premiada prevista na referida Lei é meio de defesa e direito subjetivo do colaborador, devendo o juiz necessariamente conceder o perdão judicial ou a redução de pena quando presentes os requisitos legais e produzidos os resultados previstos na lei.

IV. O infiltrado policial que pratica crimes durante a operação de infiltração com o objetivo de manter sua identidade fictícia e obter provas contra a organização criminosa não responde penalmente pelos delitos cometidos, em razão da causa de exclusão da ilicitude prevista na lei. Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas I, II e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa certa é a **letra A**. A questão trata do tema Lei de drogas.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. A assertiva reproduz o conceito legal do Art. 1º, § 1º. Os requisitos são cumulativos: no mínimo 4 pessoas, estrutura ordenada, divisão de tarefas e finalidade de obter vantagem mediante crimes com pena máxima superior a 4 anos ou de caráter transnacional;

O item II está correto. O crime de integrar organização criminosa (Art. 2º) é um crime de perigo abstrato e formal. Ele se consuma com a formação do grupo ou a adesão do agente à estrutura, independentemente de os crimes visados (como tráfico ou roubo) virem a ocorrer de fato.

O item III está incorreto. Não se trata de direito subjetivo do colaborador. Segundo o entendimento pacificado pelo STF e pelo STJ, a colaboração premiada é um negócio jurídico processual e um meio de obtenção de prova, e não um direito subjetivo do réu. O Estado (MP ou Polícia) tem discricionariedade para decidir se celebra ou não o acordo. Além disso, o juiz não é obrigado a conceder o benefício se considerar que os termos são ilegais ou os resultados insuficientes.

O item IV está incorreto. O Art. 13, parágrafo único, prevê que o agente infiltrado não responde pelos crimes cometidos durante a operação, desde que haja proporcionalidade entre a conduta e a finalidade da investigação.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa A está correta. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 19. Indivíduo A, em situação de grave ameaça à sua integridade física, saca da cintura de um segurança de centro comercial uma arma de fogo de calibre permitido e municiada. A intenção era defender-se da agressão iminente e que era oferecida, também, com o emprego de arma de fogo. Inicia-se um tiroteio, sendo que tanto agressor como o indivíduo A escapam dos disparos e correm, um para cada lado, cessando a situação de perigo. A decide manter a arma em seu poder, transportando-a habitualmente por período de dois meses até ser abordado pela polícia carregando-a na cintura. Considerando as disposições do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) e as causas de exclusão da ilicitude, assinale a alternativa correta sobre a situação descrita.

a) O agente não pratica crime algum, pois a subtração da arma ocorreu em estado de necessidade para proteção da própria vida, e a manutenção posterior da posse enquadra-se na mesma excludente, caracterizando ato único indivisível.

b) O agente pratica apenas o crime de posse irregular de arma de fogo, respondendo pelo art. 12 da Lei nº 10.826/2003, tendo em vista que a subtração da arma ocorreu acobertada por estado de necessidade, mas a manutenção posterior da posse não se justifica pela mesma excludente.

c) O agente pratica os crimes de furto de arma de fogo (art. 155, § 4º-A do CP) em concurso material com posse irregular de arma de fogo (art. 12 da Lei nº 10.826/2003), pois a excludente de ilicitude não alcança crimes patrimoniais.

d) Configura-se crime único de posse ilegal de arma de fogo (art. 14 da Lei nº 10.826/2003), absorvendo a conduta de subtração em razão do princípio da consunção.

e) O agente não responde pela subtração da arma ou pelos disparos feitos em legítima defesa, condutas penalmente justificáveis. No entanto, responderá pelo porte ilegal da arma de fogo de uso permitido, nos termos do art. 14 da Lei nº 10.826/2003.

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do estatuto do desarmamento.

A alternativa A está incorreta. A excludente de ilicitude exige atualidade ou iminência do perigo. Dois meses de porte habitual não podem ser considerados "ato único" com a defesa inicial;

A alternativa B está incorreta. O erro aqui é a classificação do crime como *posse* (Art. 12). Se ele transporta a arma na cintura habitual e externamente, o crime é de porte;

A alternativa C está incorreta. A subtração, no contexto da briga para salvar a vida, é justificada pela legítima defesa ou estado de necessidade, não havendo *animus furandi* (intenção de furtar) no momento da ação inicial;

A alternativa D está incorreta. Não há consunção (absorção) porque a subtração foi uma conduta justificada (não criminosa), enquanto o porte posterior foi uma resolução criminosa nova e independente;

A alternativa E está correta. Responderá o agente pelo crime do Estatuto do Desarmamento que prevê no Art. 14: "Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa."

QUESTÃO 20. Segundo a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) e seus crimes, analise as assertivas abaixo:

I. O crime de tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da referida Lei) permite a redução da pena de um a dois terços quando o agente for primário, possuir bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa, constituindo direito subjetivo do réu que preencha tais requisitos.

II. O usuário de drogas que adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo drogas para consumo pessoal pratica crime punível com pena privativa de liberdade, sendo cabível a prisão em flagrante e a posterior conversão em penas alternativas.

III. O crime de associação para o tráfico (art. 35 da referida Lei) exige a reunião de duas ou mais pessoas com o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33 a 37 da Lei, configurando-se como crime formal que se consuma independentemente da prática efetiva do tráfico.

IV. A Lei de Drogas estabelece que não há crime quando o agente planta, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de droga para consumo pessoal, aplicando-se as mesmas penas previstas para o usuário. Quais estão INCORRETAS?

a) Apenas I.

b) Apenas III.

c) Apenas I e IV.

d) Apenas III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema lei de drogas.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está incorreto. A redução prevista é de um sexto a dois terços, isto torna a alternativa incorreta;

O item II está incorreto. A decisão do STF sobre a descriminalização do porte de maconha para consumo fixou a natureza de ilícito administrativo. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu nesta quarta-feira (26) a tese de repercussão geral do julgamento que descriminalizou o porte de maconha para consumo pessoal. Por maioria, o colegiado definiu que será presumido usuário quem adquirir, guardar, depositar ou transportar até 40 gramas de cannabis sativa ou seis plantas fêmeas. Ao avaliar o Recurso Extraordinário (RE) 635659, a maioria da Corte entendeu que o porte de maconha não é crime e deve ser caracterizado como infração administrativa, sem consequências penais. Assim, fica afastado, por exemplo, o registro na ficha de antecedentes criminais do usuário. As sanções, nesse caso, seriam advertência sobre os efeitos da maconha e comparecimento a programa ou curso educativo (incisos I e III do artigo 28 da Lei de Drogas) e aplicadas em procedimento não penal.

O item III está incorreto. Exige-se a habitualidade e permanência. Prevê o Art. 35: “Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei.”;

O item IV está incorreto. Conforme já demonstrado, o usuário não comete crime, conforme decisão do STF.

QUESTÃO 21. Delegado de polícia que assume nova unidade policial e deseja mostrar perfil operacional e atuante à nova equipe, no exercício de suas funções, realiza abordagem de indivíduo em via pública. Durante a abordagem, sem qualquer justificativa legal ou indícios de ilícito, submete o abordado a constrangimento excessivo, incluindo revista íntima vexatória e prolongada detenção em viatura policial sem comunicação imediata à autoridade competente. A conduta causa intenso sofrimento psicológico à vítima, mas não resulta em lesões físicas. Com base na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a alternativa correta.

a) A autoridade policial responde pelo crime de tortura previsto na Lei nº 9.455/1997, pois submeteu a vítima a sofrimento psíquico mediante violência ou grave ameaça, ainda que sem lesões físicas.

b) A autoridade policial pratica o crime de abuso de autoridade previsto no art. 13 da Lei nº 13.869/2019 (constranger o preso ou detido), pois realizou constrangimento ilegal durante a detenção do abordado ao submetê-lo à revista íntima pública e vexatória, agindo com a finalidade específica de satisfazer o sentimento pessoal de demonstrar perfil profissional que julga ser interessante ao assumir nova unidade policial.

c) Não há crime de abuso de autoridade, pois a Lei nº 13.869/2019 exige elemento subjetivo específico consistente na finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, não sendo suficiente o dolo genérico.

d) A conduta configura exclusivamente o crime de constrangimento ilegal previsto no art. 146 do Código Penal, não se aplicando a Lei de Abuso de Autoridade por ausência de finalidade específica ou violação de direito expressamente tutelado.

e) A autoridade policial responde pelos crimes previstos nos arts. 9º (decretar prisão ilegal) e 15 (constranger a produzir prova contra si) da Lei nº 13.869/2019, em concurso material, pelos diversos constrangimentos impostos durante a abordagem.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema Lei de Abuso de Autoridade.

A alternativa A está incorreta. A Tortura exige finalidades específicas (obter confissão, provocar ação criminoso ou discriminação). O caso em tela descreve uma conduta típica de autoridade no exercício da função que se enquadra perfeitamente na lei especial de abuso de autoridade;

A alternativa B está correta. Corresponde ao previsto pela lei de abuso de autoridade previsto no Art. 13: “Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a: I - exibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública; II - submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei; III - produzir prova contra si mesmo ou contra terceiro.”;

A alternativa C está incorreta. A assertiva afirma que "não há crime" pela falta do dolo específico, mas o texto da questão fornece justamente o dolo específico: o desejo de "mostrar perfil" (sentimento pessoal);

A alternativa D está incorreta. O Código Penal (Art. 146) é subsidiário. Havendo lei especial (Abuso de Autoridade) tratando do crime praticado por funcionário público no exercício da função com dolo específico, aplica-se a lei especial pelo Princípio da Especialidade.

A alternativa E está incorreta. O Art. 9º trata de decretação de prisão em desconformidade com a lei (natureza judicial/decisória) e o Art. 15 trata de constrangimento para produzir prova (o que não foi o foco principal do "perfil operacional" descrito).

QUESTÃO 22. A Lei Henry Borel (Lei nº 14.344/2022) estabelece mecanismos para prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes. Além de alterar alguns tipos penais preexistentes como forma de encorpar a tutela penal já prevista para proteger crianças e adolescentes, a mesma lei criou novos tipos penais. Com base na referida Lei, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A referida Lei prevê que o autor do descumprimento à decisão judicial que defere medida protetiva de urgência prevista no citado ato normativo responderá por crime de menor potencial ofensivo.

b) Segundo a referida Lei, o descumprimento da decisão judicial que defere medida protetiva de urgência expedida por juiz cível recebe o mesmo tratamento penal daquele imposto a quem descumpra a medida semelhante determinada por juízo criminal.

c) O descumprimento de decisão judicial que defere medida protetiva de urgência na justiça cível escapa da previsão típico-penal do art. 25 e parágrafos da referida Lei, não configurando crime previsto no citado diploma legal.

d) O artigo 26 da referida Lei dispõe que “deixar de comunicar à autoridade pública a prática de violência, de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra criança ou adolescente ou o abandono de incapaz” configura crime com pena prevista de seis meses a 3 anos de detenção.

e) Ao avô que deixa de comunicar à autoridade pública a prática degradante ou de formas violentas de educação contra o neto que conta com 8 anos de idade, aplica-se em dobro a pena prevista no caput do art. 26 da referida Lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão pede que seja indicada a alternativa incorreta. A questão trata do tema Lei Henry Borel.

A alternativa A está incorreta. De fato, o crime de descumprimento de medida protetiva (Art. 25) tem pena de detenção de 3 meses a 2 anos. Segundo a Lei nº 9.099/95, crimes com pena máxima de até 2 anos são de menor potencial ofensivo. A própria Lei Henry Borel veda a aplicação da Lei 9.099/95 (Art. 226 do ECA alterado e Art. 24 da Lei 14.344), o que impede o rito dos Juizados;

A alternativa B está incorreta. O Art. 25 da Lei Henry Borel tipifica o descumprimento de medida protetiva de urgência independentemente de a decisão ter sido proferida por juízo cível ou criminal. O bem jurídico tutelado é a autoridade da decisão judicial e a segurança da criança;

A alternativa C está correta. Esta assertiva afirma que o descumprimento de medida cível "escapa da previsão típica". Isso é falso. O Art. 25 da Lei 14.344/2022 não faz distinção entre a natureza do juízo (cível ou criminal) que deferiu a medida. Se a medida protetiva foi deferida com base na Lei Henry Borel, seu descumprimento é crime, ponto final;

A alternativa D está incorreta. A lei criou o crime do Art. 26, que pune a omissão de quem presencia ou sabe de violência contra criança/adolescente e não comunica à autoridade. A pena descrita (6 meses a 3 anos) está correta conforme o preceito secundário do artigo. Art. 26. Deixar de comunicar à autoridade pública a prática de violência, de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra criança ou adolescente ou o abandono de incapaz: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos. § 1º A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta morte. § 2º Aplica-se a pena em dobro se o crime é praticado por ascendente, parente consanguíneo até terceiro grau, responsável legal, tutor, guardião, padrasto ou madrasta da vítima.

A alternativa E está incorreta. De fato, o Art. 26, § 1º, prevê que a pena é aplicada em dobro se o crime é praticado por ascendente (avô), parente consanguíneo até terceiro grau, responsável legal, etc. Como o avô é ascendente, a majorante está correta.

QUESTÃO 23. Sobre os princípios gerais do Direito Penal brasileiro e suas aplicações, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O princípio da anterioridade da lei penal, consagrado no art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal e no art. 1º do Código Penal, veda a utilização de analogia in malam partem para prejudicar o réu, admitindo-se, como exceção, a analogia in bonam partem em seu favor.

b) O princípio da ofensividade ou lesividade determina que somente podem ser punidas condutas que lesionem ou coloquem em perigo concreto bens jurídicos tutelados pela ordem jurídica, sendo inadmissível a punição de autolesão ou de atos meramente imorais sem ofensa a terceiros.

c) O princípio da culpabilidade, em suas diversas acepções, impede a responsabilidade penal objetiva, exigindo dolo ou culpa como elementos subjetivos dos tipos penais, e estabelece que pena não poderá ser imposta antes de provada a culpa do agente.

d) O princípio da intervenção mínima orienta que o Direito Penal deve ser a ultima ratio do ordenamento jurídico, atuando somente quando os demais ramos do Direito se mostrarem insuficientes para a proteção adequada dos bens jurídicos mais relevantes.

e) O princípio da insignificância, construção jurisprudencial aplicada pelo STF, exclui a tipicidade material da conduta quando presentes cumulativamente: mínima ofensividade da conduta, ausência de periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica, sendo aplicável inclusive a crimes praticados com violência ou grave ameaça.

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**, a questão pede a proposição incorreta. A questão trata do tema princípios do direito penal.

A alternativa A está incorreta. De fato, o princípio da reserva legal impede que se crie crime ou pena por analogia para prejudicar o réu (*in malam partem*). Todavia, no Direito Penal, a analogia é permitida quando beneficia o réu (*in bonam partem*), visando suprir lacunas em favor da liberdade;

A alternativa B está incorreta. O Direito Penal não pune pensamentos, estilos de vida ou autolesão (quem se corta ou tenta suicídio não comete crime contra si mesmo). É necessário que a conduta afete o bem jurídico de terceiros;

A alternativa C está incorreta. Acertadamente, no Brasil, não existe responsabilidade penal objetiva (aquela baseada apenas no resultado). Para que alguém seja punido, é obrigatório provar que ele agiu com dolo (intenção) ou culpa (imprudência, negligência ou imperícia);

A alternativa D está incorreta. O princípio da intervenção mínima de fato define que o Direito Penal é a *ultima ratio*. Se o Direito Civil, Administrativo ou Tributário puderem resolver a questão de forma eficaz, o Direito Penal não deve intervir.

A alternativa E está correta. O Princípio da Insignificância embora de fato exclua a tipicidade material, possui limites rígidos quanto à natureza da conduta: Violência ou Grave Ameaça: A jurisprudência consolidada do STF e do STJ estabelece que o princípio da insignificância não se aplica a crimes praticados com violência ou grave ameaça à pessoa (como o roubo ou a lesão corporal). A violência, por si só, impede que a conduta seja considerada de "mínima ofensividade" ou "reduzido grau de reprovabilidade". A assertiva descreveu corretamente os quatro requisitos cumulativos (Mínima ofensividade, Ausência de periculosidade social, Reduzido grau de reprovabilidade e Inexpressividade da lesão), mas errou ao estender sua aplicação a crimes violentos.

QUESTÃO 24. Um indivíduo promove, arditamente, no ambiente de rede social, a venda de produtos de uma famosa marca esportiva, mas que não lhe pertencem e jamais serão entregues. Em apenas um dia, induz cinco vítimas a erro, inicia contatos através de aplicativo de mensageria e faz com que elas forneçam dados de cartão de crédito, inclusive com o código de segurança, a pretexto de pagarem pelos produtos desejados. No mesmo dia, o autor utiliza os dados fornecidos pelas vítimas e realiza diversas compras em proveito próprio, causando prejuízo às cinco vítimas. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

a) A conduta acima narrada se amolda ao tipo penal do caput do art. 171 do CP, que será combinado com o concurso material de crimes em razão das cinco vítimas distintas.

b) O tipo penal a ser aplicado é o do inciso I do artigo 171 do CP, que prevê a conduta de quem dispõe de coisa alheia como própria. Aplicar-se-á, ainda, a causa de aumento referente ao concurso formal próprio.

c) A ação narrada se enquadra no tipo penal do artigo 171, § 2º-A, que trata da fraude eletrônica, dado que as vítimas, induzidas a erro, forneceram informações que foram utilizadas para que as compras fossem realizadas em prejuízo destas.

d) A conduta configura exclusivamente o crime do artigo 171-A, que prevê tipo penal para aquele que organiza e oferta ativos virtuais, sendo a multiplicidade de vítimas elementar do tipo, não se aplicando o concurso de crimes.

e) O tipo penal a ser aplicado é o do inciso I do artigo 171 do CP, que prevê a conduta de quem dispõe de coisa alheia como própria. Aplicar-se-á, ainda, o concurso material de crimes.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema estelionato.

A alternativa A está incorreta. Desde 2021, quando a fraude ocorre via rede social ou meio eletrônico com indução ao fornecimento de dados, aplica-se a qualificadora do § 2º-A: “ A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se a fraude é cometida com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes sociais, contatos telefônicos ou envio de correio eletrônico fraudulento, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.”;

A alternativa B está incorreta. O inciso I do § 2º do art. 171 trata da venda/permuta de coisa alheia como própria (ex: vender um carro que não é seu). No caso narrado, o agente sequer possui os produtos; ele usa um anúncio falso apenas como "isca" para obter dados bancários e realizar compras em outros lugares (fraude de dados);

A alternativa C está correta. Conforme já demonstrado, se trata da figura típica do § 2º-A: “ A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se a fraude é cometida com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes sociais, contatos telefônicos ou envio de correio eletrônico fraudulento, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.”;

A alternativa D está incorreta. A figura típica qualificada, conforme já demonstrado;

A alternativa E está incorreta. O tipo penal é do art.171§ 2º-A do CP.

QUESTÃO 25. Acerca do instituto da perda ou confisco alargado previsto no artigo 91-A do Código Penal, analise as assertivas abaixo:

I. O confisco alargado opera sobre os bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e seus rendimentos lícitos. O condenado poderá demonstrar a inexistência de incompatibilidade ou a procedência lícita do patrimônio.

II. A perda de bens, direitos ou valores mediante confisco alargado aplica-se exclusivamente aos crimes praticados por organização criminosa, exigindo-se trânsito em julgado da sentença condenatória para sua efetivação.

III. O confisco alargado pode alcançar bens transferidos a terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória, a partir do início da atividade criminal.

IV. Ao final da ação penal, o juiz deverá declarar, na sentença condenatória, o valor em dinheiro que o condenado pagará ao estado.

V. Ao final da ação penal, o juiz deverá declarar, na sentença condenatória, o valor da diferença apurada e especificar os bens cuja perda for decretada. Quais estão corretas?

- a) Apenas I e IV.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas I, II e IV.
- d) Apenas I, III e V.
- e) I, II, III, IV e V

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema confisco alargado de bens.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. O confisco alargado atinge a diferença entre o patrimônio total do indivíduo e aquilo que ele consegue comprovar ter origem lícita. A lei permite a inversão do ônus da prova neste ponto: cabe ao condenado demonstrar a procedência lícita dos bens para evitar a perda. Art. 91-A: “Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito. § 2º O condenado poderá demonstrar a inexistência da incompatibilidade ou a procedência lícita do patrimônio.”;

O item II está incorreto. O confisco alargado aplica-se a crimes cuja pena máxima seja superior a 6 anos de reclusão (Art. 91-A, caput). Embora inclua crimes de organização criminosa, abrange também latrocínio, extorsão, tráfico de drogas e diversos crimes contra a Administração Pública que superem esse patamar de pena.

O item III está correto. De acordo com o § 1º, inciso II do art. 91-A, a perda pode atingir bens transferidos a terceiros a título gratuito ou com contraprestação irrisória, desde que a transferência tenha ocorrido a partir do início da atividade criminal;

O item IV está incorreto. O juiz não fixa necessariamente um "valor em dinheiro a ser pago ao Estado" como se fosse uma multa comum, mas sim decreta a perda dos bens que compõem a diferença patrimonial ilícita.

O item V está correto. O art 91-A determina explicitamente que o juiz deve declarar, na sentença, o valor da diferença apurada e especificar os bens cuja perda foi decretada. § 3º: “A perda prevista neste artigo deverá ser requerida expressamente pelo Ministério Público, por ocasião do oferecimento da denúncia, com indicação da diferença apurada. § 4º Na sentença condenatória, o juiz deve declarar o valor da diferença apurada e especificar os bens cuja perda for decretada.”.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa D está correta, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 26. Na fase da investigação criminal, em conformidade com o Código de Processo Penal e com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que

a) a autoridade policial pode determinar a condução coercitiva do investigado para o interrogatório policial caso ele seja regularmente intimado e não compareça para a realização desse ato.

b) em um inquérito policial que investiga um prefeito municipal por delito comum praticado durante o mandato e em razão da função pública por ele exercida, a autoridade policial deverá representar por medidas cautelares na Vara Judicial da Comarca do município que o investigado administra.

c) nenhum ato do inquérito policial poderá ser declarado nulo pelo Poder Judiciário, por se tratar de um procedimento meramente informativo.

d) a autoridade policial precisa representar ao Poder Judiciário para solicitar a abertura de inquérito policial contra investigado que sabe possuir foro por prerrogativa de função, dada a necessidade de supervisão judicial para a instauração e a tramitação do procedimento policial.

e) não é possível a realização de reconhecimento pessoal sem a concordância do investigado, segundo prevê expressamente a legislação processual penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre inquérito policial.

A alternativa A está incorreta. O STF decidiu que não cabe a condução coercitiva para interrogatório. O entendimento é que tal medida viola o direito ao silêncio e o privilégio contra a autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*). Vejamos: “O CPP, ao tratar sobre a condução coercitiva, prevê o seguinte: Art. 260. Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença. O STF declarou que a expressão “para o interrogatório”, prevista no art. 260 do CPP, não foi recepcionada pela Constituição Federal. Assim, caso seja determinada a condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório, tal conduta poderá ensejar: a responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade; a ilicitude das provas obtidas; a responsabilidade civil do Estado. Modulação dos efeitos: o STF afirmou que o entendimento acima não desconstitui (não invalida) os interrogatórios que foram realizados até a data do julgamento, ainda que os interrogados tenham sido coercitivamente conduzidos para o referido ato processual. STF. Plenário. ADPF 395/DF e ADPF 444/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgados em 13 e 14/6/2018 (Info 906).”

A alternativa B está incorreta. O Tribunal de Justiça será competente para decretar as medidas cautelares por possuir foro por prerrogativa de função, conforme o art. 29, X da CF/88: “X - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;”

A alternativa C está incorreta. É possível eu seja declarada a nulidade de atos no inquérito policial, sobretudo, provas que tenham sido produzidas de forma ilícita. Essas provas ilícitas devem ser desentranhadas dos autos.

A alternativa D está incorreta. Conforme o entendimento do STF, precisa de autorização judicial. Para investigados com foro por prerrogativa de função, o STF consolidou o entendimento de que a instauração do inquérito exige a supervisão judicial do tribunal competente. A autoridade policial não pode abrir o procedimento de ofício sem que o Tribunal autorize ou tome ciência, garantindo que o foro especial não seja contornado. Vejamos: “As diligências requeridas pelo Ministério Público Federal e deferidas pelo Ministro-Relator são meramente informativas, não suscetíveis ao princípio do contraditório. Desse modo, não cabe à defesa controlar, “ex ante”, a investigação, o que acabaria por restringir os poderes instrutórios do Relator. Assim, o Ministro poderá deferir, mesmo sem ouvir a defesa, as diligências requeridas pelo MP que entender pertinentes e relevantes para o esclarecimento dos fatos. STF. 2ª Turma. Inq 3387 AgR/CE, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 15/12/2015 (Info 812).”

A alternativa E está incorreta. É possível. O reconhecimento pessoal (Art. 226 do CPP) é uma diligência probatória e ele pode ser submetido ao reconhecimento, pois sua simples presença física é considerada um elemento de prova passivo

QUESTÃO 27. Em conformidade com as regras processuais referentes às prisões em flagrante e preventiva, assinale a alternativa correta.

a) Se o investigado descumprir medidas protetivas de urgência que foram concedidas durante um inquérito policial que apura o delito de perseguição, que é infração penal de menor potencial ofensivo, que foi praticado contra mulher, no contexto de violência de gênero, não será possível a decretação da sua prisão preventiva, por ser a pena máxima abstrata desse delito inferior a 4 anos de reclusão.

b) É incabível a decretação da prisão preventiva de um réu que, uma semana antes da instrução criminal, começa a coagir testemunhas, mediante graves ameaças, para que mintam em juízo sobre um homicídio que ocorreu há 6 anos, em razão da ausência da contemporaneidade.

c) O juiz das garantias poderá, ao analisar um auto de prisão em flagrante, converter a prisão do conduzido em prisão preventiva de ofício, ou seja, mesmo que não haja representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público.

d) Conforme a jurisprudência consolidada do STF, se o magistrado competente não analisar a necessidade da manutenção da prisão preventiva a cada 90 dias, a consequência será a soltura automática do preso, por se tornar uma segregação ilegal.

e) O delegado de polícia, durante a lavratura de um auto de prisão em flagrante em que o conduzido cometeu um delito doloso com pena máxima abstrata inferior a 4 anos de reclusão não deve arbitrar fiança se o preso for reincidente em crime doloso, por já ter sido condenado por um roubo, em sentença já transitada em julgado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre prisão preventiva.

A alternativa A está incorreta. A prisão preventiva pode ser decretada para garantir a execução de medidas protetivas de urgência em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência, independentemente da pena máxima do crime. Vejamos o disposto no §3º do art. 313, III do CPP: “III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência;”

A alternativa B está incorreta. A contemporaneidade diz respeito aos fatos que justificam a prisão e não à data do crime.

A alternativa C está incorreta. A partir da Lei 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, está vedado ao juiz, de ofício, não apenas a conversão da prisão em flagrante em preventiva, como também a decretação da prisão preventiva em qualquer hipótese. Segundo explicou o vice-presidente do STJ, a lei alterou o artigo 282, parágrafo 4º, e o artigo 311, ambos do Código de Processo Penal.

A alternativa D está incorreta. O descumprimento do prazo, por si só, não resulta na soltura do preso preventivo. O Supremo Tribunal Federal (STF) fixou entendimento de que a ausência da reavaliação da prisão preventiva no prazo de 90 dias não implica a revogação automática da custódia. No caso, o juízo competente sempre deverá ser acionado a rever a legalidade e a atualidade dos fundamentos da medida ((ADIs) 6581 e 6582)

A alternativa E está correta. O Art. 324, inciso IV, do CPP estabelece que não será concedida fiança aos que forem reincidentes em crime doloso. Como o preso já possui condenação transitada em julgado por roubo (crime doloso), o delegado não pode arbitrar a fiança, devendo essa análise ficar a cargo do juiz na audiência de custódia.

QUESTÃO 28. Em relação à participação do advogado no curso de um inquérito policial, analise as assertivas abaixo:

I. Em conformidade com súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, qualquer advogado pode acessar autos de inquérito policial, mesmo que não tenha sido constituído pelo investigado.

II. A legislação processual penal prevê, expressamente, que o advogado constituído por um investigado possui a prerrogativa de acompanhar, na fase policial, o interrogatório de outro investigado que não representa e as oitivas de testemunhas, mesmo que também não as represente.

III. Em inquérito policial que apura organização criminosa, se a autoridade judicial competente decretar o sigilo da investigação, a autoridade policial somente poderá conceder vista dos autos ao advogado do representado após o interrogatório policial do investigado.

IV. O advogado constituído pelo investigado poderá acessar termos de declarações de testemunhas que já foram ouvidas na fase policial, mas não terá acesso à documentação pertinente a diligências que estão em curso, até que sejam finalizadas, para o cumprimento de um mandado de prisão.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas III.

c) Apenas IV.

d) Apenas I e II.

e) Apenas III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre

O item I está incorreto. Conforme a Súmula 14 do STF, não é “qualquer advogado” e sim o advogado constituído pela parte. Vejamos: “SV 14: É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.”

O item II está incorreto, não havendo tal prerrogativa.

O item III está incorreto. Vejamos: “Ausente notícia de diligências de caráter sigiloso no Inquérito, não há razão para impedir o acesso aos autos da investigação, bem como para não permitir que o advogado da vítima extraia cópias de seu inteiro teor, para os fins que entender devidos. STJ. 6ª Turma. REsp 1.776.061/MT, Rel. Min. Rogerio Schietti, DJe 12/3/2019.”

O item IV está correto. O advogado poderá ter acesso ao procedimento investigatório, desde que estejam devidamente documentadas. O que não abrange as diligências em andamento. Esta assertiva reflete exatamente o texto da Súmula Vinculante 14 do STF

A alternativa C está correta. Apenas o item IV está correto.

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 29. Em relação ao contexto de violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, é correto afirmar que

a) o delegado de polícia, quando o município não seja sede de comarca e se houver risco à integridade física da vítima, poderá determinar o afastamento do agressor do lar, proibir que ele faça contato com ela e proibir que dela se aproxime. b) somente o Ministério Público, o representante legal da vítima e o Conselho Tutelar poderão requerer ao juiz competente a concessão de medidas protetivas de urgência, não possuindo a autoridade policial legitimidade para agir dessa forma.

c) o delegado de polícia, quando o município não seja sede de comarca, na hipótese de ação violenta contra adolescente em que haja risco à integridade física do ofendido, poderá determinar o afastamento do agressor do local de convivência com a vítima.

d) a autoridade policial, mesmo que o município seja sede de comarca, em casos de urgência, poderá determinar o afastamento do agressor do lar se praticar ato violento contra criança ou adolescente.

e) o delegado de polícia, quando o município não seja sede de comarca, na hipótese de crime praticado contra criança, poderá determinar que o agressor não tenha mais contato, por qualquer meio, com a vítima.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema Lei Henry Borel.

A alternativa A está incorreta. O Delegado, nessas condições de exceção, só tem poder para determinar o afastamento do lar/local de convivência. As demais medidas (como proibição de contato ou aproximação) continuam sendo de competência exclusiva do Juiz;

A alternativa B está incorreta. A autoridade policial tem o dever de encaminhar o pedido de medidas protetivas ao juiz e, conforme explicado, pode até determinar o afastamento em situações específicas de urgência em comarcas do interior;

A alternativa C está correta. Dispõe a Lei Henry Borel no Art. 14 que: “Verificada a ocorrência de ação ou omissão que implique a ameaça ou a prática de violência doméstica e familiar, com a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da criança e do adolescente, ou de seus familiares, o agressor será imediatamente afastado do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima: I - pela autoridade judicial; II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.”;

A alternativa D está incorreta. Caso o Município seja sede de comarca, a competência para determinar o afastamento permanece exclusivamente com o Poder Judiciário.

A alternativa E está incorreta. Se trata de medida a ser aplicada pelo juiz, conforme art.14 § 2º : “Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, bem como dará ciência ao Ministério Público concomitantemente.”;

QUESTÃO 30. Em relação à cadeia de custódia e às provas, assinale a alternativa correta.

a) A coleta de vestígios que Interessem à investigação deverá ser feita, obrigatoriamente, por perito oficial.

b) Sempre que houver a necessidade de rompimento do lacre do recipiente que acondiciona um vestígio, deverão ser consignados na ficha de acompanhamento, entre outras informações,

c) A legislação processual penal determina que, quando há apreensão do instrumento do crime, esse objeto deve ser sempre acondicionado em recipiente de plástico, em modelo transparente, para se preservar a cadeia de custódia.

d) O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que o print de conteúdo de telefone celular, realizado por policial civil ao analisar o aparelho com o consentimento do investigado, é elemento probatório válido, independentemente da geração do código hash.

e) O Código de Processo Penal determina que, se houver necessidade de rompimento do lacre original de um bem apreendido pela polícia, essa circunstância será consignada na ficha própria, e o lacre rompido deverá ser destruído.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a cadeia de custódia.

A alternativa A está incorreta. Na ausência deste, a autoridade policial deve garantir a preservação do local e a coleta adequada para evitar a perda da prova. Trata-se de preferência, mas não de exclusividade: “Art. 158-C. A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.”

A alternativa B está correta. Esta alternativa reflete o Art. 158-D, § 3º, do CPP. Para garantir a integridade da prova, qualquer abertura do recipiente deve ser documentada. Vejamos: “Art. 158-D. O recipiente para acondicionamento do vestígio será determinado pela natureza do material. § 3º O recipiente só poderá ser aberto pelo perito que vai proceder à análise e, motivadamente, por pessoa autorizada.”

A alternativa C está incorreta. O Art. 158-D estabelece que o recipiente deve ser adequado à natureza do vestígio, garantindo a estanqueidade e a individualização, mas sem engessar o material, que pode variar. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. O STJ tem sido rigoroso quanto à validade de provas digitais. O Superior Tribunal de Justiça (HC 1.036.370), declarou inadmissíveis provas extraídas de um celular apreendido porque a polícia se limitou a fazer “prints” (capturas de tela) de conversas de WhatsApp, sem seguir protocolos técnicos adequados de preservação da cadeia de custódia digital.

A alternativa E está incorreta. O erro aqui é o destino do lacre original. Segundo o Art. 158-D, § 5º do CPP, o lacre rompido deve ser acondicionado no interior do novo recipiente, e não destruído. Vejamos: “§ 5º O lacre rompido deverá ser acondicionado no interior do novo recipiente.”

QUESTÃO 31. Considerando as diretrizes do Código de Processo Penal em relação ao reconhecimento pessoal, bem como o que estabelece a Lei da Prisão Temporária, assinale a alternativa correta.

a) Se houver duas testemunhas para efetuar o reconhecimento de pessoa, a autoridade policial realizará o ato em uma única vez, permitindo que ambas ingressem na sala de reconhecimento simultaneamente.

b) Se o investigado pela prática de um furto qualificado que foi visto por testemunhas no momento da subtração deixar de comparecer para o reconhecimento pessoal para evitar a sua identificação, após ser devidamente intimado, é cabível a decretação de sua prisão temporária.

c) Se a vítima já conhecia o autor da infração penal há bastante tempo, será obrigatória, mesmo assim, a realização do reconhecimento pessoal, com observância ao rito estabelecido no Código de Processo Penal.

d) Em razão do direito que o investigado possui ao silêncio, em nenhuma hipótese ele poderá ser conduzido coercitivamente ou preso temporariamente para a realização de reconhecimento pessoal.

e) Se o investigado não comparecer à Delegacia de Polícia para a realização do reconhecimento pessoal, medida necessária para a conclusão das investigações, apesar de ter sido intimado três vezes para essa finalidade, em datas distintas, nem apresentar justificativa para as suas ausências, é possível a sua condução coercitiva para a execução de tal ato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre reconhecimento pessoal.

A alternativa A está incorreta. O reconhecimento simultâneo ou conjunto contamina a prova. Segundo o Art. 228 do CPP, quando várias pessoas tiverem de proceder ao reconhecimento de uma pessoa, elas deverão fazê-lo separadamente, de modo a evitar que uma influencie a outra. Vejamos: “Art. 228. Se várias forem as pessoas chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoa ou de objeto, cada uma fará a prova em separado, evitando-se qualquer comunicação entre elas.”

A alternativa B está incorreta. O rol dos crimes que admitem prisão temporária (Art. 1º, inciso III, da Lei 7.960/89) é taxativo. O furto (simples ou qualificado) não consta nessa lista. Portanto, mesmo que o investigado se esquive, não se pode decretar temporária por furto.

A alternativa C está incorreta. O reconhecimento pessoal do Art. 226 do CPP é um procedimento para quando há dúvida sobre a identidade do autor. Logo, se a vítima já conhecia o autor há muito tempo e não há dúvida sobre quem ele é, o ato de reconhecimento é prescindível (desnecessário), bastando a qualificação e identificação direta. Nesse sentido, inclusive, há o entendimento jurisprudencial: “Se a vítima é capaz de individualizar o autor do fato, é desnecessário instaurar o procedimento do art. 226 do CPP. STJ. 6ª Turma. HC 721.963-SP, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 19/04/2022 (Info 733).”

A alternativa D está incorreta. O reconhecimento pessoal é considerado uma prova passiva. O investigado não precisa “fazer” nada, apenas “estar presente”, não constituindo ilegalidade a condução coercitiva.

A alternativa E está correta. Como o reconhecimento é uma prova onde o investigado figura como objeto passivo, pois ele não produz prova contra si, ele é a prova, o seu comparecimento é obrigatório. Vejamos: “Art. 226. Quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, proceder-se-á pela seguinte forma: II - a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la;” Se ele for intimado reiteradamente e não comparecer sem justificativa, a autoridade pode determinar a condução coercitiva. Isso não viola o direito ao silêncio, pois o investigado não será forçado a falar, mas apenas a ser visto.

QUESTÃO 32. Em relação à prisão em flagrante, analise as seguintes assertivas:

I. De acordo com o Código de Processo Penal, a Polícia Civil sempre deverá remeter à Defensoria Pública, no prazo de 24 horas, uma cópia do auto de prisão em flagrante.

II. Em qualquer hipótese de prisão em flagrante de advogado, deve haver a presença obrigatória de representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no instante da lavratura do respectivo auto, por se tratar de uma prerrogativa profissional, sob pena de nulidade da prisão.

III. Se o autor do fato praticar uma infração penal de menor potencial ofensivo e se recusar, após a lavratura do termo circunstanciado de ocorrência, a assumir o compromisso de comparecer ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante se existir a possibilidade de ele ser encaminhado, imediatamente, a tal órgão do Poder Judiciário.

IV. Se o indivíduo que foi preso estiver em coma em um hospital com o diagnóstico médico de que permanecerá nessa condição por, pelo menos, 48 horas, por ter trocado tiros com a polícia no momento da prisão e ter sido ferido, não será possível a lavratura do auto de prisão, haja vista a impossibilidade de expedição de nota de culpa no prazo de 24 horas.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas III.

c) Apenas II e III.

d) Apenas II e IV.

e) Apenas I, II e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre prisão em flagrante.

O item I está correto. Conforme o Art. 306, § 1º, do CPP, em até 24 horas após a realização da prisão, o auto de prisão em flagrante (APF) deve ser encaminhado ao juiz competente e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral deve ser enviada à Defensoria Pública. Vejamos: “Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada. § 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.”

O item II está incorreto. De acordo com o Art. 7º, § 3º, do Estatuto da OAB, a presença de representante da OAB só é obrigatória na lavratura do auto quando o crime for praticado no exercício da profissão ou em razão dela. Vejamos: “Art. 7º São direitos do advogado: § 3º O advogado somente poderá ser preso em flagrante, por motivo de exercício da profissão, em caso de crime inafiançável, observado o disposto no inciso IV deste artigo.”

O item III está incorreto. Se o autor se recusar a assinar o compromisso e não for possível o encaminhamento imediato ao juiz, a prisão em flagrante deve ser lavrada normalmente. Vejamos a regra do art. 69, parágrafo único da Lei 9.099/95: “Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.”

O item IV está incorreto. A impossibilidade física do preso de assinar documentos não impede a lavratura da prisão em flagrante.

A alternativa A está correta. Apenas o item I está correto.

As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 33. No curso de uma investigação, agentes descobrem, ao analisarem o telefone celular de um investigado, sem autorização judicial e sem o consentimento dele, que ele escondeu a faca usada em um homicídio no armário de uma academia, que é destinado a qualquer frequentador do estabelecimento. Ao chegarem à academia, no entanto, verificam que outra equipe do mesmo órgão policial já havia, minutos antes, em horário comercial, sem qualquer comunicação prévia entre os agentes, localizado e apreendido a faca, depois de obterem informações com uma testemunha, que apontou o exato esconderijo do instrumento utilizado para o delito. Diante do exposto, é correto afirmar que

a) a apreensão da faca, por ter decorrido de uma fonte independente, será admitida no processo penal.

b) a apreensão da faca foi obtida por meio ilícito, por decorrer de uma prova ilícita, motivo pelo qual não será admitida no processo penal.

c) a apreensão só seria válida se realizada pela equipe que analisou o aparelho celular.

d) a apreensão seria válida tanto se realizada pela equipe que analisou o aparelho celular quanto pela equipe que obteve a mesma informação através da testemunha, já que a inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos é uma vedação que não se aplica no âmbito da investigação criminal, somente no processo penal.

e) a prova é obtida por meio ilícito, já que, em razão da privacidade, nunca se pode analisar o conteúdo de um celular, nem se houvesse autorização judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre provas.

A alternativa A está correta. Em regra, se uma prova é obtida por meio ilícito (como a invasão do celular sem ordem judicial), todas as provas que derivarem dela também são nulas. No caso, se a polícia só tivesse chegado à faca por causa do celular, a apreensão da faca seria ilícita. O Art. 157, § 1º, do CPP estabelece que as provas derivadas das ilícitas são inadmissíveis, salvo quando puderem ser obtidas por uma fonte independente. Vejamos: “§ 1º São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.” Como a prova (a faca) foi obtida por uma via que não dependeu em nada do ato ilícito inicial, ela é considerada válida. A testemunha é a "fonte independente". Logo, a prova será admitida.

As demais alternativas estão incorretas. Tendo em vista a prova ter origem independente, enquadra-se na exceção estabelecida pelo a Art. 157, § 1º, do CPP. Veja o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 34. Em relação ao juiz das garantias, levando também em consideração as decisões do Supremo Tribunal Federal sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

a) Se houver a necessidade de medida cautelar no curso de um termo circunstanciado de ocorrência, instaurado para apurar uma infração penal de menor potencial ofensivo, a autoridade policial deverá representar pela medida perante o juiz das garantias.

b) A competência do juiz das garantias cessa com o recebimento da denúncia.

c) O juiz das garantias, ao ouvir o preso durante a audiência de custódia, poderá revogar a sua prisão preventiva, que foi decretada por um magistrado competente de outra Comarca, se discordar da fundamentação usada para a sua decretação.

d) O juiz das garantias, após prorrogação do prazo para conclusão de inquérito policial com indiciado preso por 15 dias, poderá prorrogá-lo, novamente, se ficar comprovada a necessidade dessa medida e se a investigação for complexa.

e) O juiz das garantias apenas deve ser informado sobre a instauração de inquérito policial nas hipóteses em que houver prisão provisória do investigado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre juiz das garantias.

A alternativa A está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o regime do Juiz das Garantias não se aplica às infrações penais de menor potencial ofensivo, que são de competência dos Juizados Especiais Criminais (JECrim), resultando na seguinte redação do art. 3-C do CPP: “Art. 3º-C. A competência do juiz das garantias abrange todas as infrações penais, exceto as de menor potencial ofensivo, e cessa com o recebimento da denúncia ou queixa na forma do art. 399 deste Código.”

A alternativa B está incorreta. A competência do Juiz das Garantias cessa com o oferecimento da denúncia ou queixa, e não com o recebimento. Vejamos: “Art. 3º-C. A competência do juiz das garantias abrange todas as infrações penais, exceto as de menor potencial ofensivo, e cessa com o recebimento da denúncia ou queixa na forma do art. 399 deste Código.”

A alternativa C está incorreta. Se o preso foi detido por ordem de outro juízo, o juiz que realiza a custódia apenas verifica a legalidade formal e as condições do preso, devendo encaminhar eventuais pedidos de revogação ao juízo que exarou a ordem, salvo ilegalidade flagrante.

A alternativa D está correta. Esta alternativa reflete a interpretação do Art. 3º-B, § 2º, do CPP. Vejamos: “Art. 3º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298) (Vide ADI 6.299) (Vide ADI 6.300) (Vide ADI 6.305)” O STF, ao analisar o dispositivo, entendeu que, em casos de investigações complexas ou com necessidade comprovada, o juiz pode prorrogar o prazo sucessivamente para garantir a eficiência da investigação, respeitando sempre o princípio da razoabilidade para que a prisão não se torne uma antecipação de pena.

A alternativa E está incorreta. O Juiz das Garantias deve ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal (Art. 3º-B, IV), e não apenas quando houver prisão. Vejamos: “IV - ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal;”

QUESTÃO 35. Dois golpistas que residem em Passo Fundo (RS) abordam, em Estância Velha (RS), um idoso, com 71 anos de idade. Esses dois criminosos enganam a vítima mediante o chamado "conto do bilhete premiado". A vítima, que reside em Ivoti (RS), pensando que obterá uma vantagem econômica facilmente, é levada até Novo Hamburgo (RS) para sacar dinheiro em uma agência bancária. Contudo, por estar com o cartão bancário vencido, não consegue fazer o saque. Na sequência, convencida pelos estelionatários, ela transfere, quando ainda está em Novo Hamburgo, pelo aplicativo da instituição financeira instalado em seu celular, a quantia de R\$ 5.000,00 para uma conta de um dos golpistas, cuja agência bancária fica em Passo Fundo, município em que os criminosos, após retornarem para lá, sacam o dinheiro e fazem a divisão da vantagem econômica indevida. A vítima, no mesmo dia, depois de descobrir que caiu em um golpe, registra ocorrência policial e consigna que não quer representar. Levando em consideração aspectos relacionados ao inquérito policial, à ação penal e à competência, é correto afirmar que a Polícia Civil:

- a) Independentemente da vontade da vítima, deve instaurar inquérito policial para apurar o estelionato, que tramitará em Passo Fundo.
- b) Independentemente da vontade da vítima, deve instaurar inquérito policial para apurar o estelionato, que tramitará na Delegacia de Polícia de Ivoti.
- c) Em razão da manifestação da vítima, não pode instaurar inquérito policial. Por outro lado, se houvesse representação, o procedimento policial deveria tramitar em Novo Hamburgo.
- d) Em razão da manifestação da vítima, não pode instaurar inquérito policial. Por outro lado, se houvesse representação, o procedimento deveria tramitar em Passo Fundo.
- e) Independentemente da vontade da vítima, deve instaurar inquérito policial para apurar o estelionato, que tramitará em Estância Velha, município em que houve a abordagem da pessoa enganada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre

A alternativa A está incorreta. Passo Fundo é o domicílio do réu/agência beneficiária, o que era a regra antiga, mas não a atual para transferências. O Art. 70, § 4º do CPP estabelece que, nos casos de estelionato mediante depósito ou transferência de valores, a competência será definida pelo domicílio da vítima. Vejamos: “§ 4º Nos crimes previstos no art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida pelo local do domicílio da vítima, e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção.”

A alternativa B está correta. A ação será Pública Incondicionada (o Estado age independentemente da vontade da vítima) quando esta for: § 5º Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for: I - a Administração Pública, direta ou indireta; II - criança ou adolescente; III – pessoa com deficiência; ou IV

- maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz.”No enunciado, a vítima tem 71 anos. Logo, a polícia deve instaurar o inquérito mesmo que o idoso diga que não quer representar. Isso anula as alternativas C e D.

A alternativa C está incorreta. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa E está incorreta. Erra ao apontar Estância Velha (local da abordagem). A competência específica do § 4º do Art. 70 prevalece sobre a regra geral do local da infração. Veja o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 36. Em relação ao indiciamento, assinale a alternativa correta.

a) O indiciamento, que pode acontecer no inquérito policial a qualquer momento, é ato privativo do delegado de polícia e deverá ser fundamentado.

b) A legislação processual penal impõe que o indiciamento, quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, aconteça apenas ao final do inquérito policial, no relatório da autoridade policial.

c) Apesar de o Código de Processo Penal fazer alusão ao termo "indiciado", inexistente legislação processual penal que se refira ao indiciamento.

d) Se o membro do Ministério Público requisitar à autoridade policial o indiciamento de investigado que não foi indiciado no inquérito policial que já foi concluído, ela deverá atender, por se tratar de uma ordem.

e) A legislação processual penal não faz nenhuma menção a indiciamento ou a indiciado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre indiciamento.

A alternativa A está incorreta. Esta alternativa fundamenta-se no Art. 2º, § 6º, da Lei nº 12.830/2013: “Art. 2º As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado. § 6º O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.” O indiciamento não tem um momento rígido. Dessa forma, pode ocorrer logo no início ou após novas provas, se houver fundamentos para tal.

A alternativa B está incorreta. Não há essa imposição legal de que o indiciamento ocorra "apenas ao final". Veja o comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. a afirmação de que "inexistente legislação que se refira ao indiciamento" é falsa. A Lei 12.830/2013 trata expressamente do ato de indiciamento, definindo-o como privativo do delegado. Vejamos o que dispõe o art. 2, §6º: “§ 6º O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.”

A alternativa D está incorreta. O Ministério Público ou o Juiz podem requisitar a instauração de inquérito, mas não podem "mandar" o delegado indiciar alguém. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Conforme mencionado, tanto o CPP quanto leis esparsas (como a Lei 12.830/2013 e a Lei 12.037/2009) fazem diversas menções ao indiciado e ao ato de indiciamento.

QUESTÃO 37. Durante a investigação de um homicídio, policiais civis localizam e apreendem um telefone celular na cena do crime, sem saberem, no instante do encontro, se era da vítima ou de terceiros. No curso do inquérito policial, os policiais analisam dados desse aparelho para, unicamente, esclarecer o crime momento em que encontram informações relacionadas ao homicídio e que levam à identificação de um dos autores. Segundo o Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) a apreensão é válida, mas os policiais não poderiam ter analisado o conteúdo do celular sem autorização judícia específica para essa diligência

b) não poderia ser feita a análise do conteúdo do celular, por se tratar de uma apreensão sem autorização judicial.

c) os policiais poderiam analisar o conteúdo do celular, independentemente de autorização judicial.

d) os policiais somente poderiam analisar o conteúdo do celular se descobrissem quem era o seu possuidor legítimo.

e) em nenhuma hipótese, mesmo que houvesse autorização judicial, os agentes poderiam analisar o aparelho, por ser uma apreensão ilegal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre investigação.

A alternativa A está incorreta. Para celulares encontrados na cena do crime, a autorização judicial é dispensada segundo o novo precedente do STF. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. A apreensão é legal. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. Conforme o entendimento do STF ao julgar o Tema 977. A discussão gira em torno da necessidade ou não de autorização judicial para acessar dados de celulares encontrados fortuitamente em locais de crime. O STF fixou a seguinte tese: "1. A mera apreensão do aparelho celular, nos termos do art. 6º do CPP ou em flagrante delito, não está sujeita à reserva de jurisdição. Contudo, o acesso aos dados nele contidos deve observar as seguintes condicionantes: 1.1 Nas hipóteses de encontro fortuito de aparelho celular, o acesso aos respectivos dados para o fim exclusivo de esclarecer a autoria do fato supostamente criminoso, ou de quem seja o seu proprietário, não depende de consentimento ou de prévia decisão judicial, desde que justificada posteriormente a adoção da medida. 1.2. Em se tratando de aparelho celular apreendido na forma do art. 6º do CPP ou por ocasião da prisão em flagrante, o acesso aos respectivos dados será condicionado ao consentimento expresso e livre do titular dos dados ou de prévia decisão judicial (cf. art. 7º, inciso III, e art. 10, § 2º, da Lei nº 12.965/2014) que justifique, com base em elementos concretos, a proporcionalidade da medida e delimite sua abrangência à luz de direitos fundamentais à intimidade, à

privacidade, à proteção dos dados pessoais e à autodeterminação informacional, inclusive nos meios digitais (art. 5º, X e LXXIX, CRFB/88). Nesses casos, a celeridade se impõe, devendo a Autoridade Policial atuar com a maior rapidez e eficiência possíveis e o Poder Judiciário conferir tramitação e apreciação prioritárias aos pedidos dessa natureza, inclusive em regime de plantão. 2. A autoridade policial poderá adotar as providências necessárias para a preservação dos dados e metadados contidos no aparelho celular apreendido, antes da autorização judicial, justificando, posteriormente, as razões de referido acesso. 3. As teses acima enunciadas só produzirão efeitos prospectivos, ressalvados os pedidos eventualmente formulados por defesas até a data do encerramento do presente julgamento.”A lógica da Suprema Corte é que, ao encontrar um objeto em uma cena de crime (local aberto ou onde o crime ocorreu), a polícia tem o dever de arrecadar todos os objetos que tenham relação com o fato (Art. 6º, inciso II, do CPP). Nesse contexto específico, o celular é tratado como um vestígio físico e não há a mesma proteção à intimidade que existiria se o celular fosse apreendido diretamente com uma pessoa em sua casa ou durante uma busca e apreensão pessoal. Se o aparelho está "abandonado" na cena do crime, a polícia pode acessá-lo imediatamente para buscar pistas que levem à autoria.

A alternativa D está incorreta. O STF não impõe a condição de identificar o possuidor antes da análise; a análise serve justamente para chegar à identificação de quem estava lá. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. . A apreensão de objetos em local de crime é um dos atos mais básicos e legítimos da Polícia Judiciária.

QUESTÃO 38. Um indivíduo é preso, em flagrante, por volta das 14h, após perseguição ininterrupta, em Caçapava do Sul (RS), na hipótese denominada de flagrante impróprio. O crime, no entanto, foi praticado 20 minutos antes, em São Sepé (RSY, município vizinho. A pena para o delito cometido é de 4 a 10 anos de reclusão. As Delegacias de Polícia dos municípios referidos possuem autoridades policiais. Nessa hipótese, é correto afirmar que

a) o auto de prisão em flagrante deve ser lavrado na Delegacia de Polícia de São Sepé, mesmo órgão que deverá elaborar e concluir o respectivo inquérito policial.

b) o auto de prisão em flagrante deve ser lavrado na Delegacia de Polícia de Caçapava do Sul, mesmo órgão que deverá elaborar e concluir o respectivo inquérito policial.

c) o auto de prisão em flagrante deve ser lavrado na Delegacia de Polícia São Sepé, mas o inquérito policial deverá ser elaborado e concluído pela Delegacia de Polícia de Caçapava do Sul.

d) o auto de prisão em flagrante deve ser lavrado na Delegacia de Polícia de Caçapava do Sul, mas o inquérito policial deverá ser elaborado e concluído pela Delegacia de Polícia de São Sepé.

e) não pode ser lavrado auto de prisão em flagrante, haja vista que a prisão foi efetivada fora da circunscrição em que aconteceu a infração penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre flagrante.

A alternativa A está incorreta. Inverte a regra da lavratura. O flagrante deve ser lavrado onde o indivíduo foi preso (Caçapava do Sul). Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Acerta o local da lavratura, mas erra ao dizer que o inquérito deve ser concluído lá. O inquérito segue a regra do local do crime (São Sepé). Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Erra ambos os conceitos lavratura e conclusão do inquérito. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta. Nos termos dos arts. 302, III e 303 do CPP “Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; [...] Art. 303. Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.” O delegado de Caçapava do Sul (onde a perseguição terminou e a prisão foi efetuada) é o responsável por lavrar o Auto de Prisão em Flagrante (APF). Isso ocorre por uma questão de logística e segurança pública, para evitar deslocamentos desnecessários com o preso antes da formalização da detenção. De acordo com o Art. 308 do CPP, quando a infração for praticada em um lugar e a prisão ocorrer em outro (após perseguição, por exemplo), o preso deverá ser apresentado à autoridade do lugar da prisão. A saber: “Art. 308. Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo.”

A alternativa E está incorreta. O flagrante é perfeitamente válido. O Art. 290 do CPP autoriza expressamente a perseguição e prisão em outros municípios ou comarcas quando iniciada em flagrância

QUESTÃO 39. Uma vítima de estelionato, com 30 anos, após registrar uma ocorrência policial e representar criminalmente, é intimada, em duas ocasiões, para comparecer à Delegacia de Polícia para que esclareça melhor a situação e faça a entrega de cópia dos comprovantes das transferências bancárias que fez para os golpistas. No entanto, ela não comparece em nenhuma das vezes, tampouco apresenta justificativa para sua ausência. Nessa hipótese, é correto afirmar que a autoridade policial

a) deverá continuar com a tramitação do inquérito até o final, tentando obter elementos probatórios de outras formas, haja vista que a representação é, na fase policial, irretratável.

b) deverá continuar com a tramitação do inquérito até o final, tentando obter elementos probatórios de outras formas, já que somente é possível, na fase policial, a retratação da representação de maneira expressa.

c) deverá conduzir a vítima, coercitivamente, até o órgão policial, prosseguir com as investigações e, ao final, se elucidada a autoria, indiciar os estelionatários.

d) deverá representar judicialmente pela condução coercitiva da vítima, prosseguir com as investigações e, ao final, se elucidada a autoria, indiciar os estelionatários.

e) deverá concluir o inquérito policial no estado em que se encontra e remetê-lo ao Poder Judiciário, haja vista que a desídia da vítima configura uma retratação tácita da representação, motivo pelo qual falta condição de procedibilidade para prosseguir com a investigação criminal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o inquérito policial.

As alternativas A e B estão incorretas. Segundo o Art. 25 do CPP, a representação é retratável até o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público. Portanto, na fase de Delegacia, a vítima pode sim desistir. Vejamos: “ Art. 25. A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.”

As alternativas C e D estão incorretas. A condução coercitiva de vítima ou investigado foi considerada inconstitucional pelo STF (ADPFs 395 e 444), pois viola o princípio da não autoincriminação e a liberdade de locomoção. Além disso, no caso de ação condicionada, não faz sentido "forçar" a vítima a processar alguém se ela não demonstra interesse. Vejamos: “O CPP, ao tratar sobre a condução coercitiva, prevê o seguinte: Art. 260. Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença. O STF declarou que a expressão “para o interrogatório” prevista no art. 260 do CPP não foi recepcionada pela Constituição Federal. Assim, não se pode fazer a condução coercitiva do investigado ou réu com o objetivo de submetê-lo ao interrogatório sobre os fatos. STF. Plenário. ADPF 395/DF e ADPF 444/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgados em 13 e 14/6/2018 (Info 906)”.

A alternativa E está correta. O crime de estelionato passou a ser, em regra, de ação penal pública condicionada à representação da vítima, nos termos do Art. 171, CP. Salvo as exceções do §5º, que, conforme o narrado, a vítima não se enquadra. Se a vítima não comparece para entregar provas essenciais (comprovantes de transferência) e ignora sucessivas intimações, ela demonstra que não tem mais interesse na persecução penal. Dessa forma, ausente o interesse da vítima (representação ativa), o Estado fica impedido de continuar "gastando cartucho" na investigação.

QUESTÃO 40. A Polícia Civil, durante uma investigação, descobre que o investigado, contra quem foi expedido um mandado de prisão preventiva, está escondido em uma residência. Com base no exposto, analise as seguintes assertivas:

I. Os policiais somente poderão ingressar na residência durante o dia se também dispuserem, além do mandado de prisão, de um mandado de busca e apreensão para o endereço.

II. Os policiais poderão ingressar na residência durante o dia apenas em virtude do mandado de prisão, mesmo que ele não especifique o endereço dessa residência.

III. Os policiais poderão ingressar na residência durante o dia para realizar a prisão do investigado e, igualmente, ampla busca nos cômodos da casa, medida que também é autorizada, implicitamente, pelo mandado de prisão.

IV. Como existe ordem de prisão, os policiais poderão ingressar na residência em qualquer momento, mesmo que seja à noite.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas IV.

e) Apenas II e III .

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre inviolabilidade do domicílio.

O item I está incorreto. De acordo com o Art. 293 do CPP, se a autoridade tiver um mandado de prisão e o réu se refugiar em alguma casa, o executor intimará o morador a entregá-lo. Se não for atendido, poderá entrar à força. Vejamos: "Art. 293. Se o executor do mandado verificar, com segurança, que o réu entrou ou se encontra em alguma casa, o morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, sendo dia, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso; sendo noite, o executor, depois da intimação ao morador, se não for atendido, fará guardar todas as saídas, tornando a casa incomunicável, e, logo que amanheça, arrombará as portas e efetuará a prisão. Parágrafo único. O morador que se recusar a entregar o réu oculto em sua casa será levado à presença da autoridade, para que se proceda contra ele como for de direito." Não é necessário um mandado de busca e apreensão específico para entrar e prender alguém se houver fundada suspeita/certeza de que o alvo do mandado de prisão está lá dentro.

O item II está correto. O mandado de prisão é a ordem para capturar a pessoa, onde quer que ela esteja. Se a polícia sabe que o alvo está em uma residência, o mandado de prisão, por si só, autoriza o ingresso durante o dia para o cumprimento da captura, conforme o rito do Art. 293 do CPP. O endereço não precisa estar no mandado, pois o réu pode estar em trânsito ou escondido em locais diversos.

O item III está incorreto. O mandado de prisão autoriza apenas a prisão. Para realizar uma "ampla busca nos cômodos" (procurar drogas, armas, documentos), é indispensável um Mandado de Busca e Apreensão. O ingresso para prender não autoriza a varredura da casa em busca de outras provas (fishing expedition), conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça HC 663.055.

O item IV está incorreto. A Constituição Federal é taxativa: o ingresso em domicílio por ordem judicial (seja de prisão ou busca) só pode ocorrer durante o dia. À noite, o ingresso só é permitido em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro. Vejamos o disposto na CF/88: "Art. 5º (...) XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial; " Vejamos o disposto no CPP: "Art. 245. As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta."

A alternativa B está correta. Somente o item II está correto.

As demais alternativas estão incorretas, conforme os comentários acima.

QUESTÃO 41. Conforme estabelece a Lei Federal nº 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação, analise as seguintes assertivas:

I. Na fase da investigação criminal, o delegado de polícia poderá formalizar acordo de colaboração premiada com o investigado, bem como representar ao magistrado competente por concessão de perdão judicial ao colaborador.

II. Para que a Polícia Judiciária realize uma ação controlada, sempre deverá haver prévia autorização judicial.

III. Homologado um acordo de colaboração premiada, a referida Lei assegura ao advogado de outro investigado o acesso aos respectivos autos, mesmo que a Polícia Judiciária esteja realizando diligências para confirmar as informações prestadas pelo colaborador.

IV. O delegado de polícia terá acesso, ainda que não haja autorização judicial prévia, aos dados cadastrais do investigado, em que constem a sua qualificação e o seu endereço, junto a instituições financeiras, operadoras de telefonia, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito. Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas IV.

d) Apenas I e IV.

e) Apenas III e IV.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema organização criminosa.

Primeiramente, analisemos item a item.

O item I está correto. O Art. 4º, § 6º, estabelece que : “O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.”;

O item II está incorreto. Na Lei de Organizações Criminosas, a ação controlada independe de autorização judicial prévia, exigindo apenas comunicação prévia à autoridade judiciária. Prevê o Art. 8º: “Consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações. § 1º O retardamento da intervenção policial ou administrativa será previamente comunicado ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público.”;

O item III está incorreto. Embora o defensor do coautor/corréu tenha direito de acesso às provas, o Art. 7º, § 3º, deixa claro que esse direito não se estende às diligências em andamento. O acesso só é permitido após a conclusão e o registro das diligências, para não prejudicar a investigação;

O item IV está correto. Prevê a Lei no Art. 15: “O delegado de polícia e o Ministério Público terão acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.”.

Dito isso, analisemos as alternativas.

A alternativa correta é a letra D. As demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 42. Em relação a buscas domiciliares no curso de investigação criminal, analise as seguintes assertivas:

I. Se a Polícia Judiciária não identifica, na representação por mandado de busca e apreensão, os dados completos de qualificação do morador da residência, a ordem judicial não pode ser concedida.

II. Se o mandado de busca e apreensão indicar como horário final para o cumprimento das diligências às 18h, caso a ação policial tenha iniciado no interior da residência às 17h35min, a polícia deve encerrar as buscas até às 18h.

III. Se os moradores não estiverem presentes na residência, a Polícia Judiciária poderá cumprir um mandado de busca e apreensão no local, devendo intimar, se possível, um vizinho para acompanhar as diligências.

IV. Caso o delito investigado tenha ocorrido em Bagé (RS) e o investigado more em Dom Pedrito (RS), a representação por mandado de busca e apreensão deve ser protocolada, necessariamente, na comarca de Dom Pedrito.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e III.

e) Apenas III e IV

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre busca e apreensão.

O item I está incorreto. O Art. 243, I, do CPP estabelece que o mandado deve indicar o local da busca e, se possível, o nome do proprietário ou morador. Portanto, a falta de qualificação completa do morador não impede a concessão da ordem, desde que o imóvel esteja precisamente identificado (ex: endereço exato, descrição da fachada).

O item II está incorreto. O requisito para a legalidade é o ingresso ocorrer durante o dia. Vejamos o disposto na CF/88: "Art. 5º (...) XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;" Vejamos o disposto no CPP: "Art. 245. As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta." Se a polícia entrou na casa legalmente dentro do horário permitido (antes das 21), as buscas podem prosseguir até o seu encerramento, mesmo que avancem pelo período noturno. Não há obrigação de interromper a diligência às 18h se ela já havia começado.

O item III está correto. De acordo com o Art. 245, § 4º, do CPP, se os moradores estiverem ausentes, o oficial intimará qualquer vizinho, se houver e estiver presente, para acompanhar a busca. Vejamos: "§ 4º Observar-se-á o disposto nos §§ 2º e 3º, quando ausentes os moradores, devendo, neste caso, ser intimado a assistir à diligência qualquer vizinho, se houver e estiver presente." A ausência do morador não anula o mandado judicial, mas exige essa cautela para garantir a transparência do ato.

O item IV está incorreto. A competência para deferir medidas cautelares, como a busca e apreensão é, em regra, do juiz do lugar da infração, conforme o Art. 70 do CPP.

A alternativa C está correta. Apenas o item II está correto.

As demais alternativas estão incorretas, portanto.

QUESTÃO 43. No curso de uma investigação criminal, em conformidade com a Lei nº 9.613/1998, que trata da lavagem de capitais, é correto afirmar que:

a) Inexiste previsão para a alienação antecipada de bens que foram constritos por indícios suficientes de crime de lavagem de dinheiro.

b) O delegado de polícia poderá representar por medidas assecuratórias de bens do investigado ou que estejam em nome de terceiros, que sejam proveitos dos crimes previstos na lei de lavagem de capitais ou, inclusive, dos crimes antecedentes.

c) É possível a ação controlada, mas não há previsão na referida lei para a utilização de infiltração policial.

d) Os bens em que houve, no início do inquérito policial e mediante ordem judicial, a constrição deverão ser restituídos ao investigado, mesmo que ele não demonstre a licitude das suas origens, se não houver prova irrefutável da origem ilícita.

e) A autoridade policial somente terá acesso aos dados cadastrais de um investigado.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema crime de lavagem de dinheiro.

A alternativa A está incorreta. O Art. 4º-A dispõe que: “A alienação antecipada para preservação de valor de bens sob constrição será decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou por solicitação da parte interessada, mediante petição autônoma, que será autuada em apartado e cujos autos terão tramitação em separado em relação ao processo principal.”;

A alternativa B está correta. A lei prevê no Art. 4º que: “O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação do delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, havendo indícios suficientes de infração penal, poderá decretar medidas assecuratórias de bens, direitos ou valores do investigado ou acusado, ou existentes em nome de interpostas pessoas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes previstos nesta Lei ou das infrações penais antecedentes.”;

A alternativa C está incorreta. O Art. 1º, § 6º, prevê expressamente que: “Para a apuração do crime de que trata este artigo, admite-se a utilização da ação controlada e da infiltração de agentes.”;

A alternativa D está incorreta. O Art. 4º, § 2º, estabelece que a liberação de bens, direitos e valores só ocorrerá se o investigado ou acusado demonstrar a origem lícita dos mesmos. Na lavagem de dinheiro, há uma inversão do ônus da prova quanto à licitude do patrimônio constrito;

A alternativa E está incorreta. Conforme dispõe o Art. 17-B da Lei: “A autoridade policial e o Ministério Público terão acesso, exclusivamente, aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal, filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, pelas empresas telefônicas, pelas instituições financeiras, pelos provedores de internet e pelas administradoras de cartão de crédito.”;

QUESTÃO 44. Em relação ao arquivamento do inquérito policial, levando em consideração o Código de Processo Penal, as alterações nele inseridas pela Lei Federal nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) A decisão judicial de arquivamento do inquérito policial por reconhecimento da atipicidade do fato investigado faz coisa julgada material.

b) Após o Pacote Anticrime, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em ação direta de inconstitucionalidade, que o arquivamento do inquérito policial deverá acontecer no âmbito do Ministério Público, sem a necessidade de submissão dessa manifestação ao juiz competente.

c) A autoridade policial, após o arquivamento judicial do inquérito policial, poderá realizar, em qualquer hipótese, novas diligências para apurar o mesmo fato, independentemente do conhecimento acerca de outras provas.

d) A autoridade policial somente pode arquivar inquérito policial instaurado quando acontecer, nos casos em que a ação penal for pública condicionada, a retratação da representação.

e) A decisão judicial de arquivamento do inquérito policial, em todas as hipóteses, fará coisa julgada material. Assim, mesmo que surjam fatos novos, não poderá acontecer o seu desarquivamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre arquivamento de inquérito policial.

A alternativa A está correta. O pedido de arquivamento será apresentado ao juízo competente, nos moldes do art. 28 do CPP ou ao órgão superior interno responsável por sua apreciação, nos termos da legislação vigente. O arquivamento de um IP faz apenas coisa julgada formal. Isso significa que, se surgirem novas provas, o inquérito pode ser desarquivado (Art. 18 do CPP e Súmula 524 do STF).

A alternativa B está incorreta. Como explicado acima, o STF declarou que o arquivamento sem controle judicial é incompatível com o sistema atual. O juiz ainda participa do processo de homologação ou controle do arquivamento.

A alternativa C está incorreta. Conforme o Art. 18 do CPP, a autoridade policial só pode realizar novas diligências após o arquivamento se tiver notícia de provas novas. Não é "em qualquer hipótese". Vejamos: "18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia."

A alternativa D está incorreta. Existe uma regra absoluta no CPP: "A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito" (Art. 17). Mesmo em caso de retratação, quem decide pelo arquivamento é o Judiciário (a pedido do MP), nunca o Delegado.

A alternativa E está incorreta. Erra ao dizer que "em todas as hipóteses" faz coisa julgada material. Se o arquivamento for por falta de provas, faz apenas coisa julgada formal, permitindo o desarquivamento se surgirem novos elementos, consoante o disposto no art. 18, CPP.

QUESTÃO 45 – A Polícia Civil, ao comparecer a um local de homicídio, localiza uma arma de fogo com a numeração suprimida, próxima ao corpo da vítima. Assim, após os atos iniciais de investigação criminal, a arma de fogo é apreendida. Levando em consideração as previsões do Código de Processo Penal em relação à cadeia de custódias e, em relação ao destino final da arma de fogo, a Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), é correto afirmar que

a) não existe previsão legal que determine a descrição exata da arma de fogo no local do crime ou o seu acondicionamento em recipiente. A autoridade policial, após o exame pericial, providenciará a destruição da arma de fogo na própria Delegacia de Polícia.

b) deve ser descrito o local em que a arma de fogo estava e a sua posição, mas o vestígio não precisa ser acondicionado em recipiente lacrado. A arma de fogo somente pode ser destinada para destruição quando houver autorização judicial, independentemente de ter sido periciada.

c) deve ser descrito o local em que a arma de fogo estava e a sua posição, devendo o vestígio ser acondicionado em recipiente lacrado. A autoridade policial, após o exame pericial, providenciará a destruição da arma de fogo na própria Delegacia de Polícia.

d) não existe previsão legal que determine a descrição exata da arma de fogo no local do crime ou o seu acondicionamento em recipiente. A arma de fogo, se não interessar mais à persecução penal e se já houver

sido periciada, poderá ser, após análise do juiz competente, destruída ou doada a órgãos de segurança pública.

e) deve ser descrito o local em que a arma de fogo estava e a sua posição, devendo o vestígio ser acondicionado em recipiente lacrado. A arma de fogo, se não interessar mais à persecução penal e se já houver sido periciada, poderá ser, após análise do juiz competente, destruída ou doada a órgãos de segurança pública.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra E**. A questão versa sobre o tema **Cadeia de Custódia**, com previsão expressa no Código de Processo Penal.

Considera-se **cadeia de custódia** o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes.

A **alternativa A** está **incorreta**, visto que o Código de Processo Penal prevê expressamente a necessidade da descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito. Para isso, poderá ser utilizado, inclusive, fotografias, filmagens e croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável. Vejamos o dispositivo: *Art. 158-B [...] III - fixação: descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito, e a sua posição na área de exames, podendo ser ilustrada por fotografias, filmagens ou croqui, sendo indispensável a sua descrição no laudo pericial produzido pelo perito responsável pelo atendimento;*

A alternativa B está incorreta, visto que o vestígio deverá ser acondicionado de forma individualizada, de acordo com suas características. Além disso, o artigo 158-D, §1º do Código de Processo Penal determina que os vestígios deverão ser acondicionados em recipientes selados com lacres e numeração individualizada. Vejamos: *Art. 158-D. O recipiente para acondicionamento do vestígio será determinado pela natureza do material. § 1º Todos os recipientes deverão ser selados com lacres, com numeração individualizada, de forma a garantir a inviolabilidade e a idoneidade do vestígio durante o transporte.*

A alternativa C está incorreta, com base no artigo 25 do Estatuto do desarmamento (Lei 10.826/2003). As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial, **quando não mais interessarem à persecução penal**, serão encaminhadas para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, **mediante autorização judicial**. *Art. 25. As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta Lei.*

A alternativa D encontra-se incorreta ao afirmar que não existe previsão legal que determine a descrição exata da arma de fogo no local do crime ou o seu acondicionamento em recipiente, pois, conforme explicado na alternativa A, o Código de Processo Penal prevê expressamente a necessidade da descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito – Art. 158-B, III, do Código de Processo Penal.

A alternativa E está **correta**. A alternativa E está correta porque **observa integralmente a cadeia de custódia prevista no Código de Processo Penal e a destinação legal da arma de fogo conforme o Estatuto do Desarmamento**, conforme citações legais anteriores.

QUESTÃO 46. De acordo com o previsto na Lei nº 7.366/1980, assinale a alternativa correta.

a) São penas disciplinares: advertência, repreensão, remoção por conveniência da disciplina, detenção disciplinar, suspensão, demissão a bem do serviço público e cassação da aposentadoria ou disponibilidade.

b) As transgressões disciplinares somente serão apuradas através de sindicância ou processo administrativo-disciplinar.

c) Se a falta imputada ao servidor constituir, também, infração penal, não será necessário comunicar à autoridade competente para instauração de inquérito policial, visto que o feito será apurado por sindicância ou processo administrativo-disciplinar.

d) Serão obrigatoriamente encaminhados à Corregedoria da Polícia Civil as sindicâncias e inquéritos policiais que ensejarem, em tese, a instauração de processo administrativo-disciplinar, a qual terá a atribuição de conduzir o processo e julgamento dos feitos.

e) A autoridade policial ou diretor de órgão administrativo, técnico ou especializado, que tiver ciência de irregularidade cometida por servidor da Polícia Civil é obrigada a promover sua apuração, por meios sumários, no prazo máximo de 7 dias, ou comunicar à autoridade competente, dentro de 24 horas, a fim de não se tornar conivente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei nº 7.366/1980 do Estado do Rio Grande do Sul.

A alternativa A está incorreta. Detenção disciplinar não é mais pena disciplinar, pois o art. 83, IV, da Lei 7.366/80 foi revogado pela lei 14.828/2016. Vejamos: “Art. 83 - São penas disciplinares: IV - detenção disciplinar; (Revogado pela Lei Complementar nº 14828/2016)”.

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 97, caput, da Lei 7.366/80: “Art. 97 - As transgressões disciplinares serão apuradas através de sindicância, inquérito policial ou processo administrativo-disciplinar.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 100 da Lei 7.366/80: “Art. 100 - Se a falta imputada ao servidor constituir, também, infração penal, será imediatamente comunicada à autoridade competente, para instauração de inquérito policial.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 97, parágrafo único, da Lei 7.366/80: “Parágrafo único - Serão obrigatoriamente encaminhadas ao Conselho Superior de Polícia as sindicâncias e inquéritos policiais que ensejarem, em tese, a instauração de processo administrativo-disciplinar.”

A alternativa E está correta. De acordo com art. 98 da Lei 7.366/80: “Art. 98 - A autoridade policial ou diretor de órgão administrativo, técnico ou especializado, que tiver ciência de irregularidade cometida por servidor

da Polícia Civil, é obrigada a promover sua apuração, por meios sumários, no prazo máximo de sete (07) dias, ou comunicar à autoridade competente, dentro de vinte e quatro (24) horas, a fim de não se tornar conivente.”.

QUESTÃO 47. Considerando o disposto na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), assinale a alternativa correta.

a) A responsabilidade da pessoa jurídica, na esfera administrativa, afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

b) A instauração e o julgamento de processo administrativo para a apuração de responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.

c) A instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano impede a aplicação imediata das sanções estabelecidas na referida Lei.

d) Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional, não constitui ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira.

e) As pessoas jurídicas não serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na referida Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, devendo ser comprovado dolo ou culpa de seus representantes para que ocorra a responsabilização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013).

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 18 da Lei 12.846/2013: “Art. 18. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.”

A alternativa B está correta. Conforme art. 8º da Lei 12.846/2013: “Art. 8º A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.”

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 13 da Lei 12.846/2013: “Art. 13. A instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano não prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas nesta Lei.”

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 5º, V, da Lei 12.846/2013: “Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos: (...) V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades

ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.”

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 2º da Lei 12.846/2013: “Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.”

QUESTÃO 48. Analise as assertivas abaixo conforme a Lei nº 14.133/2021, que trata das licitações e contratos administrativos:

I. A aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos é um dos casos de inexigibilidade de licitação, quando inviável a competição.

II. O contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, somente na hipótese de contratação indevida ocorrida por dolo.

III. O processo de contratação direta compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas III.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Licitações e Contratos.

O Item I está correto. Conforme art. 74, I, da Lei 14.133/2021: “Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;”.

O Item II está incorreto. Respondem nas hipóteses de fraude ou erro grosseiro também. Conforme art. 73 da Lei 14.133/2021: “Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.”

O Item III está correto. Conforme art. 72 da Lei 14.133/2021: “Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: (...)”.

A alternativa C está correta. Apenas os Itens I e III estão corretos.

QUESTÃO 49. Segundo a normatização constitucional atual, assinale a alternativa correta no que se refere à administração pública e aos servidores públicos.

a) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destinação, mantida a remuneração do cargo de origem.

b) A investidura em cargo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, entretanto o mesmo não ocorre com a investidura em emprego público, que é de livre nomeação e exoneração.

c) É possível a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

d) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 60 anos de idade, ou aos 70 anos de idade, na forma de lei complementar.

e) As funções de confiança destinam-se a todas as atribuições exercidas pelos servidores públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Agentes Públicos.

A alternativa A está correta. Conforme art. 37, § 13, da CF/88: “§ 13. O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 37, II, da CF/88: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;”

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 39, § 9º, da CF/88: “§ 9º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.”

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 40, § 1º, II, da CF/88: “§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado: (...) II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;”

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 37, V, da CF/88: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;”

QUESTÃO 50. De acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011, que regula o acesso às informações, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Considera-se informação sigilosa aquela submetida definitivamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

b) informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

c) Os conselhos de fiscalização profissional devem divulgar, de forma nominal e individualizada, lista das parcelas remuneratórias e indenizatórias, ainda que eventuais, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, as gratificações, os jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, que os empregados possam receber em virtude de condições específicas.

d) São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

e) Constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Lei de Acesso à Informação.

A alternativa A está correta. Esta é a única alternativa de conteúdo incorreto (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). De acordo com art. 4º, III, da Lei 12.527/2011: “Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se: (...) III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;”.

A alternativa B está incorreta. A alternativa está totalmente de acordo com o art. 7º, § 5º, da Lei 12.527/2011 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “§ 5º Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.”

A alternativa C está incorreta. A alternativa está totalmente de acordo com o art. 8º-B da Lei 12.527/2011 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 8º-B. Os conselhos de fiscalização profissional devem divulgar, de forma nominal e individualizada, lista das parcelas remuneratórias e indenizatórias, ainda que eventuais, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, as gratificações, os jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, que os empregados possam receber em virtude de condições específicas.”

A alternativa D está incorreta. A alternativa está totalmente de acordo com o art. 10, § 3º, da Lei 12.527/2011 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.”

A alternativa E está incorreta. A alternativa está totalmente de acordo com o art. 32, IV, da Lei 12.527/2011 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar: (...) IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;”.

QUESTÃO 51. De acordo com a Lei Estadual nº 10.098/1994, Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() O servidor preso para cumprimento de pena decorrente de condenação por crime, se esta não for de natureza que determine a demissão, ficará afastado do cargo, sem direito à remuneração, até o cumprimento total da pena.

() Nomeação, readaptação, redistribuição, reversão e aproveitamento são formas de provimento de cargo público.

() Perderá o direito às férias o servidor que, no ano antecedente aquele em que deveria gozá-la, tiver mais de 30 dias de faltas justificadas ao serviço.

() O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.

() A responsabilização civil do servidor decorrente de ato omissivo ou comissivo que importe em prejuízo à Fazenda Estadual ou a terceiros ocorrerá quando o ato for praticado de forma dolosa.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) F - V - F - V - F.

b) V - F - F - V - F.

c) F - V - V - F - V.

d) F - F - V - V - V.

e) V - F - V - F - F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Lei Estadual nº 10.098/1994 do Estado do Rio Grande do Sul.

O Item I está correto. Conforme art. 27, § 2º, da Lei Estadual nº 10.098/1994: “§ 2º O servidor preso para cumprimento de pena decorrente de condenação por crime, se esta não for de natureza que determine a demissão, ficará afastado do cargo, sem direito à remuneração, até o cumprimento total da pena, fazendo jus seus dependentes ao benefício de que trata o art. 259-A desta Lei Complementar.”

O Item II está incorreto. Redistribuição não é uma das formas de provimento. Conforme art. 10 da Lei Estadual nº 10.098/1994: “Art. 10. São formas de provimento de cargo público: I - nomeação; II - readaptação; III - reintegração; IV - reversão; V - aproveitamento; VI - recondução.”

O Item III está incorreto. As faltas devem ser não justificadas. Conforme art. 76 da Lei Estadual nº 10.098/1994: “Art. 76. Perderá o direito às férias o servidor que, no ano antecedente àquele em que deveria gozá-las, tiver mais de 30 (trinta) dias de faltas não justificadas ao serviço.”

O Item IV está correto. Conforme art. 84 da Lei Estadual nº 10.098/1994: “Art. 84. O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.”

O Item V está incorreto. O ato pode ser doloso ou culposo. Conforme art. 184 da Lei Estadual nº 10.098/1994: “Art. 184. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que importe em prejuízo à Fazenda Estadual ou a terceiros.”

A alternativa B está correta. Apenas os itens I e IV são verdadeiros.

QUESTÃO 52. No que tange aos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Um ato é praticado com excesso de poder quando o agente ultrapassa o limite da competência de que era titular.

b) O abuso de poder ocorre quando o sujeito se vale da competência de que é titular para além dos limites necessários, atuando de modo a lesar interesses alheios sem que tal corresponda a algum benefício para as necessidades coletivas.

c) A administração pode revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

d) O desvio de poder se configura quando um agente estatal se vale de competência de que é titular para realizar função diversa daquela a que se destina tal competência.

e) Os atos administrativos podem ser revogados pela administração, porém somente poderão ser anulados judicialmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Atos Administrativos.

A alternativa A está incorreta. A alternativa está totalmente de acordo com o entendimento doutrinário majoritário. Vejamos: “O exercício abusivo dos poderes administrativos deve ser evitado e reprimido, pois revela conduta ilegal. O abuso do poder pode ocorrer em duas hipóteses: a) excesso de poder: a atuação do agente público extrapola a competência delimitada na lei (ex.: policial que utiliza da força desproporcional para impedir manifestação pública);”. (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 458).

A alternativa B está incorreta. A alternativa está totalmente de acordo com o entendimento doutrinário majoritário. Vide comentário das letras A e D.

A alternativa C está incorreta. A alternativa está totalmente de acordo com a Súmula 473 do STF: “Súmula 473 do STF: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

A alternativa D está incorreta. A alternativa está totalmente de acordo com o entendimento doutrinário majoritário. Vejamos: “O exercício abusivo dos poderes administrativos deve ser evitado e reprimido, pois revela conduta ilegal. O abuso do poder pode ocorrer em duas hipóteses: (...) b) desvio de poder (ou de finalidade): quando a atuação do agente pretende alcançar finalidade diversa do interesse público (ex.: edição de ato administrativo para beneficiar parentes).” (Oliveira, Rafael Carvalho Rezende Curso de direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 9.ed., – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021; p. 458).

A alternativa E está correta. Esta é a única alternativa de conteúdo incorreto (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). De acordo com a Súmula 473 do STF: “Súmula 473 do STF: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

QUESTÃO 53. A respeito dos contratos e licitações segundo o previsto na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa INCORRETA.

a) São modalidades de licitação: pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo.

b) A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados a contraditório e a ampla defesa.

c) O atraso na obtenção da licença ambiental ou a impossibilidade de obtê-la ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto, é um dos motivos para a extinção do contrato.

d) É exigível a licitação para a aquisição ou locação de imóveis cujas características de instalações e localização tornem necessária sua escolha.

e) Nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 anos, observadas as diretrizes indicadas na legislação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Licitações e Contratos.

A alternativa A está incorreta. A alternativa está totalmente de acordo com o art. 28 da Lei 14.133/2021 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 28. São modalidades de licitação: I - pregão; II - concorrência; III - concurso; IV - leilão; V - diálogo competitivo.”

A alternativa B está incorreta. A alternativa está totalmente de acordo com o art. 137, caput, da Lei 14.133/2021 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações: (...)”.

A alternativa C está incorreta. A alternativa está totalmente de acordo com o art. 137, VI, da Lei 14.133/2021 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações: (...) VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;”

A alternativa D está correta. Esta é a única alternativa de conteúdo incorreto (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). De acordo com o art. 74, V, da Lei 14.133/2021: “Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.”

A alternativa E está incorreta. A alternativa está totalmente de acordo com o art. 106, caput, da Lei 14.133/2021 (lembre-se que o enunciado pede a alternativa incorreta!). Vejamos: “Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: (...)”.

QUESTÃO 54. Analise as assertivas abaixo conforme a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores):

I. Na ação por improbidade administrativa, poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a, integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

II. As disposições da referida Lei e suas alterações posteriores são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

III. Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato culposo ou doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º da referida Lei e suas alterações posteriores.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e II.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Improbidade Administrativa.

O Item I está correto. Conforme art. 16, caput, da Lei 8.429/92: “Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.”

O Item II está correto. Conforme art. 3º caput, da Lei 8.429/92: “Art. 3º As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.”

O Item III está incorreto. O ato não pode ser culposo. Conforme art. 9º, caput, da Lei 8.429/92: “Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (...)”.

A alternativa C está correta. Apenas os itens I e II estão corretos.

QUESTÃO 55. Com base na Lei nº 7.366/1980 e no entendimento jurisprudencial do STF, assinale a alternativa correta em relação ao processo administrativo disciplinar.

a) O processo administrativo disciplinar será instaurado por determinação do chefe de polícia ou do Conselho Superior de Polícia.

b) A autoridade processante e o secretário respectivo ficarão vinculados ao processo, não podendo ser dispensados de outros serviços até a remessa dos autos ao Conselho.

- c) Durante o período de suspensão preventiva, o funcionário perderá o valor total de sua remuneração.
- d) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- e) Não é necessária a intimação do defensor do acusado para a sessão de julgamento, caso não tenha interesse em produzir sustentação oral, na forma disposta no Código de Processo Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Lei nº 7.366/1980 do Estado do Rio Grande do Sul.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 101 da Lei nº 7.366/1980: “Art. 101 - O processo administrativo-disciplinar será instaurado por determinação do Governador do Estado, do Secretário da Segurança Pública, ou deliberação do Conselho Superior de Polícia, para apurar responsabilidade de servidor, sempre que a imputação, verificada por meio de sindicância ou inquérito; possa importar na aplicação das penas previstas nos incisos VI, VII e VIII do artigo 83 desta Lei.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 104 da Lei nº 7.366/1980: “Art. 104 - A autoridade processante e o secretário respectivo ficarão vinculados ao processo, podendo ser dispensados de outros serviços até a remessa dos autos ao Conselho.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 106, § 2º, da Lei nº 7.366/1980: “§ 2º - Durante o período de suspensão preventiva, o funcionário perderá um terço da remuneração.”

A alternativa D está correta. De acordo com a Súmula Vinculante nº 5 do STF: “A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 119, § 5º, da Lei nº 7.366/1980: “§ 5º - O defensor do acusado será intimado para a sessão de julgamento, quando, querendo, poderá produzir sustentação oral, na forma disposta no Código de Processo Penal.”

QUESTÃO 55. Competência legislativa é a capacidade atribuída pela Constituição Federal aos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para editar leis. Essa competência define sobre quais matérias cada ente pode legislar, garantindo a autonomia federativa e evitando conflitos normativos. Assim, em relação à competência legislativa definida pelas normas constitucionais, sua eficácia e aplicabilidade, analise as seguintes assertivas:

I. A Lei nº 14.735/2023, conhecida como Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, por regulamentar dispositivo constitucional que trata sobre a competência legislativa exclusiva da União a respeito dos direitos e deveres dos policiais civis gera ineficácia das normas estaduais que a contrariem.

II. Até a edição da Lei nº 14.735/2023, os Estados podiam exercer a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades no que toca a organização, as garantias, os direitos e os deveres das Polícias Civis.

III. Considerando a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal na hipótese de conflito de normas que tratem sobre direitos e deveres dos policiais civis, a superveniência de lei federal suspende a eficácia da lei estadual em tudo que lhe for contrário. Quais estão corretas?

a) Apenas II.

b) Apenas I e II.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III

Comentários

QUESTÃO PASSÍVEL DE RECURSO

A alternativa correta segundo o gabarito preliminar da banca é a **letra A**, e segundo os professores do Estratégia é a **letra D**. A questão aborda a complexa repartição de competências legislativas sobre a organização das Polícias Civis, tema recentemente alterado pela Constituição e regulamentado pela nova Lei Orgânica Nacional. A letra A está incorreta, pois considera apenas o item II como correto, ignorando a correção do item III. A letra D reconhece a validade dos itens II e III. A questão, portanto, possui duas assertivas corretas, o que justifica a divergência e a possibilidade de recurso.

O Item I está incorreto. A assertiva erra ao classificar a competência para legislar sobre direitos e deveres dos policiais civis como exclusiva da União. Na verdade, a Emenda Constitucional nº 104/2019 incluiu no art. 24, XVI, da CF, a competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre "organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis". A Lei nº 14.735/2023 (Lei Orgânica Nacional) foi editada nesse contexto, estabelecendo normas gerais. Portanto, a competência não é exclusiva da União, mas sim concorrente.

O Item II está correto. Antes da edição da Lei nº 14.735/2023, não havia uma lei nacional de normas gerais sobre a organização das Polícias Civis. Nesse cenário, a inexistência de lei federal de normas gerais permite que os Estados exerçam a competência legislativa plena para atender às suas peculiaridades. Assim, até a promulgação da nova Lei Orgânica Nacional, os Estados de fato detinham essa competência plena para legislar sobre suas polícias civis. Analise a literalidade da CF: "Art. 24, § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades."

O Item III está correto. A assertiva descreve perfeitamente a sistemática da competência concorrente. A competência da União se limita a estabelecer normas gerais. A superveniência de lei federal sobre normas gerais (como a Lei nº 14.735/2023) suspende a eficácia da lei estadual naquilo que lhe for contrário. Isso significa que a norma estadual não é revogada, mas tem sua eficácia suspensa no que conflitar com a norma geral federal. Analise a literalidade da CF: "Art. 24, § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. § 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. § 4º A

superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.”

QUESTÃO 57. Em relação à organização do Estado, às normas constitucionais, sua eficácia e aplicabilidade, analise as assertivas abaixo:

I. Em que pese a possibilidade de transferência de recursos, doações de equipamentos e outras formas de auxílio da União aos Estados, é correto afirmar que as Polícias Cíveis e Militares, por serem sempre vinculadas aos Estados, são por eles exclusivamente organizadas e mantidas.

II. O § 7º do art. 144 da Constituição Federal, que dispõe que “A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades”, foi regulamentado pela Lei nº 13.675/2018, que, entre outras previsões, criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Sendo assim, trata-se um exemplo de norma constitucional de eficácia limitada, possuindo aplicabilidade indireta, uma vez que depende da edição de lei regulamentadora para sua completa efetividade.

III. Compete aos Estados o exercício das funções de polícia de fronteiras onde não houver presença da União, isto é, exercer o conjunto de atividades voltadas para o controle do tráfego de pessoas e bens pelas fronteiras de um país, incluindo fiscalização migratória, combate ao contrabando, descaminho, tráfico de drogas, armas e outros ilícitos transnacionais.

Quais estão corretas?

- a) Apenas II.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da organização do Estado.

O Item I está incorreto. A afirmação de que as Polícias Cíveis e Militares são exclusivamente organizadas e mantidas pelos Estados é falsa. Embora a organização e manutenção primária caibam aos Estados, a União pode e efetivamente participa desse custeio de forma suplementar. A Lei nº 13.675/2018 (Lei do Susp), por exemplo, prevê a transferência de recursos da União para os Estados por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), justamente para auxiliar na manutenção e no aparelhamento das forças de segurança estaduais.

O Item II está correto. A assertiva descreve com precisão a natureza do § 7º do art. 144 da Constituição. A expressão "A lei disciplinará..." é a marca clássica de uma norma constitucional de eficácia limitada, que depende da edição de uma lei posterior para que sua aplicabilidade seja plena. A assertiva corretamente aponta que a Lei nº 13.675/2018 (Lei do Susp) veio a cumprir esse papel. Veja a literalidade da CF/1988: "Art. 144. [...] § 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades."

O Item III está incorreto. A competência para exercer as funções de polícia de fronteiras é exclusiva da União, exercida por meio da Polícia Federal. Não há previsão constitucional para que os Estados assumam essa função de forma subsidiária ou supletiva, mesmo na ausência de atuação federal. A repartição de competências em matéria de segurança pública é rígida. Veja a literalidade da CF/1988: "Art. 144. § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: [...] III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;"

QUESTÃO 58. A Constituição Federal, em sua parte dogmática, garante diversos direitos e também impõe deveres aos cidadãos, sendo essa uma das funções das constituições. Sendo assim, o policial civil, de forma específica, por ser um ator extremamente importante na persecução criminal, também possui direitos e deveres que lhe são especificadamente atribuídos no texto constitucional. Nesse cenário, analise as assertivas abaixo em relação às normas constitucionais e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito dos direitos e deveres dos policiais civis:

I. Por ser a atividade policial componente de carreira de Estado imprescindível à manutenção da normalidade democrática, sendo impossível sua complementação ou substituição pela atividade privada, representando o braço armado do Estado, responsável pela garantia da segurança interna, ordem pública e paz social, ela é, como regra, incompatível com o exercício de greve. Nesse cenário, somente se admite o exercício do direito constitucional de greve às carreiras policiais se não exitosa mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública com a participação do Poder Público, nos termos do art. 165 do Código de Processo Civil, para vocalização dos interesses da respectiva categoria profissional e desde que respeitada a manutenção de metade do efetivo em pleno exercício de suas funções operacionais.

II. A remuneração por subsídio se aplica, por força de norma constitucional específica, a todos os cargos que eventualmente estejam na estrutura da Polícia Civil.

III. Embora seja vedada, em regra, a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, ao policial civil é garantido, na Constituição Federal, o direito à aposentadoria especial, consistente em previsão, por lei complementar do respectivo ente federativo, de idade e tempo de contribuição diferenciados. Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) I, II e III.

Comentários

QUESTÃO PASSÍVEL DE ANULAÇÃO

A alternativa correta segundo o gabarito preliminar da banca é a **letra C**. A questão é passível de anulação principalmente devido à imprecisão técnica da assertiva II, que gera ambiguidade e pode induzir o candidato a erro. A controvérsia reside na abrangência do termo "todos os cargos", como explicado abaixo. Adicionalmente, a existência de duas assertivas corretas (II e III, a depender da interpretação) sem uma alternativa correspondente também invalida a questão.

O Item I está incorreto. O STF, no julgamento do ARE 654.432/GO (Tema 541), com repercussão geral, vedou de forma absoluta o exercício do direito de greve aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuam diretamente na área de segurança pública. A assertiva erra ao sugerir que o direito de greve seria admitido de forma condicionada (após mediação e com efetivo mínimo), o que contraria frontalmente a decisão da Corte. Veja o entendimento do STF — Tese fixada no ARE 654.432/GO (Info 860): "O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública."

O Item II é tecnicamente incorreto, sendo este o principal fundamento para recurso. A assertiva afirma que a remuneração por subsídio se aplica a "todos os cargos que eventualmente estejam na estrutura da Polícia Civil". Esta generalização é imprecisa. A Constituição Federal, no art. 144, § 9º, estabelece que a remuneração por subsídio será fixada para os "servidores policiais". A estrutura administrativa de uma Polícia Civil pode incluir diversos cargos de apoio (como auxiliares administrativos, técnicos de informática, etc.) que, embora integrem a estrutura, não são "servidores policiais" e, por regra, não são remunerados por subsídio. O uso do termo "todos" torna a afirmativa tecnicamente falha, criando uma ambiguidade que justifica a anulação da questão. Analise a literalidade da CF: "Art. 144, § 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39." e "Art. 39, § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória...".

O Item III está correto. A Constituição, após a Emenda Constitucional nº 103/2019, passou a prever expressamente o direito à aposentadoria com regras diferenciadas para os policiais, a serem definidas em lei complementar do respectivo ente federativo. A assertiva descreve corretamente essa garantia. Analise a literalidade da CF: "Art. 40, § 4º-B. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial dos órgãos de que tratam o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52 e os incisos I a IV do caput do art. 144."

QUESTÃO 59. A investigação criminal é uma das matérias tratadas na Constituição Federal e se reveste de especial importância por envolver o conjunto de diligências formais e sistemáticas realizadas visando apurar a ocorrência de uma infração penal e suas circunstâncias, especialmente a sua autoria. Considerando que diligências levadas a efeito no decorrer de uma investigação criminal podem afetar de forma direta os direitos e as garantias constitucionais asseguradas aos indivíduos, é extremamente relevante que sejam respeitadas as formas e procedimentos previstos na legislação. Sendo assim,

considerando as normas constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da investigação criminal, analise as seguintes assertivas:

I. O Ministério Público dispõe de atribuição concorrente para promover, por autoridade própria e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado. Devem ser observadas sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e as prerrogativas profissionais da advocacia, sem prejuízo da possibilidade do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados, praticados pelos membros dessa instituição.

II. A realização de investigações criminais pelo Ministério Público tem por exigência: (i) comunicação imediata ao juiz competente sobre a instauração e o encerramento de procedimento investigatório, com o devido registro e distribuição ao Conselho Superior do Ministério Público; (ii) observância dos mesmos prazos e regramentos previstos para conclusão de inquéritos policiais; (iii) necessidade de autorização do Conselho Superior do Ministério Público para eventuais prorrogações de prazo, sendo vedadas renovações desproporcionais ou imotivadas; (iv) distribuição por dependência ao Juízo que primeiro conhecer de Procedimento Investigatório Criminal (PIC) ou inquérito policial a fim de buscar evitar, tanto quanto possível, a duplicidade de investigações; (v) aplicação do art. 18 do Código de Processo Penal ao PIC instaurado pelo Ministério Público.

III. A investigação de crimes dolosos contra a vida praticados por militares dos Estados contra civis é de atribuição da Polícia Civil, por envolver crime comum a ser julgado pelo Tribunal do Júri. Assim, a jurisprudência da Corte Constitucional indica que a atribuição investigativa para esses crimes deve acompanhar a competência para o respectivo julgamento, afastando a atribuição da Polícia Militar para conduzir investigações criminais, por exemplo, de homicídios dolosos praticados por policiais militares contra civis ainda que a prática se dê em um contexto relacionado com o desempenho de suas funções policiais.

IV. Segundo previsto na Constituição Federal, a apuração das infrações penais militares no âmbito dos Estados compete às Polícias Militares e aos Corpos de Bombeiros Militares, a depender da origem do militar investigado, de forma que às Polícias Cíveis não é permitida a investigação de infrações militares, sejam elas próprias ou impróprias. Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e III.

d) Apenas II e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda temas centrais e recentes da investigação criminal na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

O Item I está correto. A assertiva descreve com precisão a tese fixada pelo STF no julgamento do RE 593.727 (Tema 184) e reafirmada nas ADIs 2.943, 3.309 e 3.318. A Corte consolidou o entendimento de que o Ministério Público possui poder investigatório criminal concorrente ao da polícia judiciária, com base em seus poderes implícitos derivados de suas funções constitucionais. Contudo, essa atuação deve ser subsidiária, por prazo razoável e sempre respeitando as garantias do investigado e as hipóteses de reserva de jurisdição. Análise a literalidade da CF: “Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; [...] VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;”. Veja o entendimento do STF — Tese fixada nas ADIs 2.943, 3.309 e 3.318 (Info 1135): “1. O Ministério Público dispõe de atribuição concorrente para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado...”

O Item II está incorreto. Embora o STF tenha estabelecido parâmetros para a investigação do MP, a assertiva contém erros cruciais. O principal deles é afirmar que a prorrogação de prazo dependeria de autorização do "Conselho Superior do Ministério Público". Na verdade, o STF determinou a necessidade de autorização judicial para tais prorrogações, submetendo o procedimento ao controle do Poder Judiciário, e não a um controle meramente interno. Veja o entendimento do STF — Tese fixada nas ADIs 2.943, 3.309 e 3.318 (Info 1135): “2. A realização de investigações criminais pelo Ministério Público tem por exigência: [...] (iii) necessidade de autorização judicial para eventuais prorrogações de prazo, sendo vedadas renovações desproporcionais ou imotivadas;”

O Item III está correto. A assertiva reflete o entendimento pacífico do STF. Por simetria, se a competência para julgar o crime doloso contra a vida de civil é da Justiça Comum (Tribunal do Júri), a atribuição para investigar tal crime é da Polícia Judiciária (Polícia Civil). A Polícia Militar não pode, portanto, conduzir o inquérito de um homicídio doloso praticado por um de seus agentes contra um civil. Veja a literalidade da CF: “Art. 125, § 4º. Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for um civil [...]; Art. 144, § 4º. Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.”

O Item IV está incorreto. A assertiva erra ao generalizar. A apuração das infrações penais propriamente militares é, de fato, atribuição da polícia judiciária militar. Contudo, a regra constitucional que exclui as infrações militares da atribuição da Polícia Civil deve ser interpretada em conjunto com a exceção prevista para o Tribunal do Júri. Assim, nos crimes dolosos contra a vida de civis, a competência investigativa é da Polícia Civil, mesmo que o crime seja, em tese, um crime militar impróprio. A afirmação de que à Polícia Civil “não é permitida” a investigação de infrações militares é, portanto, uma generalização incorreta. Veja a literalidade da CF: “Art. 144, § 4º. Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.”

QUESTÃO 60. A segurança pública tem sido cada vez mais objeto de interesse social, por guardar íntima relação com direitos fundamentais como a vida e a liberdade das pessoas. Todavia, a Constituição, de uma forma geral, trata a matéria de forma sucinta, embora em capítulo próprio. Os tribunais, a seu turno, têm sido cada vez mais demandados a julgar matérias que envolvem não apenas as ações operacionais dos

órgãos de segurança pública, mas também as suas próprias definições e atribuições. Assim, analise as assertivas abaixo em relação às normas constitucionais e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da segurança pública:

I. Segundo a jurisprudência dominante no STF e no STJ, o rol de órgãos de segurança pública previsto no art. 144 da Constituição Federal não é taxativo, de forma que as Guardas Municipais são consideradas como tal e podem realizar atividades de policiamento ostensivo comunitário, excluída a prática de qualquer atividade de Polícia Judiciária.

II. A função investigativa da Polícia Civil, prevista no § 4º do art. 144 da Constituição Federal, possui caráter residual, de forma que lhe compete apurar a prática de toda infração criminal cuja atribuição investigativa não seja taxativamente prevista para outro órgão com atribuição investigativa.

III. Segundo previsto na Constituição Federal, às polícias penais, subordinadas aos governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos territórios da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança e a administração dos estabelecimentos penais. Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas I e II.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Comentários

QUESTÃO PASSÍVEL DE ANULAÇÃO

A alternativa correta segundo o gabarito preliminar da banca é a **letra D**, e segundo os professores do Estratégia é a **letra B**. A questão é passível de anulação por apresentar divergência de gabarito que reflete a recente evolução jurisprudencial sobre o tema, especialmente no que tange à assertiva I. A controvérsia sobre as atribuições das Guardas Municipais, consolidada na ADPF 995/DF, é recente e ainda objeto de debates. A existência de imprecisões técnicas tanto na assertiva I quanto na III permite múltiplas interpretações, o que justifica a anulação.

O Item I está correto. A assertiva possui duas partes. A primeira, de que o rol do art. 144 da CF não é taxativo, está em conformidade com a jurisprudência do STF, que na ADI 2575/PR admitiu a inclusão de outros órgãos no sistema de segurança pública. A segunda parte, sobre a atuação das Guardas Municipais, reflete o entendimento firmado pelo STF na ADPF 995/DF, que as reconheceu como integrantes do Sistema de Segurança Pública, exercendo atividades de policiamento e poder de polícia, inclusive para a realização de busca pessoal e prisão em flagrante. Embora o termo "policiamento ostensivo comunitário" seja mais associado à Polícia Militar, a decisão da ADPF 995/DF ampliou a percepção sobre as atribuições das guardas, tornando a assertiva defensável. Veja o entendimento do STF — ADPF 995/DF: O STF concedeu interpretação

conforme à Constituição para declarar inconstitucionais todas as interpretações judiciais que excluem as Guardas Municipais, devidamente criadas e instituídas, como integrantes do Sistema de Segurança Pública.

O Item II está correto. A função da Polícia Civil de apurar infrações penais, prevista no § 4º do art. 144 da CF, é de fato residual. Compete a ela a investigação de todos os crimes, exceto os militares (cuja apuração cabe à polícia judiciária militar) e aqueles de competência da Polícia Federal, conforme as atribuições do § 1º do mesmo artigo. Essa natureza residual garante que nenhuma infração penal fique sem um órgão investigativo responsável. Analise a literalidade da CF: “Art. 144, § 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.”

O Item III está incorreto. A assertiva contém imprecisões que a invalidam. Primeiro, ela afirma que às polícias penais cabe a segurança e a administração dos estabelecimentos penais. No entanto, a Constituição lhes atribui apenas a segurança. Segundo, a assertiva diz que são subordinadas aos governadores, quando o texto constitucional afirma que são "vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem". Embora este órgão integre o Poder Executivo, a subordinação não é direta como sugerido. Analise a literalidade da CF: “Art. 144, § 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.”

QUESTÃO 61. A ação operacional das polícias tem sido cada vez mais objeto de análise dos tribunais, por conta dos seus reflexos de forma direta ou indireta em relação aos direitos e garantias constitucionais dos investigados e da população em geral. Sendo assim, analise as assertivas abaixo em relação às normas constitucionais e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da ação operacional dos policiais:

I. A respeito da previsão contida no inciso XI do art. 5º da Constituição Federal, segundo o qual “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”, a jurisprudência do STF entende que, no que toca o flagrante delito, a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados. Dessa forma, por um lado, pode-se dizer que a justa causa não exige certeza de ocorrência do delito e, por outro lado, tanto o nervosismo quanto a tentativa de fuga dos suspeitos podem indicar as fundadas razões a justificar a entrada policial em domicílio sem mandado judicial prévio.

II. Por força de previsão constitucional expressa, o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado. Esse direito, de certa forma, aplica-se não apenas ao momento formal do interrogatório policial e judicial, mas também, por força de entendimento do STF, ao momento da abordagem policial, sob pena de ilicitude da prova, tendo em vista os princípios da não autoincriminação e do devido processo legal.

III. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é uma ação que cabe para contestar leis, atos normativos ou atos do poder público que violem preceitos fundamentais da Constituição, isto é, valores e princípios que dão identidade à Constituição. Segundo previsão expressa da Constituição, essa ação é julgada pelo STF, sendo que seu processamento segue as regras da Lei nº 9.882/1999. A ADPF é uma ação cabível, entre outros aspectos, para atos normativos anteriores à Constituição, normas

municipais e até atos do poder público. No âmbito da ADPF 635, por meio da qual é discutida a letalidade dos agentes de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro, estão sendo analisadas as violações de alguns preceitos fundamentais, tais como o direito à vida, o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio da proibição de tortura e tratamentos desumanos ou degradantes, os princípios da segurança pública, como a prevenção de conflitos e a preservação da ordem pública, e o próprio acesso à Justiça e o dever de investigação eficaz. Nessa ação, diversas decisões liminares do STF foram tomadas, entre as quais consta a determinação para que o governo estadual elabore um plano para solucionar o problema, devendo adotar a instalação de câmeras e equipamentos de geolocalização (GPS) nas fardas de policiais, a gravação em áudio e vídeo em viaturas, a proibição de que escolas, creches, hospitais ou postos de saúde sejam utilizados como base para operações policiais e a restrição ao uso de helicópteros nas comunidades, exceto em casos de estrita necessidade, comprovada por relatório no final da operação.

Quais estão corretas?

- a) Apenas II.
- b) Apenas III.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda temas sobre a ação operacional das polícias, incluindo a inviolabilidade de domicílio, o direito ao silêncio e o controle de políticas de segurança pública via ADPF.

O Item I está correto. A assertiva descreve a tese fixada pelo STF no RE 603616 (Tema 280), julgado em 2015 e divulgado no Informativo 806. A Corte estabeleceu que a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial, em caso de flagrante delito, exige a existência de "fundadas razões" (justa causa), que devem ser comprovadas posteriormente. A assertiva está correta ao ponderar que, embora a justa causa não exija certeza, o STF tem entendido que o nervosismo ou a fuga, isoladamente, não são suficientes. Contudo, quando analisados em conjunto com outros elementos concretos do caso, podem compor o quadro de "fundadas razões" que justificam a ação policial, tornando a afirmação tecnicamente correta. Analise a literalidade da CF: "Art. 5º, XI a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;". Veja o entendimento do STF — Tese fixada no RE 603616 (Tema 280) (Info 806): "A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados."

O Item II está correto. O direito de permanecer calado e de não produzir prova contra si mesmo (princípio da não autoincriminação ou *nemo tenetur se detegere*) é uma garantia fundamental. O STF, em decisões recentes, consolidou o entendimento de que o "Aviso de Miranda", a advertência sobre o direito ao silêncio

não se restringe ao interrogatório formal. Ele deve ser feito também no momento da abordagem policial, caso o suspeito seja questionado sobre fatos que possam incriminá-lo. A ausência dessa advertência torna ilícita a prova obtida a partir da confissão informal. Analise a literalidade da CF: “Art. 5º, LXIII o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;”. Veja o entendimento do STF — HC 169788/SP (Info 1126): O STF tem reiterado que a falta de advertência sobre o direito ao silêncio no momento da abordagem policial torna ilícita a prova obtida por meio de confissão informal, por violação ao princípio da não autoincriminação.

O Item III está correto. A assertiva descreve com precisão tanto o instituto da ADPF quanto os desdobramentos da ADPF 635 ("ADPF das Favelas"). A descrição do cabimento da ação (atos pré-constitucionais, municipais etc.) está correta, assim como a identificação dos preceitos fundamentais violados no caso concreto (direito à vida, dignidade etc.). As medidas liminares listadas como a elaboração de um plano de redução da letalidade, a instalação de câmeras e GPS, e as restrições a operações são, de fato, determinações proferidas pelo STF no âmbito dessa ação, que se tornou um caso paradigmático de litígio estrutural e controle judicial de políticas de segurança pública. Analise a literalidade da Lei nº 9.882/1999: “Art. 1º A arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.”

QUESTÃO 62. A previsão constitucional de direitos e garantias individuais e coletivos é uma forma limitar o poder estatal, impedindo abusos e arbitrariedades, garantindo que o Estado atue dentro da legalidade. Ainda, essa previsão protege a dignidade da pessoa humana, assegurando condições mínimas para uma vida livre, justa e segura e, por fim, consolida o estado democrático de direito ao estabelecer regras que equilibram liberdade individual e interesses coletivos. Sendo assim, em relação às normas constitucionais e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito dos direitos e garantias individuais e coletivos, analise as assertivas abaixo:

I. Em que pese a Constituição não prever expressamente que o preso tenha direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, mas apenas por seu interrogatório policial, esse direito é de aplicação imediata, por força do § 1º do art. 5º da CF, e é considerado supralegal, por ser previsto em tratado internacional sobre direitos humanos não aprovado pelo Congresso Nacional seguindo o rito previsto no § 3º do art. 5º da CF.

II. A preocupação do poder constituinte originário com o terrorismo fica evidente no texto constitucional promulgado. No âmbito internacional, a Constituição Federal prevê que o repúdio ao terrorismo é um dos princípios regentes da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais e, no âmbito interno, o terrorismo é um exemplo de crime considerado pela Magna Carta como inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia por força de norma constitucional.

III. À luz da jurisprudência do STF e do STJ, é possível a condução de suspeito à presença de autoridade policial para ser inquerido sobre fato criminoso sem ordem judicial escrita ou situação de flagrância e que este seja mantido custodiado em dependência policial até a decretação de sua prisão provisória por autoridade judiciária competente, o que não configura a chamada “prisão para averiguação”, vedada pela cláusula de reserva constitucional de jurisdição prevista no inciso LXI do art. 5º da Constituição Federal, segundo o qual “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de

autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”.

IV. A apreensão de aparelho celular em local de crime ou em flagrante delito não está sujeita à reserva de jurisdição. Todavia, o acesso aos dados contidos no aparelho deve observar as seguintes condicionantes: a) Nas hipóteses de encontro fortuito de aparelho celular, o acesso aos respectivos dados para o fim exclusivo de se esclarecer a autoria do fato supostamente criminoso, ou quem seja o proprietário do aparelho, não depende de consentimento ou de prévia decisão judicial, desde que justificada posteriormente a adoção da medida; b) No caso de aparelho celular apreendido por ocasião de prisão em flagrante, o acesso aos respectivos dados está condicionado ao consentimento expresso e livre do titular dos dados ou de prévia decisão judicial que justifique, com base em elementos concretos, a proporcionalidade da medida e delimite sua abrangência à luz dos direitos fundamentais à intimidade, à privacidade, à proteção dos dados pessoais e à autodeterminação informacional, inclusive nos meios digitais. O delegado de polícia pode, contudo, adotar as providências necessárias para a preservação dos dados e metadados contidos no aparelho celular apreendido antes da autorização judicial, justificando posteriormente a adoção da medida.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e IV.
- d) Apenas III e IV.
- e) I, II, III e IV.

Comentários

QUESTÃO PASSÍVEL DE ANULAÇÃO

A alternativa apontada como correta pela banca é a **letra D** (Apenas III e IV). No entanto, a questão é passível de anulação porque o item III está flagrantemente incorreto, afirmando o exato oposto do que a Constituição e a jurisprudência pacífica do STF e do STJ estabelecem. Ao considerar uma assertiva patentemente falsa como correta, a banca vicia a questão, tornando impossível a escolha de uma alternativa válida, já que apenas o item IV está correto e não há opção correspondente.

O Item I está incorreto. A assertiva comete dois erros. Primeiro, a Constituição Federal prevê expressamente o direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão, e não apenas por seu interrogatório. Analise a literalidade da CF: “Art. 5º, LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;”. Segundo, o direito à identificação dos responsáveis pela prisão não é considerado supralegal, mas sim um direito fundamental com status de norma constitucional, de aplicabilidade imediata, conforme o § 1º do art. 5º da CF.

O Item II está incorreto. Embora a Constituição repudie o terrorismo nas relações internacionais e o classifique como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, a assertiva erra ao afirmar que ele é imprescritível. A imprescritibilidade, segundo o texto constitucional, aplica-se apenas ao crime de racismo e à ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. Analise a literalidade da CF: “Art. 5º, XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;” e “Art. 5º, XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;”.

O Item III está incorreto. A assertiva afirma que “é possível a condução de suspeito à presença de autoridade policial para ser inquerido sobre fato criminoso sem ordem judicial escrita ou situação de flagrância”. Esta afirmação está diametralmente oposta à jurisprudência consolidada. A prática descrita é a exata definição da “prisão para averiguação”, que é vedada pela cláusula de reserva de jurisdição. Analise a literalidade da CF: “Art. 5º, LXI: “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei”. Veja o entendimento do STF — ADPFs 395 e 444: O Supremo Tribunal Federal declarou que a condução coercitiva de investigado para interrogatório é incompatível com a Constituição. A Corte entendeu que a medida viola o direito à não autoincriminação e a presunção de inocência, pois ninguém pode ser forçado a comparecer a um ato no qual tem o direito de permanecer em silêncio.

O Item IV está correto. A assertiva reflete com exatidão a tese fixada pelo STF no julgamento do ARE 1.042.075 (Tema 977), divulgado no Informativo 1184. O STF diferenciou as situações: no encontro fortuito, o acesso aos dados para identificar o autor ou proprietário é permitido, com justificativa posterior. Já na prisão em flagrante, o acesso ao conteúdo do celular exige consentimento expresso do titular ou autorização judicial prévia, embora a autoridade policial possa preservar os dados cautelarmente. Veja o entendimento do STF — Tese fixada no ARE 1.042.075 (Tema 977): “1. A mera apreensão de aparelho celular, nos termos do art. 6º do CPP ou em flagrante delito, não está sujeita à reserva de jurisdição. Contudo, o acesso aos dados nele contidos deve observar as seguintes condicionantes: 1.1 Nas hipóteses de encontro fortuito de aparelho celular, o acesso aos respectivos dados para o fim exclusivo de se esclarecer a autoria do fato supostamente criminoso, ou quem seja o proprietário do aparelho, não depende de consentimento ou de prévia decisão judicial, desde que justificada posteriormente a adoção da medida. 1.2 No caso de aparelho celular apreendido por ocasião de prisão em flagrante, o acesso aos respectivos dados está condicionado ao consentimento expresso e livre do titular dos dados ou de prévia decisão judicial [...]”.

QUESTÃO 63. Analise as assertivas abaixo em relação às normas constitucionais e à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito do controle de constitucionalidade:

I. O controle de constitucionalidade é um mecanismo jurídico que visa verificar a conformidade das leis e atos normativos em face da Constituição, de forma a garantir a supremacia das normas constitucionais no ordenamento jurídico. Quando a inconstitucionalidade de um decreto é consequência lógica da inconstitucionalidade de uma lei, no controle concentrado abstrato, o Supremo Tribunal Federal poderá utilizar a técnica judicial da inconstitucionalidade por arrastamento ou por atração e também declarar de ofício a inconstitucionalidade do decreto regulamentador.

II. A lei ordinária e a lei complementar possuem uma diferença material e formal. Materialmente, a lei complementar possui conteúdo reservado expressamente pela Constituição, e a lei ordinária trata de matéria residual. No que toca a forma, isto é, o processo legislativo, a aprovação de lei complementar

exige quórum de aprovação de maioria absoluta dos parlamentares, ao passo que a aprovação de lei ordinária demanda maioria relativa. Apesar dessas diferenças, não há hierarquia entre lei complementar e lei ordinária, pois ambas retiram seu fundamento de validade diretamente da Constituição e, portanto, estão sujeitas a controle de constitucionalidade.

III. Em controle de constitucionalidade, a jurisprudência do STF considera que a formação de lista tríplice para a escolha do delegado-geral de Polícia Civil não é compatível com a Constituição Federal, considerando que as forças policiais estão subordinadas aos governadores dos Estados, conforme previsto no § 6º do art. 144 da CF.

IV. A Lei nº 14.735/2023, conhecida por Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis, sofreu diversos vetos presidenciais. Entre os vetos havidos, destaca-se o § 2º do art. 44, que originalmente previa: “§ 2º O Conselho Nacional da Polícia Civil tem assento e representação no Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como nos demais órgãos colegiados federais, estaduais e distrital que deliberem sobre políticas públicas da área de suas competências constitucionais e legais”. Nas razões do veto, o Presidente da República justificou que “O art. 44 do Projeto de Lei institui o Conselho Nacional da Polícia Civil. Seu § 2º é inconstitucional, por implicar verdadeira ingerência do Poder Legislativo no Poder Executivo. A pretexto de criar colegiado federal, o legislador avançou sobre competências organizacionais do Poder Executivo. O fato de haver determinação para assento do Ministério da Justiça e Segurança Pública revela violação do disposto no inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição”. Trata-se de veto de natureza jurídica, que, portanto, evidencia exemplo de controle de constitucionalidade preventivo de atribuição do chefe do Poder Executivo, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição Federal.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e IV.
- d) Apenas III e IV.
- e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda aspectos do controle de constitucionalidade.

O Item I está correto. A inconstitucionalidade por arrastamento, por atração ou consequencial é uma técnica de decisão em que o STF, ao declarar a inconstitucionalidade de uma norma principal, estende essa declaração às normas secundárias (como decretos regulamentares) que dela dependem. Se a lei é inconstitucional, o decreto que a regulamenta, por uma relação de dependência, também perde seu fundamento de validade. O STF pode fazer essa declaração de ofício. Veja o entendimento do STF — RE 509300: A jurisprudência do STF admite a declaração de inconstitucionalidade por arrastamento de um decreto quando sua validade depende diretamente da lei declarada inconstitucional, mesmo que o decreto não tenha sido expressamente impugnado na ação.

O Item II está correto. A assertiva descreve perfeitamente a relação entre lei complementar (LC) e lei ordinária (LO). A diferença entre elas não é de hierarquia, mas de competência material (a CF reserva matérias específicas para a LC) e de quórum de aprovação (maioria absoluta para LC, maioria simples para LO). Ambas são normas primárias, que extraem sua validade diretamente da Constituição e, portanto, não há hierarquia entre elas. Uma não pode revogar a outra; apenas podem ser declaradas inconstitucionais se invadirem o campo de competência uma da outra. Analise a literalidade da CF: “Art. 69. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.” e “Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.”

O Item III está correto. A assertiva reflete a jurisprudência pacificada do STF. A Corte entende que a criação de uma lista tríplice para a escolha do Delegado Geral da Polícia Civil, ainda que por emenda à constituição estadual, viola a prerrogativa do Governador do Estado de livre nomeação para o cargo. Tal mecanismo enfraquece a subordinação da polícia ao Chefe do Poder Executivo, princípio basilar da organização da segurança pública. Analise a literalidade da CF: “Art. 144, § 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.” Veja o entendimento do STF — ADI 6923/RO (Info 1074): “A jurisprudência do STF pacificou-se no sentido de prestigiar a redação do art. 144, § 6º, da Constituição da República, segundo a qual as forças policiais subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, sendo inconstitucional o esvaziamento desta norma pela criação de requisitos como a formação de lista tríplice.”

O Item IV está correto. A assertiva descreve um exemplo clássico de controle preventivo de constitucionalidade exercido pelo Presidente da República. O veto pode ser político (quando o projeto é considerado contrário ao interesse público) ou jurídico (quando é considerado inconstitucional). No caso descrito, o Presidente vetou o dispositivo com base em um fundamento de inconstitucionalidade (violação da separação de poderes e vício de iniciativa), caracterizando um veto jurídico, conforme previsto na Constituição. Analise a literalidade da CF: “Art. 66, § 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.”

QUESTÃO 64. A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul organiza a segurança pública no âmbito do ente federado, especificando o funcionamento dos órgãos estaduais de segurança pública sem, no entanto, poder afastar-se dos parâmetros estabelecidos pela Constituição Federal. Nesse sentido, analise as assertivas abaixo em relação às normas constitucionais do Estado do Rio Grande do Sul a respeito da segurança pública:

I. Segundo a redação vigente da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública, das prerrogativas da cidadania, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da Brigada Militar, da Polícia Civil, da Coordenadoria-Geral de Perícias, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Penal.

II. Aos policiais civis a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul garante, quando feridos em serviço, direito ao custeio integral pelo Estado das despesas médicas, hospitalares e de reabilitação para o exercício de atividades que lhes garantam a subsistência.

III. A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul prevê que lei disporá sobre a promoção extraordinária do servidor integrante dos quadros da Polícia Civil que morrer ou ficar permanentemente inválido em virtude de lesão sofrida em serviço, bem como, na mesma situação, praticar ato de bravura.

IV. O Estado só poderá operar serviços de informações que se refiram exclusivamente ao que a lei defina como delinquência.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e IV.

c) Apenas II e III.

d) Apenas II, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a organização da segurança pública e os direitos dos agentes de segurança conforme a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (CERS).

O Item I está correto. A assertiva lista corretamente os órgãos que compõem o sistema de segurança pública do estado. A única imprecisão é o uso do nome "Coordenadoria Geral de Perícias", que foi atualizado para "Instituto Geral de Perícias" pela Emenda Constitucional nº 78/2020. Contudo, a estrutura descrita corresponde à previsão constitucional. Analise a literalidade da CERS: “Art. 124. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública, das prerrogativas da cidadania, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da Brigada Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar, do Instituto Geral de Perícias e da Polícia Penal.”

O Item II está correto. O direito ao custeio integral de despesas médicas para policiais civis feridos em serviço está expressamente garantido. O artigo 127 da CERS estende aos policiais civis os direitos previstos no artigo 29, que trata dos servidores públicos em geral. Analise a literalidade da CERS: “Art. 127. Aos policiais civis se aplicam os direitos previstos no art. 29 [...]” e “Art. 29. [...] XXXV custeio, pelo Estado, das despesas médico hospitalares e de reabilitação, para o exercício de atividades que lhes garantam a subsistência, quando feridos em serviço;”.

O Item III está correto. A Constituição gaúcha prevê a promoção extraordinária em casos de morte, invalidez permanente decorrente de serviço ou por ato de bravura. A previsão também decorre da remissão do artigo 127 ao artigo 29. Analise a literalidade da CERS: “Art. 29. [...] XXXVI promoção 'post mortem' ou por invalidez, quando o óbito ou a invalidez permanente decorrerem de lesão sofrida em serviço; XXXVII promoção por ato de bravura;”.

O Item IV está correto. A assertiva reflete uma limitação constitucional imposta à atividade de inteligência do Estado, restringindo a operação de serviços de informações apenas a casos legalmente definidos como

delinquência, protegendo o cidadão contra vigilância arbitrária. Analise a literalidade da CERS: “Art. 133. O Estado só poderá operar serviços de informações que se refiram exclusivamente ao que a lei defina como delinquência.”

QUESTÃO 65. A Polícia Civil foi prevista na Constituição Federal como órgão de segurança pública, com funções de polícia investigativa e de polícia judiciária, sendo, portanto, dever do Estado do Rio Grande do Sul organizar e manter a respectiva instituição. Sendo assim, analise as assertivas abaixo em relação às normas constitucionais do Estado do Rio Grande do Sul a respeito da Polícia Civil:

I. A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul prevê que são autoridades policiais os delegados de polícia de carreira, cargos privativos de bacharéis em Direito.

II. Os únicos órgãos da Polícia Civil com assento na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul são a Academia de Polícia e a Corregedoria-Geral de Polícia, cujas atribuições são, respectivamente, o recrutamento, a seleção, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização do pessoal da Polícia Civil, bem como o controle interno da Polícia Civil.

III. O processamento por crime de responsabilidade do chefe de polícia compete à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, ao passo que, para os crimes comuns, o processamento do chefe de polícia se dá no juízo comum, em razão de que a norma originária da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul que previa o foro especial no Tribunal de Justiça foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

IV. À Polícia Civil, dirigida pelo chefe de polícia, delegado de carreira da mais elevada classe, de livre escolha, nomeação e exoneração pelo governador do Estado, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e IV.

c) Apenas III e IV.

d) Apenas I, II e IV.

e) I, II, III e IV

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda a estrutura, as atribuições e as prerrogativas da Polícia Civil, conforme estabelecido na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (CERS).

O Item I está correto. A Constituição gaúcha define expressamente que os Delegados de Polícia de carreira são as autoridades policiais e exige a formação em Direito para o cargo. Analise a literalidade da CERS: “Art.

125. [...] § 2º São autoridades policiais os Delegados de Polícia de carreira, cargos privativos de bacharéis em Direito.”

O Item II está incorreto. A assertiva omite órgãos importantes que também possuem assento constitucional. Além da Academia e da Corregedoria, a CERS estabelece o Conselho Superior de Polícia e a própria Chefia de Polícia como órgãos da instituição. Analise a literalidade da CERS: “Art. 125. [...] § 3º São órgãos da Polícia Civil: I o Conselho Superior de Polícia; II a Chefia de Polícia; III a Corregedoria Geral de Polícia; IV a Academia de Polícia Civil.”

O Item III está incorreto. A assertiva erra ao atribuir à Assembleia Legislativa o julgamento do Chefe de Polícia por crime de responsabilidade. Essa competência da Assembleia se restringe ao Governador e aos Secretários de Estado. Analise a literalidade da CERS: “Art. 53. Compete privativamente à Assembleia Legislativa: [...] II – processar e julgar o Governador do Estado nos crimes de responsabilidade e os Secretários de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com os daquele;”. A segunda parte da assertiva está correta ao afirmar que o foro especial para crimes comuns foi declarado inconstitucional pelo STF, mas o erro na primeira parte invalida o item. Veja o entendimento do STF — ADI 2553: O STF firmou a tese de que as Constituições estaduais não podem estender o foro por prerrogativa de função a autoridades cujos similares em nível federal não gozam de tal prerrogativa na Constituição da República, em respeito ao princípio da simetria. Como o Chefe de Polícia não possui foro especial na CF/88, a previsão na CERS foi declarada inconstitucional.

O Item IV está correto. A assertiva descreve com precisão as atribuições da Polícia Civil e os requisitos para o cargo de seu chefe, conforme a CERS, que replica o modelo da Constituição Federal. Analise a literalidade da CERS: “Art. 125. À Polícia Civil, dirigida pelo Chefe de Polícia, delegado de carreira da mais elevada classe, de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares.”

QUESTÃO 66. Acerca das modalidades de obrigações previstas no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Na obrigação solidária passiva, o credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum.

b) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor se o contrário não resultar do título da obrigação, mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.

c) A solidariedade não se presume, resultando da lei ou da vontade das partes.

d) Na obrigação alternativa, quando a escolha couber ao devedor e uma das prestações tornar-se impossível sem culpa sua, o direito de escolha transfere-se automaticamente ao credor, que decidirá entre as prestações remanescentes.

e) O devedor que satisfaz a dívida por inteiro tem direito de exigir de cada um dos codevedores a sua quota, dividindo-se igualmente por todos a do insolvente, se o houver, presumindo-se iguais, no débito, as partes de todos os codevedores.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão trata das obrigações.

A alternativa A está correta. Esta afirmativa descreve exatamente a regra da solidariedade passiva, conforme o art. 275 do Código Civil. O credor tem a faculdade de escolher se cobrará a dívida inteira de apenas um dos devedores, de alguns deles ou de todos conjuntamente: “Art. 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto”.

A alternativa B está correta. A assertiva corresponde à regra das obrigações de dar coisa incerta, determinada pelo gênero e quantidade: “Art. 244. Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor”.

A alternativa C está correta. Este é um princípio fundamental das obrigações solidárias, expresso no Código Civil: “Art. 265. A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes”.

A alternativa D está incorreta. A afirmativa está errada. Quando a escolha em uma obrigação alternativa cabe ao devedor e uma das prestações se torna impossível sem culpa dele, o que ocorre é a concentração do débito na prestação remanescente. Ou seja, o devedor perde o direito de escolha e fica obrigado a cumprir a prestação que ainda é possível. O direito de escolha não é transferido ao credor. A regra está disposta no Código Civil: “Art. 253. Se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexecutável, subsistirá o débito quanto à outra.”

A alternativa E está correta. Trata-se do direito de regresso do devedor solidário que quita a totalidade da dívida: “Art. 283. O devedor que satisfaz a dívida por inteiro tem direito a exigir de cada um dos co-devedores a sua quota, dividindo-se igualmente por todos a do insolvente, se o houver, presumindo-se iguais, no débito, as partes de todos os co-devedores”.

QUESTÃO 67. A respeito do instituto da ausência previsto no Código Civil, analise as assertivas abaixo:

I. O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente ou de fato por mais de 2 anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

II. Os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, poderão, independentemente de garantia, entrar na posse dos bens do ausente na sucessão provisória.

III. Pode-se requerer a sucessão definitiva quando o ausente conta 80 anos de idade, desde que tenham decorridos 10 anos das últimas notícias dele.

IV. Regressando o ausente nos 10 anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, aquele haverá apenas os bens existentes no estado em que se acharem, sem direito ao preço que os herdeiros houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e III.

d) Apenas II e IV.

e) Apenas III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do instituto da ausência.

O Item I está correto, nos termos do CC/2002: “Art. 25. O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador”.

O Item II está correto, nos termos do CC/2002: “Art. 30. Os herdeiros, para se imitirem na posse dos bens do ausente, darão garantias da restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões respectivos. § 2º Os ascendentes, os descendentes e o cônjuge, uma vez provada a sua qualidade de herdeiros, poderão, independentemente de garantia, entrar na posse dos bens do ausente”.

O Item III está incorreto. A assertiva mistura os requisitos de duas hipóteses distintas para a sucessão definitiva. O art. 38 do Código Civil permite que se requeira a sucessão definitiva provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele. A assertiva menciona um prazo de dez anos, que na verdade se refere à regra geral do art. 37, que autoriza a sucessão definitiva dez anos após ter passado em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 37. Dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas. Art. 38. Pode-se requerer a sucessão definitiva, também, provando-se que o ausente conta oitenta anos de idade, e que de cinco datam as últimas notícias dele”.

O Item IV está incorreto, pois o ausente tem direito ao preço que os herdeiros e demais interessados houverem recebido pelos bens alienados, nos termos do CC/2002: “Art. 39. Regressando o ausente nos dez anos seguintes à abertura da sucessão definitiva, ou algum de seus descendentes ou ascendentes, aquele ou estes haverão só os bens existentes no estado em que se acharem, os sub-rogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros e demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo”

QUESTÃO 68. Sobre a fraude contra credores, instituto regulado pelo Código Civil como defeito do negócio jurídico, analise as assertivas a seguir:

I. Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida praticados pelo devedor já insolvente poderão ser anulados pelos credores quirografários, ainda quando o devedor ignore estar insolvente.

II. Os contratos onerosos do devedor insolvente poderão ser anulados quando a insolvência for notória ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante.

III. Presume-se fraudatória a alienação ou oneração de bens quando se tratar de transmissão a descendentes, sendo, portanto, dispensável a prova da insolvência do devedor nesses casos.

IV. Se o adquirente dos bens do devedor insolvente ainda não tiver pago o preço e este for, aproximadamente, o corrente, desobrigar-se-á depositando-o em juízo, independentemente da citação de todos os interessados.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e III.

d) Apenas II e IV.

e) Apenas III e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da fraude contra credores.

O Item I está correto, nos termos do CC/2002: “Art. 158. Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos”.

O Item II está correto, nos termos do CC/2002: “Art. 159. Serão igualmente anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente, quando a insolvência for notória, ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante”.

O Item III está incorreto. Embora a alienação de bens a parentes próximos, como descendentes, seja um forte indício de fraude, a lei não presume a fraude de forma absoluta a ponto de dispensar a prova da insolvência do devedor.

O Item IV está incorreto. A assertiva descreve de forma incompleta e imprecisa o mecanismo previsto no art. 160 do Código Civil: “Art. 160. Se o adquirente dos bens do devedor insolvente ainda não tiver pago o preço e este for, aproximadamente, o corrente, desobrigar-se-á depositando-o em juízo, com a citação de todos os interessados. Parágrafo único. Se inferior, o adquirente, para conservar os bens, poderá depositar o preço que lhes corresponda ao valor real”.

QUESTÃO 69. Acerca das distinções entre prescrição e decadência no Código Civil, assinale a alternativa correta.

a) A prescrição atinge exclusivamente as pretensões que decorrem da violação de direitos subjetivos, enquanto a decadência extingue os direitos potestativos, sendo que ambos os institutos podem ter seus prazos alterados por convenção das partes.

b) A decadência, quando estabelecida por lei, deve ser pronunciada de ofício pelo magistrado.

c) A prescrição pode ser interrompida ou suspensa, conforme as hipóteses legais, enquanto a decadência legal não se suspende nem se interrompe, mas a decadência convencional admite suspensão e interrupção.

d) As causas que impedem ou suspendem a prescrição também se aplicam à decadência, em razão da unidade do sistema de prazos extintivos adotado pelo Código Civil.

e) O prazo de prescrição é sempre fixado em lei e não pode ser objeto de renúncia prévia pelas partes, enquanto o prazo de decadência convencional pode ser estabelecido pelas partes e também ser objeto de renúncia antecipada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da prescrição e da decadência.

A alternativa A está incorreta. A primeira parte está correta: a prescrição atinge a pretensão), enquanto a decadência extingue o próprio direito potestativo. No entanto, a segunda parte está errada. Apenas os prazos de decadência convencional (estabelecidos pelas partes) podem ser alterados por acordo. Os prazos de prescrição e de decadência legal são de ordem pública e não podem ser modificados pela vontade das partes, nos termos do CC/2002: “Art. 192. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes”.

A alternativa B está correta, nos termos do CC/2002: “Art. 210. Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei”.

A alternativa C está incorreta. A primeira parte está correta: a prescrição pode ser interrompida, suspensa ou impedida, conforme os arts. 197 a 204 do Código Civil. A segunda parte, no entanto, está errada. O art. 207 do Código Civil é claro ao afirmar que, salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 197. Não corre a prescrição: I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; II - entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar; III - entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela. Art. 204. A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados. § 1º - A interrupção por um dos credores solidários aproveita aos outros; assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros. § 2º - A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis. § 3º - A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador. Art. 207. Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição”.

A alternativa D está incorreta. Como explicado no item anterior, o art. 207 do Código Civil estabelece expressamente que as causas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição não se aplicam à decadência, a menos que haja uma disposição legal específica em sentido contrário. Portanto, não há uma "unidade do sistema" nesse aspecto.

A alternativa E está incorreta. Embora a decadência convencional possa ser estabelecida pelas partes, o art. 209 do Código Civil estabelece que é nula a renúncia à decadência fixada em lei. A renúncia só é possível para a decadência convencional, e mesmo assim, após a sua consumação, se não prejudicar terceiros. A renúncia antecipada não é permitida. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 209. É nula a renúncia à decadência fixada em lei”.

QUESTÃO 70. No que concerne à responsabilidade civil, analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa correta.

I. A responsabilidade civil independe de culpa quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem, hipótese em que o exercício da atividade de risco constitui fato gerador da obrigação de indenizar.

II. O incapaz responde pelos prejuízos que causar se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes, hipótese em que a indenização deverá ser equitativa e não terá lugar se privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem.

III. O direito de exigir reparação do dano e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança, sendo que a responsabilidade civil por ato ilícito, ainda que derive exclusivamente de dever legal ou da relação de parentesco, sempre se transmite aos sucessores do ofensor, independentemente das forças da herança.

IV. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem não pode exercer ação regressiva contra o causador direto do dano quando se tratar de relação de guarda ou vigilância, em face da solidariedade legal estabelecida pelo Código Civil.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da responsabilidade civil.

O Item I está correto, pois descreve a responsabilidade civil objetiva fundada na teoria do risco da atividade, nos termos do CC/2002: “Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

O Item II está correto, pois a assertiva reflete com precisão o disposto no artigo 928 do Código Civil: “Art. 928. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes”.

O Item III está incorreto. Embora o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la se transmitam com a herança, a responsabilidade dos sucessores é limitada às forças da herança, nos termos do CC/2002: “Art. 943. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança. Art. 1.792. O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança; incumbe-lhe, porém, a prova do excesso, salvo se houver inventário que a escuse, demonstrando o valor dos bens herdados”.

O Item IV está incorreto. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode, sim, exercer o direito de regresso contra o causador direto do dano. A solidariedade legal não elimina o direito de regresso daquele que pagou a dívida por inteiro contra o verdadeiro culpado. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 934. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz”.

QUESTÃO 71. Segundo a Criminologia Feminista, o sistema penal historicamente reproduz relações de poder patriarcais, naturalizando a violência masculina contra as mulheres e invisibilizando padrões de dominação que se manifestam também em condutas consideradas "menores", como o stalking. A teoria mencionada também aponta que a criminalização formal não basta se operadores do sistema de justiça continuarem a interpretar a mulher vítima a partir de estereótipos de gênero, culpabilização e expectativas de comportamento "adequado", de modo que não é possível analisar os processos de criminalização e vitimização das mulheres sem que se considere a realidade social que se apresenta, seja nos modelos culturais (informais), seja nas agências punitivas estatais (formais). Nesse contexto, analise o caso a seguir:

Josiane, professora universitária, passou a ser perseguida pelo ex-namorado após o fim do relacionamento. Ele enviava mensagens constantes, aparecia em seu local de trabalho, seguia-a até em trajetos cotidianos e criava perfis falsos para monitorar amigos e colegas dela. Josiane registrou diversos boletins de ocorrência policial, mas, em uma das ocasiões, ouviu de um policial civil: "Se você fosse mais firme desde o início, isso não teria acontecido. Você alimentou esse comportamento". Em outra ida à Delegacia de Polícia, outro policial comentou: "Mas ele nunca encostou em você, né? Isso é só drama de fim de relacionamento".

Com base na Criminologia Feminista, na vitimologia crítica e na tipificação do crime de perseguição (stalking) do art. 147-A do Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) As falas dos policiais expressam visões vitimológicas legítimas, pois é necessário avaliar se a vítima contribuiu para o risco, podendo influenciar na caracterização do crime de stalking, que exige habitualidade e perigo concreto.

b) O caso demonstra como o sistema de justiça aplica inadequadamente a vitimologia clássica, criando estigmas que patologizam a mulher. As falas dos policiais reproduzem “síndromes” da vítima, como a ideia de que a mulher é “responsável” pela violência, o que contribui para a subnotificação impede o adequado reconhecimento do crime de perseguição.

c) Como o crime de stalking só se caracteriza com violência física, os comentários dos policiais não interferem juridicamente na análise do tipo penal; a Criminologia Feminista se limita ao campo sociológico, sem impacto processual.

d) Embora as falas dos policiais sejam moralmente inadequadas, elas não possuem relevância criminológica, pois o sistema penal brasileiro não reconhece teorias feministas como parâmetros interpretativos, devendo-se ater exclusivamente ao texto legal.

e) O caso revela que a vitimologia crítica reforça a necessidade de autodefesa feminina, razão pela qual os policiais estavam corretos ao sugerir que Josiane deveria ter "agido de forma mais firme", pois essa postura reduz a incidência de stalking conforme estudos empíricos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre criminologia e vitimologia.

A alternativa A está incorreta. As falas dos policiais não são "legítimas"; elas configuram violência institucional e dificultam o acesso à justiça. Veja o comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. O caso ilustra a vitimização secundária. Ela ocorre quando as instâncias de controle formal (neste caso, os policiais civis) causam um novo sofrimento à vítima através de condutas omissivas, comentários preconceituosos ou julgamentos morais. A criminologia feminista aponta que, em crimes de gênero, esse foco é usado para desviar a responsabilidade do agressor para a mulher, criando estigmas e "síndromes" que deslegitimam o relato feminino. Nesse sentido, quando analisamos as falas dos policiais, podemos afirmar que estão erradas, pois o crime de perseguição é de perigo abstrato e não exige contato físico ou lesão corporal para se configurar (art. 171-A, CP), exigindo, apenas, a reiteração (habitualidade) das condutas que ameacem a integridade psicológica ou restrinjam a capacidade de locomoção. Vejamos a jurisprudência nesse sentido: “AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO QUE RECONHECE A ABOLITIO CRIMINIS QUANTO À CONTRAÇÃO DE PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE PRATICADA MEDIANTE UM SÓ ATO DE PERSEGUIÇÃO. ALEGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE QUE HOUVE REITERAÇÃO DOS ATOS DE PERSEGUIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. 1 Agravo em Execução Penal interposto pelo Ministério Público contra decisão do Juízo da Vara de Execuções Penais que, no caso concreto, reconheceu a abolitio criminis quanto a fato que ensejara condenação por contração de perturbação da tranquilidade, bem como declarou extinta a punibilidade com fundamento no artigo 107, inciso III, do Código Penal. Aduz o recorrente que, no caso, houve reiteração dos atos de perseguição, devendo ser reconhecida a continuidade normativo-típica para o crime de perseguição, previsto no artigo 147-A do Código Penal. 2 Para caracterização da contração penal de perturbação da tranquilidade, que era prevista pelo revogado artigo 65 da Lei de Contravenções Penais, bastava um ato de perturbação/perseguição. A Lei 14.132/2021 revogou expressamente o artigo 65 da Lei de Contravenções Penais e acrescentou ao Código Penal o artigo 147-A, prevendo o crime de perseguição (stalking). Para configuração do crime de perseguição é necessária a prática reiterada de atos de perturbação/perseguição. Assim, para verificar se houve continuidade normativo-típica ou abolitio criminis, é preciso averiguar se houve a reiteração no caso concreto. Havendo reiteração, tem-se continuidade normativo-típica. Não havendo reiteração, tem-se, ao revés, abolitio criminis. 3 No presente caso, a denúncia descreveu tão somente um ato de perturbação da tranquilidade. Portanto, correta a decisão do Juízo da Vara de Execuções Penais que reconheceu a abolitio criminis no caso concreto e extinguiu a punibilidade. 4 Agravo conhecido e

desprovido. (Acórdão 1414875, 07055751020228070000, Relator: CESAR LOYOLA, Primeira Turma Criminal, data de julgamento: 11/4/2022, publicado no PJe: 25/4/2022.)”

A alternativa C está incorreta. Conforme Daniel Brocanelli Garabini, a vitimologia crítica deve se contrapor a uma concepção clássica do Direito Penal não condizente com os direitos fundamentais da vítima. O crime de stalking é, em sua essência, muitas vezes psicológico e moral. Afirmar que exige violência física é um erro jurídico crasso. Veja o comentário da alternativa C.

A alternativa D está incorreta. Teorias feministas e tratados internacionais são, sim, parâmetros interpretativos obrigatórios no Brasil, inclusive com protocolos específicos do CNJ.

A alternativa E está incorreta. A vitimologia crítica foca na falha do sistema em proteger a vítima e não na "autodefesa". Sugerir que a vítima deve resolver o problema sozinha é o oposto do que a teoria defende.

QUESTÃO 72. Durante uma intervenção policial em um bairro periférico, dois jovens adultos, Cássio e João, discutem na rua e acabam entrando em vias de fato vizinho acionam a polícia, que chega rapidamente e separa os envolvidos. Ambos não sofrem lesões. Na Delegacia, o delegado avalia a possibilidade de lavratura do termo circunstanciado e envio do caso ao Juizado Especial Criminal. Entretanto, uma policial civil presente no local sugere que o conflito seja encaminhado ao Núcleo de Justiça Restaurativa, programa existente na Delegacia de Polícia, destacando que os jovens se conhecem desde a infância, não têm antecedentes e o conflito emergiu de desentendimentos sobre o uso de um espaço comunitário. Diante do caso apresentado e considerando os princípios da justiça restaurativa, a perspectiva do direito penal mínimo e as críticas abolicionistas ao sistema penal, assinale a alternativa que apresenta a análise mais adequada.

a) À luz da justiça restaurativa e da perspectiva minimalista, é adequado encaminhar o caso ao núcleo restaurativo, pois o sistema penal não precisa intervir sempre que houver conflito; além disso, as teorias abolicionistas defendem que muitos conflitos cotidianos são "sequestrados" pelo Estado e poderiam ser resolvidos de forma comunitária e dialógica, evitando a expansão penal desnecessária.

b) A intervenção policial deve necessariamente levar ao processo penal formal, pois a função do Estado é punir sempre que houver lesão, sendo a justiça restaurativa um mecanismo apenas complementar que não substitui a persecução penal.

c) O direito penal mínimo admite o uso da justiça restaurativa, mas apenas após o início do processo penal, não sendo possível encaminhar o caso diretamente ao núcleo restaurativo, pois isso violaria o dever estatal de punir.

d) As teorias abolicionistas impedem qualquer atuação policial, pois toda intervenção do Estado é considerada ilegítima, de modo que o Delegado deveria se omitir completamente e deixar que a comunidade resolvesse sozinha o conflito.

e) A justiça restaurativa só pode ser aplicada quando não há violência física, e como houve lesão corporal, o caso deve obrigatoriamente seguir pelo processo penal tradicional, sem possibilidade de mediação ou diálogo restaurativo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre justiça restaurativa.

A alternativa A está correta. Como os jovens são vizinhos e não houve lesões graves, o processo penal comum (TCO) poderia apenas aprofundar a inimizade. O Núcleo de Justiça Restaurativa busca tratar a causa do conflito (o uso do espaço comunitário), evitando que a violência escale no futuro. A justiça restaurativa foca na reparação do dano e na restauração dos laços sociais, em vez de apenas castigar o infrator. No caso, como os jovens se conhecem e o conflito é comunitário, o diálogo é mais eficaz que o processo penal.

A alternativa B está incorreta. O Estado não tem o dever de punir "sempre". O princípio da insignificância e institutos como a composição civil dos danos provam que a punição não é a única resposta possível. A própria Lei 9.099/95 prioriza a conciliação e a reparação dos danos antes de qualquer punição.

A alternativa C está incorreta. A Justiça Restaurativa pode (e muitas vezes deve) ocorrer na fase pré-processual, justamente para evitar o surgimento de um processo penal desnecessário.

A alternativa D está incorreta. Embora o abolicionismo critique a polícia, a teoria não "impede" a atuação. O abolicionismo é um movimento relacionado à descriminalização, que é a retirada de determinadas condutas de leis penais incriminadoras e à despenalização, entendida como a extinção de pena quando da prática de determinadas condutas. Como assim bem escreveu Guilherme de Souza Nucci, in Direito Penal, Parte Geral 2ª parte, Ed. CPC, p. 14 e 15.

A alternativa E está incorreta. Não houve lesão corporal grave, somente vias de fato. Logo, podemos descartar de pronto essa alternativa.

QUESTÃO 73. O Estado do Rio Grande do Sul possui decreto estadual que trata sobre o uso do nome social por pessoas travestis e transexuais em todos os procedimentos realizados por órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, incluindo a Polícia Civil. Durante o registro de uma ocorrência, Glória, mulher trans, procurou uma Delegacia da Polícia Civil para registrar boletim de ocorrência policial em razão de agressões sofridas por seu ex-companheiro. Na recepção, o policial responsável insistiu em chamá-la pelo nome de registro, afirmando que “nome de documento é o que vale aqui”. Segundo Glória, além de repetir o nome civil diversas vezes, o servidor riu junto a outro policial ao dizer que “se ela quer ser tratada como mulher, que mude o documento logo”. A vítima se sentiu humilhada e abandonou o local chorando, sem concluir o registro da ocorrência. Posteriormente, comunicou os fatos à Corregedoria-Geral da Polícia Civil e ao Ministério Público, alegando violação ao decreto estadual, constrangimento ilegal e crime de intolerância motivado por preconceito em razão da identidade de gênero.

Diante do caso descrito, assinale a alternativa que apresenta a análise correta.

a) O policial não cometeu qualquer ilícito, pois a Administração Pública deve priorizar o nome civil constante no documento oficial.

b) Houve apenas descumprimento administrativo do decreto estadual, não sendo possível responsabilização penal, já que não existe tipificação para discriminação contra pessoas trans na legislação brasileira.

c) A conduta constitui exclusivamente injúria simples, uma vez que o servidor não ofendeu Glória diretamente, apenas utilizou o nome de registro civil, o que afasta qualquer hipótese de discriminação.

d) A conduta do policial viola o decreto estadual sobre o uso do nome social, sujeitando-o à responsabilização administrativa; além disso, pode caracterizar crime de discriminação ou intolerância, pois o STF reconhece que preconceito por identidade de gênero enquadra-se na tipificação da Lei nº 7.716/1989, por equiparação à discriminação por raça.

e) Como Glória não concluiu o registro da ocorrência, não houve fato jurídico suficiente para responsabilização; o máximo cabível é a orientação do servidor para que evite situações constrangedoras futuras.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre proteção à identidade de gênero.

A alternativa A está incorreta. O nome de registro serve para fins de identificação interna do sistema, mas o tratamento e o campo de identificação pública devem obrigatoriamente respeitar o nome social. A dignidade da pessoa humana prevalece sobre o formalismo burocrático. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Erra ao dizer que não há tipificação penal. Conforme mencionado, o STF supriu essa lacuna legislativa através da equiparação à Lei de Racismo. Veja o comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. O uso do nome civil de forma vexatória, acompanhado de risadas e deboche configura nítida intenção discriminatória, ultrapassando a injúria simples e entrando no campo da intolerância.

A alternativa D está correta. O uso do nome social não é uma "cortesia" do servidor, mas um direito garantido. O STF decidiu que a homofobia e a transfobia (preconceito por orientação sexual ou identidade de gênero) devem ser enquadradas na Lei nº 7.716/1989 (Lei de Racismo) enquanto o Congresso Nacional não legislar especificamente sobre o tema. Ao julga a ADO 26 "Por unanimidade, o Tribunal conheceu parcialmente a ação. Por maioria, julgou-a procedente, com eficácia geral e efeito vinculante, para: reconhecer o estado de mora inconstitucional do Congresso Nacional na implementação da prestação legislativa destinada a cumprir o mandado de incriminação a que se referem os incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição, para efeito de proteção penal aos integrantes do grupo LGBT; declarar, em consequência, a existência de omissão normativa inconstitucional do Poder Legislativo da União; cientificar o Congresso Nacional, para os fins e efeitos a que se refere o art. 103, § 2º, da Constituição c/c o art. 12-H, caput, da Lei nº 9.868/99;". Nesse sentido, ofender ou discriminar alguém em razão de ser trans não é apenas uma falta administrativa; é um crime equiparado ao racismo, que é inafiançável e imprescritível.

A alternativa E está incorreta. O abandono do local foi uma consequência da violência institucional sofrida e não anula a responsabilidade do agente.

QUESTÃO 74. Durante a operação “Borda Segura”, conduzida pela Polícia Civil no Estado de Áurea, o delegado Henrique, titular da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado, recebeu informações de inteligência de que um grupo armado pretendia resgatar um líder de facção custodiado no Instituto Penal Estadual. A operação foi planejada em conjunto com a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), prevendo incursões em uma comunidade densamente habitada. Durante a execução, houve relatos de que agentes utilizaram armamento menos letal de forma indiscriminada, incluindo granadas de efeito moral lançadas em locais sem verificação adequada de presença de civis. Também foi registrado que, ao capturar um dos suspeitos, os agentes mantiveram o homem ajoelhado, algemado e sob intenso calor por mais de 40 minutos, apesar de ele não oferecer resistência. Horas depois, organizações de direitos humanos denunciaram possíveis violações à Convenção Contra a Tortura, à Lei nº 9.455/1997, à Lei nº 12.847/2013 (Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura), à Lei nº 13.060/2014 (uso de instrumentos de menor potencial ofensivo), às Diretrizes Nacionais sobre Uso da Força e ao entendimento firmado pelo STF na ADPF 635 (ADPF das Favelas), que reforça a excepcionalidade e proporcionalidade das operações policiais em comunidades vulneráveis. Diante das denúncias, o Ministério Público instaurou procedimento investigatório e indagou a responsabilidade do delegado Henrique pela condução da operação, especialmente quanto ao dever de planejamento, supervisão e prevenção de práticas de tortura ou tratamento degradante por seus subordinados.

À luz dos dispositivos normativos e jurisprudenciais mencionados, assinale a alternativa correta.

- a) O delegado não pode ser responsabilizado, pois a Convenção Contra a Tortura e a Lei nº 9.455/1997 exigem prova de dolo direto do superior hierárquico, e operações policiais em áreas de risco presumem autorização para adoção de medidas excepcionais de força, conforme a Lei nº 13.060/2014.
- b) O delegado pode ser responsabilizado somente administrativamente, pois a ADPF 635 limita-se a questões de política pública de segurança, não incidindo sobre a responsabilidade individual de autoridades policiais em operações específicas.
- c) A responsabilidade recairá exclusivamente sobre os agentes executores da operação, pois apenas eles realizaram diretamente os atos supostamente violadores, sendo o delegado isento por delegação operacional e ausência de participação imediata.
- d) O delegado será responsabilizado automaticamente por tortura, independentemente de dolo ou culpa, pois a Convenção Contra a Tortura torna objetiva a responsabilidade dos comandantes por atos praticados por seus subordinados durante operações armadas.
- e) O delegado pode ser responsabilizado penal, civil e administrativamente por omissão imprópria, pois a Convenção Contra a Tortura e a Lei nº 12.847/2013 estabelecem o dever de prevenir atos de tortura, e a Lei nº 13.060/2014 e as Diretrizes sobre Uso da Força exigem planejamento e controle rigoroso; além disso, a ADPF 635 reforça a necessidade de proporcionalidade e supervisão reforçada em operações policiais em áreas vulneráveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

A alternativa A está incorreta. A Lei 13.060/2014 não autoriza "medidas excepcionais" de forma livre; pelo contrário, ela condiciona o uso de armas menos letais à necessidade e proporcionalidade. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa B está incorreta. A ADPF 635 serve como parâmetro para aferir a legalidade da conduta individual dos agentes e de seus comandantes. Veja o comentário da alternativa E.

A alternativa C está incorreta. O superior não é isento apenas por não estar "segurando a arma"; ele responde pela falha no dever de comando.

A alternativa D está incorreta. O Delegado responde se ficar provada sua negligência ou omissão consciente no planejamento e fiscalização.

A alternativa E está correta. Essa alternativa está em consonância com o Art. 2º da Convenção contra a tortura e ADPF 635. Com a interposição da ADPF 635, buscou-se o reconhecimento e a solução de graves violações a direitos fundamentais causadas pela política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Ao final, pede que o STF determine ao Estado do Rio de Janeiro a criação um plano de redução da letalidade policial e a adoção de diversas medidas de proteção da população e dos policiais, de melhoria das investigações e de transparência da atividade policial. Tal determinação se alinha com o artigo 2º da Convenção contra a tortura: "1. Cada Estado Parte tomará medidas eficazes de caráter legislativo, administrativo, judicial ou de outra natureza, a fim de impedir a prática de atos de tortura em qualquer território sob sua jurisdição. 2. Em nenhum caso poderão invocar-se circunstâncias excepcionais tais como ameaça ou estado de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública como justificção para tortura. 3. A ordem de um funcionário superior ou de uma autoridade pública não poderá ser invocada como justificção para a tortura."

QUESTÃO 75. Maria, trabalhadora doméstica negra, buscava recolocação profissional e candidatou-se a uma vaga divulgada por uma família em uma plataforma online. No anúncio constava a expressão: "Procura-se empregada doméstica, preferencialmente branca". Ao demonstrar interesse, Maria recebeu resposta negativa imediata, com a justificativa de que a família buscava alguém "com aparência mais adequada ao perfil da casa". Inconformada, procurou assistência jurídica, alegando violação à Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, bem como prática de discriminação racial e reflexos do racismo estrutural historicamente presente nas relações de trabalho doméstico no Brasil. O advogado que a atendeu avaliou a possibilidade de responsabilização penal dos responsáveis pelo anúncio e também a responsabilização civil por danos morais discriminatórios.

Considerando o caso apresentado, a Convenção Interamericana e a legislação brasileira, assinale a alternativa correta.

a) Não há crime, pois a preferência expressa por pessoa branca não configura discriminação racial, já que o anúncio não impede absolutamente que pessoas negras concorram à vaga, restando apenas possível discussão moral ou ética, sem reflexos penais.

b) O caso configura discriminação racial vedada pela Convenção Interamericana, mas não há crime específico no Brasil que trate de negar emprego por motivo racial, sendo possível apenas ação civil por danos morais e medidas administrativas.

c) A conduta pode caracterizar o crime do art. 20 da Lei nº 7.716/1989, pois negar emprego por razões de raça constitui discriminação penalmente punível; a Convenção Interamericana reforça a obrigação do Estado de prevenir e punir tais práticas, e o episódio reflete o racismo estrutural que historicamente marginaliza trabalhadores domésticos negros.

d) A conduta caracteriza apenas injúria racial (CP, art. 140, § 3º), pois o anúncio não teve alcance coletivo, sendo dirigido apenas à candidata Maria; a Convenção Interamericana tem caráter meramente orientativo, sem impacto penal.

e) A conduta não é ilegal porque empregadores têm liberdade para escolher seus empregados com base em qualquer critério, e a Convenção Interamericana não é aplicável a relações privadas, apenas a ações estatais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre

A alternativa A está incorreta. A "preferência" por uma raça em detrimento de outra é, por definição, um ato discriminatório.

A alternativa B está incorreta. Existe, sim, crime específico. O Art. 4º da Lei 7.716/89 trata exatamente da negativa de emprego.

A alternativa C está correta. Diferente da injúria racial (ofensa à honra de alguém), a Lei de Racismo pune condutas que segregam, impedem ou dificultam o acesso a direitos e serviços. Vejamos o disposto nos arts. 4º e 20, Lei 7716/89: “Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada. [...] Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.” Não obstante, o Brasil ratificou esta Convenção com status de Emenda Constitucional (conforme o Art. 5º, § 3º da CF). Ela estabelece que os Estados devem prevenir, proibir e punir atos de discriminação. O Brasil ratificou esta Convenção com status de Emenda Constitucional (conforme o Art. 5º, § 3º da CF). Ela estabelece que os Estados devem prevenir, proibir e punir atos de discriminação. Vejamos o disposto no artigo 5 da Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial: “De conformidade com as obrigações fundamentais enunciadas no artigo 2, os Estados Partes comprometem-se a proibir e a eliminar a discriminação racial em todas suas formas e a garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, principalmente no gozo dos seguintes direitos: d) Outros direitos civis, principalmente [...] i) direitos ao trabalho, a livre escolha de seu trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho, à proteção contra o desemprego, a um salário igual para um trabalho igual, a uma remuneração equitativa e satisfatória;”

O racismo estrutural manifesta-se em padrões que parecem "escolhas pessoais" (liberdade de contratar), mas que na verdade reproduzem a herança escravocrata do Brasil, onde o trabalho doméstico é historicamente ocupado por mulheres negras e marcado por subalternidade e exclusão estética.

A alternativa D está incorreta. Não é injúria racial, pois não se trata de um xingamento direcionado apenas à honra subjetiva de Maria, mas de uma prática segregacionista que afeta a coletividade e o direito ao trabalho (Art. 20 e Art. 4º da Lei de Racismo). Além disso, a Convenção tem força de norma constitucional.

A alternativa E está incorreta. A "liberdade de contratação" não é absoluta; ela deve respeitar os direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana. O racismo é uma barreira intransponível a essa liberdade.

QUESTÃO 76 – Um homem de 76 anos é encontrado morto em sua residência na zona rural. Ao exame necroscópico, o médico-legista identificou extensa e profunda lesão em região temporal direita, de bordos pouco regulares, sem caudas, com fundo anfractuoso, com presença de edema traumático e equimose junto às margens e com fratura óssea e exposição do conteúdo encefálico. Considerando os agentes mecânicos envolvidos na traumatologia forense, o provável instrumento que provocou a lesão com consecutivo óbito foi um instrumento:

a) Cortante.

b) Perfurante.

c) Corto-contundente.

d) Perfurocontundente.

e) Perfurocortante.

Comentários

A alternativa certa é a letra C. A questão trata do tema traumatologia forense.

A alternativa A está incorreta. Instrumentos exclusivamente cortantes gerariam bordos regulares e ausência de infiltração hemorrágica significativa;

A alternativa B está incorreta. Instrumentos perfurantes causariam feridas puntiformes profundas, sem grande destruição externa; e os contundentes não produziram secção eficaz dos planos teciduais;

A alternativa C está correta. Se trata de instrumento corto-contundente. A lesão descrita é extensa e profunda, localizada na região temporal, com bordos pouco regulares, fundo infiltrado, presença de edema traumático e equimoses marginais, além de fratura óssea com exposição de conteúdo encefálico. Esses achados indicam ação de um agente que associa capacidade de corte com impacto contundente, produzindo simultaneamente secção dos tecidos e esmagamento das estruturas subjacentes. Assim, o conjunto morfológico da lesão é típico de instrumento corto-contundente, como machado ou objeto similar.

A alternativa D está incorreta. O instrumento perfurocontundente pressupõe um agente que penetra predominantemente por ponta, associado a impacto, como projétil de arma de fogo ou objeto rígido pontiagudo. Esse tipo de instrumento produz orifício de entrada bem delimitado, com trajetória profunda, sem grande extensão superficial nem bordos amplamente irregulares, o que não condiz com a lesão extensa e aberta descrita.

A alternativa E está incorreta. Perfurocortante refere-se a instrumentos como faca ou punhal, que causam feridas alongadas ou puntiformes, com bordos regulares, nítidos e pouca infiltração traumática,

predominando o mecanismo de penetração e corte, e não de esmagamento. A presença de edema, equimoses marginais e fratura craniana com exposição encefálica afasta esse mecanismo.

QUESTÃO 77. Em relação aos fenômenos cadavéricos, assinale a alternativa correta.

- a) A deposição dos livores de hipóstase costuma ser utilizada para determinar a posição do cadáver após a morte.
- b) A rigidez cadavérica é provocada pela escassez de oxigênio nos tecidos e se inicia pelos membros inferiores e progride para a face.
- c) O frio e a hipotermia costumam acelerar o processo de rigor mortis.
- d) A rigidez costuma ser tardia e mais duradoura em crianças em razão de possuírem menores reservas energéticas.
- e) A putrefação é o prosseguimento da autólise, sempre se inicia pela cabeça, devido à circulação sanguínea mais intensa, e constitui um fenômeno transformador.

Comentários

A alternativa certa é a letra A. A questão trata do tema cronotanatognose.

A alternativa A está correta. A deposição dos livores de hipóstase ocorre por ação da gravidade após a parada da circulação e pode ser utilizada para inferir a posição do cadáver após a morte, especialmente antes de sua fixação, sendo um importante elemento da cronotanatognose;

A alternativa B está incorreta. A rigidez cadavérica inicia-se pela musculatura da face e mandíbula, e não pelos membros inferiores – Lei de Nysten-Sommer;

A alternativa C está incorreta. O frio e a hipotermia retardam, e não aceleram, o rigor mortis;

A alternativa D está incorreta. Em crianças, a rigidez tende a ser mais precoce e menos duradoura, em razão das menores reservas energéticas;

A alternativa E está incorreta. A putrefação é fenômeno destrutivo, e não se inicia necessariamente pela cabeça.

QUESTÃO 78. Uma mulher de 38 anos é encontrada caída no chão úmido de uma fábrica, próxima a uma máquina industrial energizada. O corpo apresenta lesão em placa esbranquiçada na palma da mão esquerda, com bordas nítidas e centro deprimido, além de uma área enegrecida no tornozelo direito. O exame necroscópico revelou rigidez cadavérica em instalação, sem sinais de putrefação. Não há fraturas nem outras lesões traumáticas aparentes. Considerando os achados descritos, é correto afirmar que:

- a) A queimadura em forma de placa na mão esquerda é incompatível com lesão elétrica, tratando-se de queimadura térmica por chama.
- b) A presença de lesão no tornozelo exclui a possibilidade de eletroplessão, indicando morte por fulguração.
- c) A ausência de lesões externas extensas torna improvável a morte causada por eletricidade.
- d) A rigidez cadavérica precoce indica que o indivíduo faleceu por fulminação.
- e) O quadro sugere morte por eletroplessão com marca elétrica de Jellinek, e a lesão no tornozelo pode corresponder à área de saída da corrente.

Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema rigidez cadavérica.

A alternativa A está incorreta. A lesão descrita na mão é compatível com lesão elétrica, e não com queimadura térmica por chama;

A alternativa B está incorreta. A presença de lesão no tornozelo não exclui eletroplessão; ao contrário, reforça a hipótese como área de saída da corrente;

A alternativa C está incorreta. A eletroplessão pode ocorrer sem lesões externas extensas;

A alternativa D está incorreta. A rigidez precoce não indica, por si só, fulminação;

A alternativa E está correta. O quadro descrito é típico de eletroplessão: a vítima foi encontrada em chão úmido, próxima a máquina industrial energizada, apresentando lesão esbranquiçada, de bordas nítidas e centro deprimido na palma da mão (compatível com marca elétrica de Jellinek – ponto de entrada da corrente) e área enegrecida no tornozelo, compatível com ponto de saída da corrente elétrica. A rigidez cadavérica já instalada, sem sinais de putrefação, é compatível com morte relativamente recente.

QUESTÃO 79. Um bebê de 6 meses chega ao Departamento Médico-Legal após sua morte no domicílio. O corpo foi encontrado sem vida no berço, com o rosto encostado no colchão, em decúbito ventral. O laudo necroscópico descreveu congestão facial, cianose, petéquias nas conjuntivas e escoriações leves no nariz compatíveis com atrito contra o tecido. O perito criminal constatou berço com colchão excessivamente macio e uma grande quantidade de cobertores. A causa mais provável do óbito é:

- a) Enforcamento incompleto.
- b) Asfixia por laço acionado por força muscular humana.
- c) Esganadura por modificações químicas do meio ambiente.
- d) Sufocação direta por obliteração dos orifícios respiratórios naturais.

e) Sufocação indireta por constrição torácica.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema laudo necroscópico.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de enforcamento, conforme explicado, houve sufocação;

A alternativa B está incorreta. Não se trata de asfixia;

A alternativa C está incorreta. Não há indícios que apontam para tal hipótese;

A alternativa D está correta. Houve a sufocação direta por obliteração dos orifícios respiratórios naturais. O bebê foi encontrado em decúbito ventral, com o rosto encostado no colchão, em berço excessivamente macio e com grande quantidade de cobertores, além de apresentar congestão facial, cianose, petéquias conjuntivais e escoriações leves no nariz compatíveis com atrito contra o tecido. Esse conjunto é típico de asfixia mecânica por obstrução direta das vias aéreas externas, sem laço, sem constrição cervical e sem constrição torácica relevante, afastando as demais alternativas.

A alternativa E está incorreta. Conforme explicado, se trata de sufocação direta.

QUESTÃO 80. Um jovem de 16 anos é encontrado sem vida em um lago após um passeio com um grupo de amigos. O perito médico-legista descreve presença de secreção aerada, “espuma”, na boca e narinas, líquidos espumosos nas vias aéreas, enfisema hidroaéreo do pulmão, água no estômago e petéquias na pleura. Não foram identificadas lesões traumáticas relevantes. Em relação ao caso clínico, assinale a alternativa correta.

a) A ausência de lesões de defesa descarta afogamento e sugere que o corpo foi descartado na água após a morte fora dela.

b) Os achados necroscópicos são compatíveis com afogamento verdadeiro, caracterizado por penetração de um meio líquido nas vias aéreas, hiperinsuflação pulmonar e líquido no estômago.

c) A presença de água nas narinas exclui a hipótese de afogamento verdadeiro e sugere afogamento espasmódico por choque térmico.

d) A descrição elaborada pelo legista indica morte por síncope em água, uma vez que a presença de espuma não permite o diagnóstico de afogamento verdadeiro. e) O quadro descrito não é compatível com afogamento, pois não se tem a informação sobre a presença de plâncton e diatomáceas nos alvéolos pulmonares.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema laudo necroscópico.

A alternativa A está incorreta. A: a ausência de lesões de defesa não afasta afogamento;

A alternativa B está correta. Os achados descritos — espuma aerada na boca e narinas, líquidos espumosos nas vias aéreas, enfisema hidroaéreo do pulmão, água no estômago e petéquias na pleura, associados à ausência de lesões traumáticas relevantes — são típicos de afogamento verdadeiro, caracterizado pela penetração de meio líquido nas vias aéreas com aspiração ativa, levando à hiperinsuflação pulmonar e formação da espuma característica;

A alternativa C está incorreta. A presença de água nas narinas não exclui afogamento verdadeiro;

A alternativa D está incorreta. A síncope em água não produz o conjunto clássico de achados descritos;

A alternativa E está incorreta. A pesquisa de plâncton/diatomáceas é exame complementar, não requisito para o diagnóstico médico-legal de afogamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica)